



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

LETÍCIA TAMILLA DE LIMA MOREIRA

**O TURISMO NO PARQUE NACIONAL DE ANAVILHANAS E SUA RELAÇÃO  
COM O MUNICÍPIO DE NOVO AIRÃO (AM) – PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE**

OURO PRETO

2024

LETÍCIA TAMILLA DE LIMA MOREIRA

**O TURISMO NO PARQUE NACIONAL DE ANAVILHANAS E SUA RELAÇÃO  
COM O MUNICÍPIO DE NOVO AIRÃO (AM) – PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE**

Monografia apresentada ao curso de Turismo da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Turismo.

Orientador: Bruno Pereira Bedim

OURO PRETO

2024

## SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

M838o Moreira, Leticia Tamilla de Lima.

O turismo no Parque Nacional de Anavilhanas e sua relação com o Município de Novo Airão (am) - percepção da comunidade. [manuscrito] / Leticia Tamilla de Lima Moreira. - 2024.

134 f.: il.: color., gráf., tab., mapa. + Quadro. (Série: 1)

Orientador: Prof. Dr. Bruno Pereira Bedim.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Escola de Direito, Turismo e Museologia. Graduação em Turismo .

1. Parques nacionais. 2. Turismo - Anavilhanas, Arquipélago das (AM). 3. Novo Airão (AM). 4. Turismo. I. Bedim, Bruno Pereira. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 338.48

Bibliotecário(a) Responsável: Maristela Sanches Lima Mesquita - CRB-1716



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Letícia Tamilla de Lima Moreira**

**O turismo no Parque Nacional de Anavilhanas e sua relação com o município de Novo Airão (AM) - Percepção da comunidade**

Monografia apresentada ao Curso de Turismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Turismo.

Aprovada em 16 de outubro de 2024.

### Membros da banca

Dr. Bruno Pereira Bedim - Orientador(a) (Universidade Federal de Ouro Preto)  
Dr<sup>a</sup> Kerley dos Santos Alves - (Universidade Federal de Ouro Preto)  
Dr<sup>a</sup> Isabela Barbosa Frederico - Convidada Externa

Dr. Bruno Pereira Bedim, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 31/01/2025.



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Pereira Bedim, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 31/01/2025, às 16:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0850058** e o código CRC **F51593F3**.

À minha mãe, que sempre me foi um porto seguro. Cada conquista minha é um reflexo do seu cuidado e da sua força. Você é meu maior exemplo e minha eterna inspiração.

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer em primeiro lugar a Jeová, meu único e verdadeiro Deus, e a seu filho Jesus Cristo. Sua Palavra continua sendo uma verdadeira lâmpada para os meus pés e luz para os meus caminhos.

Ellenir, sou eternamente grata por todas as vezes em que você esteve ao meu lado, oferecendo apoio e sendo a grande mãe que você é. Nunca mediu esforços para me proporcionar tudo o que sempre precisei. Para você, que tantas vezes se sacrificou apenas para me ver sorrir, meu sincero obrigada – que, mesmo assim, não expressa minimamente a gratidão que sinto.

À minha família, que, mesmo à distância, está presente em minha vida todos os dias: - à minha avó Mizilene, que me deu o privilégio de ser uma verdadeira mãe para mim durante minha trajetória; aos meus tios e tias, Tina, Lene, Ju, Didio, Julinho e Ney, que me ensinaram as lições mais valiosas da vida. Serei eternamente grata pelo amor e carinho; à minha irmã Larissa e aos demais familiares, que fizeram parte da minha jornada; em especial à minha tia Marilene e à avó Mizilene, que se dispuseram a me acompanhar na aventura de coletar os dados desta pesquisa - obrigada! Vocês me mostraram o verdadeiro significado da palavra família, e por isso, essa conquista não é só minha, mas de todos vocês.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Bruno Bedim, por se fazer presente em todas as etapas deste trabalho, oferecendo uma orientação valiosa e apoio incondicional. Sua experiência e auxílio foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos membros da banca, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Kerley e Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Isabela, pela disposição e carinho com que aceitaram fazer parte deste processo. Suas contribuições foram fundamentais e profundamente significativas para mim, enriquecendo não apenas minha pesquisa, mas também meu crescimento pessoal.

Agradeço de coração a todos os amigos que me ajudaram ao longo do caminho, Larissa; Mavi e família Lazo; Sara; Caps; Mary; vocês deixaram tudo mais leve e os desafios valeram a pena com os momentos compartilhados. À minha querida república Carpe Diem e a todas as moradoras que me deram uma casa para

chamar de lar: - M<sup>o</sup>ça e Gal, sem voc<sup>o</sup>s essa caminhada n<sup>o</sup> teria sido a mesma - serei grata eternamente.

Finalizando, agradeço imensamente aos professores do Departamento de Turismo, cujas valiosas lições me transformaram e me mostraram que estou no caminho certo. Obrigada Universidade Federal de Ouro Preto por ter me proporcionado essa experi<sup>ê</sup>ncia enriquecedora.

A ressonância de seus atos precisa tão somente eclipsar o barulho de suas palavras para que se torne mais do que apenas um esquecimento na história.



## RESUMO

Este trabalho tem como objeto de estudo a comunidade de Novo Airão, situada no Estado do Amazonas, um dos lares da maior biodiversidade do planeta, que é a floresta amazônica, bem como lar do segundo maior arquipélago fluvial do mundo, abrigado pelo Parque Nacional de Anavilhanas. O objetivo geral é analisar a percepção dos moradores de Novo Airão (comunidade adjacente à área protegida) sobre o turismo na unidade de conservação e sua relação com o município. Como objetivo específico, busca-se refletir sobre o papel do conhecimento tradicional e das práticas locais na preservação ambiental, identificando como a comunidade pode atuar como agente ativo na formulação e aplicação de políticas públicas, promovendo uma abordagem mais inclusiva e justa. A metodologia empregada é uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório-descritivo, incluindo levantamento bibliográfico e pesquisa etnográfica, com observação participante e aplicação de questionário semiestruturado com auxílio da história oral. Para imergir na cultura local, foi realizada uma estada na casa de moradores permanentes em Novo Airão, permitindo a aplicação dos questionários e a coleta de dados para análise. Este estudo inédito, realizado de modo intergeracional, busca compreender como o turismo se relaciona com Novo Airão e a visão dos moradores sobre esse fenômeno, contribuindo para um manejo mais eficaz do turismo como ferramenta de desenvolvimento. A análise dos dados revela que a falta de participação comunitária nas decisões sobre o parque compromete a qualidade de vida local, destacando a necessidade de uma gestão mais inclusiva e colaborativa, que valorize as vozes e os saberes dos moradores.

Palavras-chave: Parque Nacional, Anavilhanas, Novo Airão, turismo.

## **ABSTRACT**

This study focuses on the community of Novo Airão, located in the State of Amazonas, one of the homes of the greatest biodiversity on the planet, which is the Amazon rainforest, as well as being home to the second largest fluvial archipelago in the world, sheltered by the Anavilhanas National Park. The general objective is to analyze the perception of residents of Novo Airão (a community adjacent to the protected area) regarding tourism in the conservation unit and its relationship with the municipality. The specific objective is to reflect on the role of traditional knowledge and local practices in environmental preservation, identifying how the community can act as an active agent in the formulation and implementation of public policies, promoting a more inclusive and equitable approach. The methodology employed is a qualitative exploratory-descriptive study, including bibliographic research and ethnographic study with participant observation and semi-structured questionnaires supported by oral history. To immerse in the local culture, a stay was conducted in the homes of permanent residents in Novo Airão, allowing the application of questionnaires and data collection for analysis. This original, intergenerational study seeks to understand how tourism relates to Novo Airão and the perspective of residents on this phenomenon, contributing to a more effective management of tourism as a development tool. Data analysis reveals that the lack of community participation in decisions concerning the park compromises local quality of life, highlighting the need for a more inclusive and collaborative management approach that values the voices and knowledge of residents.

Keywords: National Park, Anavilhanas, Novo Airão, tourism.

## RÉSUMÉ

Cette recherche se concentre sur la communauté de Novo Airão, située dans l'État d'Amazonas, l'un des foyers de la plus grande biodiversité de la planète, à savoir la forêt amazonienne, ainsi que sur le deuxième plus grand archipel fluvial du monde, protégé par le Parc National des Anavilhanas. L'objectif général est d'analyser la perception des habitants de Novo Airão (une communauté adjacente à la zone protégée) concernant le tourisme dans l'unité de conservation et sa relation avec la municipalité. L'objectif spécifique est de réfléchir sur le rôle des connaissances traditionnelles et des pratiques locales pour la préservation de l'environnement, en identifiant comment la communauté peut agir en tant qu'agent actif dans la formulation et l'application de politiques publiques, en promouvant une approche plus inclusive et équitable. La méthodologie employée est une recherche qualitative de caractère exploratoire-descriptif, incluant des recherches bibliographiques et des études ethnographiques, avec observation participante et application de questionnaires semi-structurés soutenus par l'histoire orale. Pour s'immerger dans la culture locale, un séjour a été réalisé chez des habitants permanents de Novo Airão, permettant l'application des questionnaires et la collecte de données pour analyse. Cette étude originale, réalisée de manière intergénérationnelle, vise à comprendre comment le tourisme se rapporte à Novo Airão et la perspective des habitants sur ce phénomène, contribuant à une gestion plus efficace du tourisme en tant qu'outil de développement. L'analyse des données révèle que le manque de participation communautaire dans les décisions concernant le parc compromet la qualité de vie locale, soulignant la nécessité d'une gestion plus inclusive et collaborative, qui valorise les voix et les savoirs des habitants.

Mots-clés : Parc National, Anavilhanas, Novo Airão, tourisme.

## RESUMO

Este trabajo tiene como objeto de estudio la comunidad de Novo Airão, situada en el Estado de Amazonas, uno de los hogares de la mayor biodiversidad del planeta, que es la selva amazónica, así como del segundo archipiélago fluvial más grande del mundo, que se encuentra en el Parque Nacional de Anavilhanas. El objetivo general es analizar la percepción de los habitantes de Novo Airão (una comunidad adyacente al área protegida) sobre el turismo en la unidad de conservación y su relación con el municipio. Como objetivo específico, se busca reflexionar sobre el papel del conocimiento tradicional y las prácticas locales en la preservación del medio ambiente, identificando cómo la comunidad puede actuar como agente activo en la formulación y aplicación de políticas públicas, promoviendo un enfoque más inclusivo y justo. La metodología empleada es una investigación cualitativa de carácter exploratorio-descriptivo, que incluye un levantamiento bibliográfico e investigación etnográfica, con observación participante y la aplicación de un cuestionario semiestructurado con apoyo de la historia oral. Para sumergirse en la cultura local, se realizó una estancia en la casa de residentes permanentes en Novo Airão, lo que permitió aplicar los cuestionarios y recopilar datos para el análisis. Este estudio inédito, realizado de manera intergeneracional, busca comprender cómo el turismo se relaciona con Novo Airão y la visión de los habitantes sobre este fenómeno, contribuyendo a una gestión más eficaz del turismo como herramienta de desarrollo. El análisis de los datos revela que la falta de participación comunitaria en las decisiones sobre el parque compromete la calidad de vida local, destacando la necesidad de una gestión más inclusiva y colaborativa que valore las voces y los saberes de los habitantes.

Palabras clave: Parque Nacional, Anavilhanas, Novo Airão, turismo.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	<b>22</b>
2.1	Aspectos metodológicos .....	22
2.2	Sobre o trabalho etnográfico.....	24
2.3	Observação participante .....	26
2.4	História oral e pesquisa em turismo .....	31
2.5	Amostragem estratégica ou intencional.....	36
2.6	Diário de campo: a imersão etnográfica.....	39
2.6.1	Do horizonte à floresta: rumo a Manaus .....	40
2.6.2	Estradas verdes: a odisséia de Manaus a Novo Airão.....	41
2.6.3	Entre respostas e desilusões: desafios na realidade da pesquisa.....	42
2.6.4	Ecos da realidade: histórias à sombra da invisibilidade.....	45
2.6.5	Caminhos de informações: a busca por dados.....	48
2.6.6	Conexões e desconexões: a gestão do parque e o Flutuante dos Botos .....	52
2.6.7	Agradecimentos e despedidas .....	55
<b>3</b>	<b>RELAÇÃO ENTRE ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS E POPULAÇÃO DO ENTORNO</b> .....	<b>57</b>
3.1	O histórico de criação das Unidades de Conservação .....	57
3.2	Parques Nacionais e populações locais .....	61
3.3	Parque Nacional de Anavilhanas .....	65
<b>4</b>	<b>O MUNICÍPIO DE NOVO AIRÃO</b> .....	<b>69</b>
4.1	Aspectos geográficos, históricos e sociais .....	69
4.2	Caracterização demográfica e econômica .....	77
4.3	Breve análise da oferta turística de Novo Airão.....	82
4.4	Políticas públicas de turismo no município .....	89
4.5	A relação dos moradores de Novo Airão com o PARNA de Anavilhanas e sua percepção sobre o turismo e a biodiversidade.....	92
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>119</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>123</b>
	<b>APÊNDICES</b> .....	<b>133</b>
	<b>ANEXOS</b> .....	<b>135</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A importância de áreas naturais protegidas tem se tornado cada vez mais evidente, especialmente nos últimos anos, em que a globalização demanda uma produção em massa de grande impacto nessas áreas. Esse olhar a mais para tais espaços pode ajudar a aumentar não somente o número de visitantes, mas também o de oportunidades para a gestão dessas áreas, além de representar uma alternativa econômica para a região.

O Parque Nacional de Anavilhanas (PNA), localizado no Estado do Amazonas, emerge como um estudo de caso representativo dessas dinâmicas. Este trabalho propõe investigar a percepção dos moradores da cidade de Novo Airão acerca do turismo no PNA, buscando compreender as nuances entre a presença turística e sua relação com a economia, a cultura e o meio ambiente local. O turismo em áreas protegidas, além de promover a preservação da biodiversidade e dos recursos naturais, surge como uma fonte de oportunidades econômicas para as populações locais.

No entanto, a maneira como essas oportunidades se distribuem entre os diferentes atores da comunidade nem sempre é suficientemente mínima para algumas parcelas. Em Novo Airão, município que serve como porta de entrada para o PNA, essa disparidade se manifesta de diversas formas, evidenciando que, embora o turismo seja uma atividade crescente, os benefícios econômicos não são sentidos de maneira homogênea por alguns agentes componentes da população.

Nesse sentido, parte-se da hipótese de que, embora o turismo no PNA tenha potencial para alavancar a economia de Novo Airão, os seus efeitos positivos são majoritariamente direcionados aos grandes empreendimentos, como hotéis e empresas de turismo, enquanto a população local, sobretudo os pequenos comerciantes e produtores, não consegue captar os benefícios dessa atividade de forma significativa. Além disso, supõe-se que a falta de conscientização ambiental em alguns agentes dessa dinâmica e de integração entre os turistas e os moradores limita ainda mais a influência positiva do turismo, tanto do ponto de vista econômico quanto ecológico.

A escolha de trabalhar com essa temática surgiu durante uma disciplina universitária que explorava o turismo e as unidades de conservação (UCs). Na época, ao tentar encontrar informações sobre como visitar o parque, percebi uma falta de dados claros e completos na *internet*. Como amazonense, com certo conhecimento local, identifiquei essa ausência de opções ao utilizar ferramentas de busca e comecei a refletir sobre a experiência de alguém de fora, que não teria o mesmo conhecimento empírico.

Por exemplo, sei que não é necessário utilizar R\$5.000,00 em pacotes turísticos para realizar passeios de barco na região, já que é possível alugar embarcações, como lanchas e canoas, a preços significativamente mais baixos (de até dez vezes mais baixos em alguns casos). Contudo, encontrei dificuldades em localizar essas informações específicas *online*. Minha impressão inicial foi de que as atividades do parque eram, em grande parte, voltadas para um público de maior poder aquisitivo. Esse questionamento inicial despertou meu interesse em entender melhor como esse fenômeno se manifesta na região.

Após fazer uma revisão bibliográfica, foi evidenciado que ainda existem muitas unidades de conservação no Brasil, e até no mundo, que não levam tanto em consideração as comunidades do seu entorno. No Brasil, especificamente, esse fato vai contra as premissas da criação do próprio parque previstas legislativamente por meio do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

Portanto, o objetivo geral desse trabalho é analisar a percepção dos moradores de Novo Airão sobre o turismo no PNA e sua relação com o município. O objetivo específico é refletir sobre o papel do conhecimento tradicional e práticas locais na preservação ambiental, identificando como a comunidade pode atuar como um agente ativo na formulação e aplicação de políticas públicas, a fim de garantir uma abordagem mais inclusiva e justa.

Para investigar essas questões, a pesquisa adotou uma abordagem qualitativa de caráter exploratório-descritivo, utilizando o método etnográfico como base para a coleta de dados. Foram realizadas entrevistas com 18 moradores de Novo Airão, abrangendo diferentes perfis e tempos de residência no município, de forma a obter uma visão abrangente sobre as dinâmicas entre a população local e o turismo.

Adicionalmente, foi feito um levantamento bibliográfico que incluiu literatura especializada em turismo em áreas naturais protegidas, estudos de caso nacionais e internacional, além de documentos legais, como a legislação sobre UCs no Brasil e o Plano de Manejo do PNA.

A utilização por um método qualitativo se baseia pela maior possibilidade de captar as percepções subjetivas dos moradores, buscando analisar e entender suas vivências e narrativas acerca da atividade turística. A coleta de dados foi realizada por meio de questionário semiestruturado e observação de campo, permitindo um diálogo mais profundo com a população local e uma compreensão abrangente das suas experiências e pontos de vista.

A pluralidade de perspectivas na análise da situação social e emocional dos entrevistados é uma característica central da abordagem qualitativa, conforme abordado por Bauer e Gaskell (2002), que destacam a importância desse tipo de ferramenta para revelar a complexidade das relações humanas. O turismo é, em essência, uma experiência relacional que afeta diretamente as comunidades receptoras, e, portanto, é fundamental entender essas interações a partir da perspectiva dos próprios atores sociais envolvidos.

Esse tipo de método permite revelar tanto as expectativas quanto as frustrações que permeiam a relação dos moradores com o turismo em suas diversas maneiras. O estudo, ao tratar das percepções dos moradores sobre o turismo e o PNA, também se insere em um debate mais amplo sobre a gestão participativa das UCs. A gestão dessas áreas é frequentemente vista como um desafio complexo, envolvendo múltiplos interesses, desde a conservação ambiental até o desenvolvimento socioeconômico.

No entanto, a gestão participativa oferece uma oportunidade para que as comunidades locais tenham voz no processo de tomada de decisões, garantindo que suas necessidades e preocupações sejam consideradas. Esse trabalho, desse modo, contribui para esse debate, fornecendo dados que podem ser utilizados para aprimorar as políticas administrativas voltadas ao turismo sustentável e à conservação ambiental no PNA.



Embora as origens do turismo remontem práticas antigas como peregrinações religiosas e viagens culturais na Antiguidade Clássica, foi somente com a Revolução Industrial que o fenômeno do turismo passou a se desenvolver de forma mais ampla e sistemática. A criação de uma divisão clara entre o tempo de trabalho e o tempo de lazer, junto com o aumento do tempo livre, fez com que as viagens voltadas para o lazer se tornassem cada vez mais comuns, sendo inicialmente um privilégio das elites (Cacho e Azevedo, 2010).

Com o passar do tempo, essa atividade foi se disseminando para outras classes sociais, impulsionada pelos avanços nos transportes e pela crescente urbanização. A globalização, impulsionada por eventos como a migração em massa de trabalhadores rurais para áreas urbanas, o advento das máquinas a vapor, o surgimento de sindicatos que lutavam por jornadas de trabalho reduzidas e a produção em larga escala de bens de consumo, tornou as fronteiras entre nações cada vez menos restritivas.

No próprio Brasil durante o período colonial, a região Norte tinha mais facilidade de comunicação com Lisboa, através das rotas marítimas, do que com outras partes do próprio território, como Salvador (Guerra, 2012). Esse tipo de cenário se transforma completamente após o avanço tecnológico com a Revolução Industrial. A diferença entre quem dispunha de grandes condições financeiras e quem tinha rendimentos mais parcos, passou a se encontrar em algumas parcelas na compra de um automóvel, por exemplo.

Nesse contexto, embora o turismo tenha se expandido e se estabelecido como um setor econômico de grande relevância, ele não deve ser confundido com o desenvolvimento econômico em si. O crescimento do turismo, com seus benefícios, nem sempre garante que esses sejam distribuídos de forma equitativa entre a população local. Em muitos casos, o aumento do turismo pode até acentuar as desigualdades sociais e econômicas.

Dessa forma, apesar da análise aqui discutida sobre uma melhora na economia como um grande resultado passível de existência, é importante realçar que o turismo e progresso econômico não devem ser tomados como sinônimos,

como demonstrado nos estudos de Ouriques (2012), uma vez que o turismo por si só não é necessariamente um fator de desenvolvimento no setor da economia.

Assim, o turismo deve ser encarado como uma atividade com potencial econômico, mas que, por si só, não assegura um progresso abrangente. Para que o turismo funcione como uma ferramenta eficaz para o desenvolvimento, é fundamental que haja políticas públicas e práticas empresariais que garantam a distribuição justa dos benefícios, resultando em melhorias significativas na qualidade de vida das comunidades locais.

Entre os principais resultados esperados, está a identificação de uma lacuna entre o potencial econômico do turismo e a sua real contribuição para a comunidade. Os relatos dos entrevistados já indicam uma percepção de que o turismo não está devidamente integrado à economia de Novo Airão, com moradores relatando que os turistas consomem boa parte em estabelecimentos vinculados a grandes empresas de turismo, sem beneficiar o comércio local.

Além disso, destaca-se uma insatisfação com a falta de conscientização ambiental por parte de algumas pessoas, o que sugere a necessidade de políticas mais efetivas de educação ambiental, tanto para os visitantes quanto para os residentes. Ao final do trabalho, espera-se fornecer subsídios para a formulação de políticas que promovam um turismo mais inclusivo e sustentável no PNA, possibilitando que os benefícios econômicos sejam amplamente distribuídos e que as práticas turísticas sejam compatíveis com a preservação ambiental.

A pesquisa também almeja contribuir para o fortalecimento da gestão participativa das UCs, demonstrando como a inclusão das comunidades locais no processo de gestão pode gerar resultados mais eficazes tanto para a conservação quanto para o desenvolvimento socioeconômico.

Em síntese, o turismo em áreas naturais protegidas, como o PNA, apresenta um grande potencial de desenvolvimento. No entanto, sua implementação deve ser cuidadosamente planejada e administrada para garantir que os benefícios sejam distribuídos de maneira justa e que os impactos ambientais sejam minimizados. A integração entre turismo e desenvolvimento local é crucial para que as UCs

cumpram seu papel de preservar a biodiversidade, ao mesmo tempo em que promovem o bem-estar das comunidades que delas dependem.

As colocações acima se tornam ainda mais vitais e decisivas quando se evidencia o fato de que o PNA e Novo Airão estão situados na Amazônia, que sozinha representa 40% da América do Sul (Butler, 2024). Além disso, a Amazônia ocupa o território de 67% das florestas tropicais existentes no planeta, totalizando cerca de 7 milhões de km<sup>2</sup> (Imazon, 2013 *apud* Barroso e Mello, 2020).

Gostaria de dizer que se dispensam maiores explicações sobre a significância da Amazônia em âmbito global, pois, desde o ensino primário, os estudantes provavelmente escutam falar sobre a relevância dessa floresta que é berço da maior biodiversidade do mundo. Mas é justamente por essa proeminência que me sinto na obrigação de trazer dados, ainda que básicos, concisos a respeito do tesouro que é a floresta amazônica.

É sabido que o Antropoceno vem trazendo consigo inúmeras consequências que estão mudando as estruturas dos ecossistemas, mesmo que aos poucos, como o uso excessivo de combustíveis fósseis e a exploração desenfreada de matérias-primas para a produção em grande escala de bens de consumo. De acordo com dados do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia (PRODES), que é uma ferramenta criada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), entre agosto de 2003 e agosto de 2004, foram desmatados 27,7 mil km<sup>2</sup> de floresta (INPE, 2005).

Essa área chega a ser espantosamente semelhante ao tamanho do Estado de Alagoas, que conta com 27,8 mil km<sup>2</sup>, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022). Já em 2023, houve uma queda significativa nessa taxa, que caiu para 9 mil km<sup>2</sup> de desmatamento (INPE, 2023). Apesar da notável disparidade entre os números, 9 mil km<sup>2</sup> ainda são equivalentes a aproximadamente 1.090.909 (mais de um milhão) campos de futebol profissional.

Os campos considerados em meus cálculos têm dimensões estabelecidas pela FIFA de no máximo 110 m de comprimento e 75 m de largura para partidas internacionais, conforme mostrado na matéria de Meyer (2024). Esse cálculo utiliza

os números de 27,7 mil e 9 mil km<sup>2</sup> de forma arredondada, pois ambos expressam valores a mais após a vírgula.

Mas de que modo isso é um dado a se levar em consideração na importância da Amazônia em contexto nacional e internacional? De maneira não muito prolixa aos caros leitores (até para não fugir do foco da minha pesquisa, mas que como estudante; amazonense; bem como uma cidadã preocupada com a atual situação crítica em que o mundo se encontra e com a qualidade de vida de futuras gerações, deixar de comentar sobre não é uma opção, trazer essas informações é um dever), a floresta possui alguns benefícios conhecidos como “serviços ecossistêmicos” pela academia.

Existem quatro categorias bem reconhecidas, principalmente em contexto científico, mas que podem variar de país para país com base em legislações, contextos regionais, abordagens científicas e até perspectivas culturais. São elas: 1 - serviços de provisão; 2 - serviços de suporte; 3 - serviços de regulação; e 4 - serviços culturais. Aqui no Brasil, essas categorias estão previstas legislativamente por meio da Lei N° 14.119, de 13 de Janeiro de 2021, que trata da Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais.

De acordo com a lei, trazendo aqui apenas alguns dos benefícios dessas quatro categorias, respectivamente, são: 1 – fornecimento de bens e produtos advindos da natureza aproveitados no consumo ou comércio pelos seres humanos como alimento, água, madeira, entre outros; 2 – serviços essenciais para a manutenção da vida na Terra como polinização, defesa natural contra a radiação dos raios UV, fertilidade do solo, controle de pragas, decomposição dos resíduos, entre outros; 3 – captura de CO<sub>2</sub>, limpeza do ar com remoção de poluentes, equilíbrio de eventos climáticos radicais, regulação do ciclo hidrológico, entre outros; e 4 – serviços não tangíveis oferecidos pelos ecossistemas como turismo, atividades de lazer, momentos de contemplação e apreciação da beleza natural, entre outros (Brasil, 2021).

A partir dessas breves explanações, gostaria de dar destaque para a captura de CO<sub>2</sub>. A retirada do carbono do ar é um processo natural feito pelas árvores chamado de fotossíntese que transforma o gás em açúcares. O gás pode ser

concentrado em diferentes partes da árvore como tronco, raiz e até na folha. Isso faz parte do processo de crescimento da própria árvore e acaba resultando na liberação de O<sub>2</sub>, ou oxigênio, na atmosfera.

Apesar da essência da existência de um Criador por meio de tanta perfeição que, inegavelmente, é a natureza, deparamo-nos com o desafio da vez: o desequilíbrio. Infelizmente, a realidade é que o mundo não vive em um cenário onde a quantidade de carbono absorvida pelas árvores seja a mesma quantidade emitida por processos naturais e pelas atividades antrópicas. Surge aqui um ciclo demasiadamente desequilibrado (Dias, 2022).

Cada vez mais se fala sobre aquecimento global, de gases de efeito estufa (GEE), de Amazônia, etc. Mas até que ponto esses assuntos são de fato relevantes para as pessoas? Afinal, a grande incidência de GEE na atmosfera nos últimos anos fez com que o planeta aquecesse em 0,6 C° somente no último século, enquanto esse número passa para 0,21 C° a cada década e com estimativa de 5,8 C° nos próximos cem anos (Carvalho *et al.*, 2010). Aqueles com o mínimo de entendimento de assuntos da biologia sabem o significado do quão alarmante esses dados são até mesmo para a continuação da existência de alguns ecossistemas.

Tendo isso em vista, torna-se necessário que os objetivos para alcançar sucesso nas premissas das UCs, leve em consideração a sensibilização de seus agentes, como turistas e moradores. Pois, é por meio dessa sensibilização que esses agentes podem atuar com um papel de transformação, uma vez em contato com esses espaços que são uma identidade do outro (Frederico, 2014). Desse modo, será possível que lugares como a Amazônia e o PNA mobilizem de fato os sujeitos, podendo evitar, com maiores chances de sucesso, resultados como um turismo depredador.

Ademais, o trabalho está estruturado em três capítulos. Inicialmente, apresenta-se esta introdução, seguida do primeiro capítulo, que descreve os métodos de pesquisa utilizados no estudo, introduzindo aspectos metodológicos essenciais. São abordados o trabalho etnográfico, a observação participante e o uso da história oral no contexto do turismo. A amostragem estratégica, ou intencional, é explicada como a escolha deliberada de participantes relevantes, e o diário de

campo é destacado como uma ferramenta fundamental para o registro detalhado de minhas observações e reflexões.

O segundo capítulo discute a relação entre áreas protegidas e as populações do entorno, apresentando um breve histórico da criação das unidades de conservação, a interação entre parques nacionais e as comunidades locais, e, especificamente, o Parque Nacional de Anavilhanas, versando sobre um panorama mais geral concernente a ele.

O terceiro capítulo foca no município de Novo Airão, tratando aspectos como geografia, história e sociedade, seguidos pela caracterização demográfica e econômica. Também se analisa a oferta turística da cidade e as políticas públicas de turismo implementadas. E por fim, explora a relação dos moradores com o PNA e suas percepções sobre o turismo e a biodiversidade com uma análise das respostas obtidas através do questionário semiestruturado aplicado, para apresentar as considerações finais em seguida.

## **2 METODOLOGIA**

### **2.1 Aspectos metodológicos**

Para responder aos objetivos propostos neste trabalho, a pesquisa foi fundamentada em uma análise qualitativa de caráter exploratório-descritivo, onde foi utilizado o método de pesquisa etnográfica, a fim de imergir na cultura local do município de Novo Airão (AM) e não somente observar como o turismo no PNA se relaciona com a região, mas participar diretamente da experiência de vida da comunidade supracitada.

O âmbito qualitativo foi escolhido uma vez que a pluralidade de pontos de vista na situação social e sentimental dos entrevistados em relação ao tema é possibilidade de alto nível de realidade como previsto por Bauer e Gaskell (2002). As informações foram obtidas a partir de fontes primárias e secundárias. Nas fontes primárias, foi adotada a pesquisa participante, entrevistas e questionário semiestruturado. Os questionários incluíram questões sobre o perfil dos respondentes, como gênero, idade e vivências, além de pontos de vista sobre o turismo local.

No entanto, em função de limitações impostas pela própria história recente da cidade, como sua fundação relativamente recente (menos de 70 anos) e a carência de infraestrutura nas primeiras décadas, encontrou-se dificuldade em aplicar os critérios inicialmente estabelecidos para a seleção dos entrevistados. Por exemplo, houve dificuldade em encontrar moradores nativos com mais de 60 anos, dado que nos primeiros anos a cidade poderia não contar com um sistema de saúde bem estruturado.

O que seria inicialmente a proposta, pelo fato de serem moradores que estariam pela região antes da criação do parque, durante e após, podendo passar uma perspectiva mais detalhada sobre a relação do turismo no parque com o município de Novo Airão. Portanto, foi necessário ampliar esse critério para pessoas que moram em Novo Airão há mais de 60 anos ao invés de serem nativos necessariamente.

Dos 18 entrevistados, somente 4 têm idade abaixo de 60, o que contribui bastante para os diferentes pontos de vista baseado na experiência de uma determinada conjuntura na localidade. Dos 18 entrevistados, 10 são homens e 8 são mulheres. Um ponto positivo do questionário nesse formato é o baixo nível de dificuldade em sua administração, tornando-o acessível para uma maior gama de público, independente de escolaridade, educação e experiências em pesquisa, uma vez que os dados podem ser coletados por meio de conversas coloquiais e cotidianas.

E por fim, a análise dos dados obtidos poderá revelar padrões e tendências que irão auxiliar em importantes decisões no cenário do problema de pesquisa aqui abordado. Dessa forma, será possível identificar diferentes níveis de intensidade na percepção dos moradores em relação à influência do turismo do PNA no município de Novo Airão e em seu modo de vida.

Quanto às fontes secundárias, serão utilizadas informações disponíveis no quadro legislativo para as áreas de conservação (Lei N° 9.985 de 18 de Julho de 2000) e no Plano de Manejo do PNA (2017), além de realizar um levantamento bibliográfico sobre UCs e outras comunidades em diferentes localidades, juntamente com informações gerais sobre etnografia e as características sócio geográficas de Novo Airão.

Para entender mais profundamente a relação dos moradores com o PNA, foram considerados os seguintes critérios para responder aos questionários: entrevistar no máximo um morador por residência, que seja residente permanente de Novo Airão e tenha pelo menos sessenta anos de idade ou tenha nascido após a criação da UC (assim, também poderá ser possível avaliar se existe uma melhor aceitação do parque por aqueles que não vivenciaram sua fase inicial de criação em 1981, como Estação Ecológica, período geralmente mais conflituoso para as comunidades do entorno, conforme sugerido por Teixeira e Lanzer [2013]).

A pesquisa teve um recorte de tempo de coleta de dados de uma semana, em que residi na casa de moradores locais, objetivando aprofundar-me na cultura em questão. A coleta de dados foi realizada de casa em casa para criar um ambiente mais confortável e distraído aos participantes visando conseguir máximo aproveitamento nas respostas, tentando minimizar o máximo possível situações



como as que geram pressão nos respondentes ao se depararem com as questões a serem abordadas no questionário.

Foi delimitada uma área com abrangência de seis bairros, sendo eles: Nossa Sra. Auxiliadora; Centro; Nova Esperança; Residencial Peixe-boi; Santos Dumont e Comunidade Nova Jerusalém. Houve um acompanhamento aos grupos de indivíduos com o objetivo de registrar fatos da vida real dessas pessoas por meio das práticas de seus cotidianos para tentar compreender os níveis em que as atividades do PNA afetam a vida da população.

Assim, a pesquisa não segue um critério quantitativo rígido. Foi adotada uma amostragem estratégica ou intencional, em que as limitações encontradas no campo foram registradas como uma margem de erro, reconhecendo que os dados obtidos representam um recorte específico e não podem ser generalizados para toda a população de Novo Airão. Essa abordagem permitiu que as respostas, ainda que de perfil diverso, fossem integradas para obter uma amostragem qualitativa significativa.

Portanto, os gráficos, tabelas, quadros e quaisquer dados apresentados, que refletem as relações dos entrevistados com as atividades turísticas, não devem ser interpretados como generalizáveis para a totalidade da população de Novo Airão. Eles representam apenas um recorte específico baseado nos dados coletados, permitindo uma análise qualitativa do grupo investigado, mas sem pretensão de extrapolar os resultados para o município como um todo.

## **2.2 Sobre o trabalho etnográfico**

De acordo com os estudos de Rocha e Eckert (2008), essa metodologia é especificamente desenvolvida dentro da disciplina antropológica, compreendendo etapas de coleta de dados relacionados ao trabalho de campo que envolve a convivência um pouco mais duradoura do pesquisador com determinado recorte de grupo social estudado, mas nem sempre foi assim.

Estudos acerca do surgimento da pesquisa etnográfica apontam que entre os séculos XX e XXI, período em que o método teve seus primeiros registros, os

pesquisadores sequer entravam contato direto com os pesquisados. Eram enviadas pessoas até uma civilização isolada (únicas culturas exploradas nessa conjuntura), responsáveis por aplicar questionários e levar artefatos para os pesquisadores analisarem e produzirem seus trabalhos.

Não havia, portanto, um vínculo social com as populações estudadas, caracterizando o método que ficou conhecido como “etnografia discriminatória estereotipada” (Ataídes, Oliveira e Silva, 2021). Ainda segundo os autores supracitados, o cenário acima só mudou devido à intervenção de antropólogos que defendiam que o processo descrito não era suficiente para captar a dinâmica dos grupos.

Dois grandes nomes se destacam como precursores nesse tipo de pesquisa. São eles Franz Boas e Bronislaw Malinowski. Boas foi o primeiro a conceber a sociedade como um sistema independente e o primeiro a analisá-la a partir dessa perspectiva integral. Já Malinowski, foi o primeiro a realizar uma investigação etnográfica, examinando de perto as comunidades, mudando o foco de importância assim, para o contato direto, prolongado e aprofundado sobre as populações sujeitas a serem investigadas. Surgem dois princípios fundamentais: êmico e ético.

Concisamente, êmico diz respeito às perspectivas dos agentes sociais estudados como fator interno, enquanto ético seria voltado para as dos pesquisadores como fator externo (Ataídes, Oliveira e Silva, 2021). A pesquisa, como é hoje aplicada, consegue atender à demanda científica estabelecendo uma interação entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados, utilizando técnicas como conversas, observação direta do objeto de estudo, entrevistas, entre outras.

A pesquisa etnográfica<sup>1</sup>, precisa que seja inserido em seu contexto, os atos de observar e ouvir. Exige também que o pesquisador migre de sua própria cultura para se inserir no fenômeno estudado, participando ativamente das formas de sociabilidade que caracterizam a realidade investigada. A fase inicial para o trabalho de campo envolve várias etapas, incluindo a definição do tema e objeto de pesquisa.

---

<sup>1</sup> Este estudo adota um viés etnográfico, fazendo uso da primeira pessoa para reforçar a imersão e a experiência direta da autora no campo. Esse estilo narrativo, característico em pesquisas etnográficas, evidencia a proximidade com os participantes e permite uma interpretação mais rica e contextualizada das percepções e vivências relatadas. Ao optar por essa abordagem, busco honrar a natureza intersubjetiva da coleta de dados e da análise, mantendo o rigor científico necessário.

Geralmente, esse tipo de trabalho não inclui hipóteses iniciais, pois, estas surgem à medida que a investigação avança durante a aproximação do campo do que vem a ser pesquisado (Rocha e Reckert, 2008). Ao se envolver diretamente com os residentes, este trabalho etnográfico permite uma análise profunda dos entendimentos, valores, crenças e atitudes dos membros do corpo social em relação ao turismo e ao PNA, contribuindo para a compreensão de percepções locais.

Para responder aos objetivos aqui propostos, a pesquisa foi fundamentada em uma análise qualitativa de caráter exploratório-descritivo, onde foi utilizado o método de pesquisa etnográfica, a fim de imergir na cultura local do município de Novo Airão e não somente observar como o turismo no PNA influencia a região, mas participar diretamente da experiência de vida da comunidade mencionada. A natureza imersiva e holística da etnografia permite uma análise abrangente das interações sociais, práticas culturais e dinâmicas ambientais presentes nessa região.

Portanto, a escolha da etnografia como metodologia para este estudo é justificada pela sua capacidade de fornecer uma compreensão detalhada e contextualizada dos fenômenos investigados, promovendo uma abordagem holística e imersiva que é essencial para a análise dos complexos sistemas sociais, culturais e ambientais presentes no contexto do PNA e do município de Novo Airão.

Como primeiro passo, após planejar um projeto de pesquisa e receber orientação sobre a pesquisa etnográfica, o jovem cientista se aproxima das pessoas ou grupos a serem estudados, buscando permissão para observar suas práticas sociais de forma sistemática. A interação aqui buscada é a base primordial da pesquisa. Ou melhor dizendo, a pesquisa de campo dispõe de uma hierarquia fundamental: ou os nativos aceitam a pesquisa ou não existe pesquisa etnográfica (Stocking, 1974, *apud* Peirano, 1993).

### **2.3 Observação participante**

Este modelo de pesquisa vem recebendo ao longo dos anos diferentes nomenclaturas como “pesquisa ação, auto-diagnóstico, investigação ação participativa” (Brandão e Borges, 2007), entre possíveis outras. Mas todas elas dizem respeito à observação participante ou pesquisa participativa. Ainda de acordo

com os autores, as práticas têm suas raízes em variadas dinâmicas de ação social, que se direcionam principalmente a grupos ou comunidades de base popular.

É importante citar que não existe um único modelo ou metodologia para essa abordagem científica, contudo, todas suas variações e alternativas de aplicação sempre se alicerçam na promoção da relação e comprometimento em ambas partes em ações voltadas para as comunidades. Nesse sentido, essas pesquisas frequentemente estabelecem um diálogo entre indivíduos e organizações sociais (Brandão e Borges, 2007).

A pesquisa participativa começa com a ideia de que se deve entender a realidade social como um todo. Isso significa que, mesmo que o foco da pesquisa seja algo bem específico e localizado — como um problema ou uma ação em uma comunidade — é importante não esquecer que tudo está interconectado. As ações feitas em um pequeno grupo ou em um determinado local podem influenciar ou serem influenciadas por aspectos mais amplos da vida social.

Em outras palavras, quando se está fazendo uma pesquisa, é essencial ter em mente que o que está acontecendo ali é apenas uma parte de um contexto maior. Essa perspectiva ajuda a compreender como diferentes elementos da sociedade se relacionam e interagem entre si, garantindo que as conclusões tiradas sejam mais ricas e precisas. Sendo especialmente relevante em pesquisas que envolvem comunidades, onde a dinâmica social pode ser complexa e multifacetada.

É necessário haver um contato direto que se torna essencial para facilitar a troca de conhecimentos e experiências, permitindo que as realidades e vozes de grupos marginalizados sejam reconhecidas. Dessa forma, busca-se não apenas compreender a dinâmica social, mas também agir de maneira colaborativa, colocando as demandas e as vivências dos participantes no centro das decisões e ações implementadas. Resumidamente, essas pesquisas podem ocorrer de diversas maneiras de interação entre os dois grupos de agentes sociais relacionados, promovendo um ambiente colaborativo e participativo.

Essa abordagem valoriza a perspectiva dos indivíduos, reconhecendo que cada um tem suas próprias experiências e significados. Assim, a pesquisa se torna mais autêntica, refletindo verdadeiramente a vida e as interações das pessoas

envolvidas. É essencial que o pesquisador esteja aberto a aprender com essas vivências, em vez de simplesmente coletar dados de forma mecânica.

Existe também a importância de se basear na experiência real das pessoas que participam da pesquisa, tanto individualmente quanto em grupo. A ideia é que a pesquisa deve focar na vida cotidiana dessas pessoas, levando em consideração suas vivências, as diferentes dimensões de suas vidas e como elas interpretam e dão significado a essas experiências. Isso significa que, ao conduzir a pesquisa, é fundamental ouvir e compreender como os participantes veem e sentem suas próprias realidades, sem impor interpretações externas.

Nesse contexto, as pessoas da comunidade devem participar ativamente durante todo o processo de pesquisa, que inclui investigação, educação e ação. Isso sugere que, desde o início até o final, a voz e a contribuição da comunidade são essenciais. À medida que as pesquisas avançam, é importante que as equipes que estão realizando essas investigações incluam tantos especialistas (agentes assessores) quanto membros da comunidade (agentes populares). À medida que novas experiências vão sendo acumuladas, a colaboração aumenta (Tripp, 2005).

Um bom molde é que em etapas futuras de um projeto ou pesquisa, deva haver uma diversidade cultural na participação. Assim, pessoas de diferentes culturas, tradições e experiências devem estar envolvidas. É necessário que todos os participantes tenham suas vozes consideradas igualmente importantes, independentemente de sua origem cultural.

Para compreender plenamente as estruturas, organizações e as experiências de diferentes grupos sociais, é necessário considerar que os processos sociais e os sujeitos estão envolvidos em um contexto histórico, assim, esses elementos se desenvolvem ao longo do tempo. Cada evento ou mudança social não ocorre isoladamente, mas faz parte de uma narrativa mais ampla que é moldada pela história (Demo, 1984).

A interação entre os eventos históricos e as vivências cotidianas das pessoas ajuda a construir o que é chamado de realidade social. Por exemplo, as lutas e conquistas de um grupo em um período específico influenciam suas interações e suas relações com outras organizações ou indivíduos. Compreender

essa dimensão histórica proporciona uma visão mais profunda da dinâmica social, permitindo que o pesquisador veja como as experiências atuais são influenciadas por eventos passados e pela evolução das estruturas sociais.

Possibilita-se à vista disso, reconhecer que o contexto histórico é fundamental para explicar por que as coisas são como são no presente e como as interações sociais são moldadas por essa história compartilhada. Em resumo, a realidade social é um produto da história vivida e analisar essa relação ajuda a entender melhor os desafios e as interações que os sujeitos sociais enfrentam.

Existe ainda um princípio de que a forma tradicional de interação entre o pesquisador e os grupos populares é vista como desigual, em que um lado (o pesquisador) age como o "sujeito" que observa, analisa e determina o que acontece com o "objeto" (os grupos populares). Essa relação pode desconsiderar as vozes e experiências dos participantes, levando a uma interpretação limitada da realidade social (Demo, 1984).

Para transformar essa relação, a proposta é estabelecer um vínculo mais igualitário, chamado por Brandão e Borges (2007) de "sujeito-sujeito". Isso significa que tanto o pesquisador quanto os grupos têm conhecimento e perspectivas valiosas que podem contribuir para a compreensão da realidade. Ao reconhecer que todos têm saberes originais, o pesquisador não apenas coleta informações, mas também se envolve em um processo colaborativo de aprendizado.

Desse modo, a interação e a colaboração entre pesquisador e comunidade são fundamentais para desenvolver uma compreensão mais detalhada e completa da realidade social, resultando em um conhecimento que pode realmente impactar e transformar a sociedade. Há também uma necessidade de unir teoria e prática na pesquisa, o que significa que o conhecimento teórico deve ser continuamente atualizado e aprimorado com base nas experiências e ações realizadas no campo.

A ideia é que, ao fazer isso, as práticas sejam estudadas e discutidas minuciosamente, permitindo uma melhor compreensão de como funcionam. A pesquisa participativa é influenciada pelas situações que surgem durante as ações sociais. Então enquanto os pesquisadores trabalham com a comunidade, é comum eles enfrentarem problemas que precisam ser abordados (Toledo e Jacobi, 2013).

Esses problemas e desafios ajudam a definir como a pesquisa será realizada. Ou seja, o que é encontrado no campo de pesquisa influencia as técnicas e métodos que os pesquisadores escolhem usar. Os resultados de uma pesquisa não são apenas informações que ficam registradas. Eles também podem mudar a forma como a comunidade atua ou lida com suas próprias questões. Por exemplo, se a pesquisa mostrar uma nova necessidade ou problema, a comunidade pode alterar suas ações com base nessa nova compreensão.

Portanto, quando novas questões ou desafios surgem, isso indica que pode ser necessário realizar mais pesquisas participativas. É um ciclo em que o que é aprendido leva a novas perguntas, que por sua vez exigem mais investigação. De modo que a pesquisa não é um evento único, mas parte de um processo contínuo de aprendizado e adaptação.

A pesquisa e a educação não são atividades isoladas, mas sim práticas carregadas de significados políticos e ideológicos. Portanto, é crucial que os pesquisadores e educadores reconheçam esse aspecto e se comprometam com uma participação ativa e engajada nas comunidades que estudam ou ensinam. Essa postura não apenas enriquece a pesquisa, mas também fortalece a relação entre o conhecimento produzido e as realidades sociais que se buscam entender.

Não há como ser neutro em qualquer tipo de pesquisa, especialmente nas que estão ligadas aos projetos sociais. Isso significa que a pesquisa não pode ser totalmente imparcial, pois os valores, crenças e contextos sociais do pesquisador influenciam a maneira como ele faz a pesquisa e interpreta os resultados. Entretanto, isso não quer dizer que pesquisadores possam impor suas ideologias ou agendas políticas nos fundamentos da pesquisa. Ou seja, enquanto a colaboração é essencial, a investigação deve ser conduzida de maneira ética e justa, sem favorecer uma visão ideológica específica (Demo, 1984).

Os pesquisadores, então, devem ser conscientes de suas próprias posições e das influências que elas podem ter em suas investigações. Assim sendo, implica-se um compromisso com a transparência e a responsabilidade em relação a como os resultados da pesquisa são aplicados e interpretados. O processo de pesquisa participante é caracterizado por um diálogo constante e não doutrinário entre todas

as partes envolvidas. Ao invés de impor ideias ou métodos, o objetivo é construir um consenso que seja flexível e possa mudar com o tempo.

Isso significa que a pesquisa é um esforço coletivo, onde todos têm a oportunidade de contribuir e moldar os resultados. O trabalho do pesquisador deve estar alinhado com as necessidades e as causas das pessoas que estudam ou com as quais trabalham. Mesmo que a pesquisa seja temporária e focada em um setor específico, o objetivo deve ser capacitar os participantes a gerenciar o conhecimento que é produzido e as ações que surgem a partir desse conhecimento. De maneira que as comunidades devem ter o poder e a habilidade de decidir sobre suas próprias questões e soluções.

A pesquisa participante deve buscar transformar conhecimentos, empatia e inspiração das pessoas em relação à sociedade. Ou seja, o que as pessoas sabem e sentem deve ser usado para promover mudanças na sociedade, especialmente em contextos de desigualdade e exclusão. Pode-se entender que é contribuir para a humanização das relações sociais. Isso implica que as ações e conhecimentos gerados devem promover o valor humano, a solidariedade e a inclusão, buscando superar as desigualdades (Toledo e Jacobi, 2013).

## **2.4 História oral e pesquisa em turismo**

As fontes de informação, como textos escritos e relatos orais, não se excluem; elas podem coexistir e se complementar. Cada uma tem características e funções únicas que são importantes para diferentes tipos de pesquisa. Dessa forma, é essencial entender como utilizar ambas de maneira eficaz. As fontes escritas, como livros, artigos e documentos, são duráveis e oferecem análises detalhadas, muitas vezes com dados verificáveis.

Por outro lado, as fontes orais, que incluem entrevistas e histórias contadas, capturam emoções e contextos, fornecendo perspectivas mais pessoais e imediatas. Essas diferenças tornam cada tipo de fonte valiosa em sua própria maneira. Além disso, as fontes escritas e orais exigem métodos distintos de análise. No entanto, é importante destacar que as fontes orais às vezes podem ser desvalorizadas. Essa falta de reconhecimento pode levar à percepção de que as fontes orais são apenas



um meio para confirmar informações escritas, em vez de serem consideradas importantes por si mesmas.

Portanto, valorizar tanto as fontes escritas quanto as orais é crucial para se obter uma compreensão mais rica e completa de qualquer tema (Portelli *et al.*, 1997). A primeira ideia é que a história oral não se limita a narrar o que aconteceu (os eventos), mas também busca entender o que esses eventos significam para as pessoas. Ou seja, ela investiga as interpretações, sentimentos e significados que as pessoas atribuem às suas experiências.

Apesar de seu foco em significados, a história oral não perde sua validade factual. Isso significa que as histórias contadas pelas pessoas podem ser verdadeiras e refletir eventos que realmente aconteceram, mesmo que não sejam sempre verificáveis como em documentos escritos (Thompson, 2002). As entrevistas e relatos orais frequentemente trazem à tona eventos ou detalhes que eram desconhecidos anteriormente. Mesmo em eventos que já são conhecidos, a história oral pode revelar novos aspectos, especialmente sobre a vida cotidiana de grupos que não estão no poder ou que têm suas vozes marginalizadas.

Um desafio em relação às fontes orais é a questão da verificação, referindo-se à dificuldade de confirmar a precisão e a veracidade das informações fornecidas nas falas. Como essas narrativas são baseadas em lembranças e experiências pessoais, pode ser difícil validar se o que foi dito corresponde exatamente aos fatos. Portanto, os pesquisadores devem considerar essa limitação ao usar histórias orais em suas análises (Portelli *et al.*, 1997).

Um dos aspectos mais importantes das fontes orais é a sua subjetividade. Isso significa que elas refletem o ponto de vista individual do narrador, proporcionando uma visão íntima das experiências vividas. Por exemplo, duas pessoas podem ter participado do mesmo evento, mas cada uma pode se lembrar dele de maneira diferente, com sentimentos e interpretações distintas. Essa subjetividade é algo que não pode ser encontrado em documentos formais, que geralmente apresentam uma visão mais objetiva e imparcial (Portelli *et al.*, 1997).

Além disso, as fontes orais permitem que historiadores descubram uma diversidade de vozes, especialmente de grupos que normalmente não são ouvidos

na história tradicional. Ao ouvir essas histórias, os historiadores podem entender melhor a complexidade da vida das pessoas e dar espaço a narrativas que de outra forma seriam ignoradas. Isso é fundamental para captar a realidade de comunidades marginalizadas e para criar uma representação mais completa da história (Thompson, 2002).

As fontes orais também oferecem informações sobre o que as pessoas realizaram, mas vão além disso. Elas elucidam o que acreditavam estar fazendo, ou seja, a maneira como percebiam suas próprias ações naquele momento. Essa perspectiva é importante, pois contribui para a compreensão das motivações e emoções que fundamentavam determinados comportamentos.

Além disso, esses relatos apresentam uma visão sobre como os indivíduos atualmente interpretam suas experiências passadas, possibilitando reflexões sobre suas vivências ao longo do tempo. Isso ilustra como as opiniões e sentimentos podem mudar conforme as pessoas reavaliam suas lembranças (Portelli *et al.*, 1997). As narrativas orais e escritas, enquanto registros da experiência humana, revelam muito sobre a maneira como as pessoas percebem e interagem com o mundo ao seu redor.

No contexto do turismo, essas fontes adquirem um significado especial porque capturam não apenas os eventos que ocorrem durante as viagens, mas também as emoções, expectativas e reflexões dos viajantes. As histórias compartilhadas por turistas e moradores locais criam um mosaico de significados que enriquece a compreensão acerca do fenômeno turístico.

Historicamente, o turismo tem sido visto como uma mera atividade de lazer, mas ao se considerar as narrativas orais, é possível perceber uma profundidade que vai além do simples ato de viajar. Essas histórias revelam a relação dos indivíduos com os lugares que visitam e com as culturas que encontram. Assim, as entrevistas com viajantes e residentes não apenas documentam experiências, mas também desvendam as interpretações que os turistas fazem sobre as culturas locais, as interações que têm com as comunidades e as lições aprendidas ao longo do caminho.

As fontes orais no contexto do turismo fornecem uma oportunidade única para ouvir as vozes de comunidades que muitas vezes são marginalizadas nas narrativas históricas tradicionais. Os relatos de moradores que vivem em locais turísticos frequentemente oferecem uma visão contrastante com a do turista, revelando tensões, expectativas e benefícios que podem surgir com a presença de visitantes.

Essa perspectiva ajuda a formar um entendimento mais completo das dinâmicas sociais que permeiam o turismo, reconhecendo a importância da inclusão das vozes locais no debate sobre a relação do turismo com suas vidas (Da Gama *et al.*, 2023). Em suma, as fontes orais não só capturam a essência do que significa viajar, mas também nos permitem explorar a complexidade das relações entre turistas e comunidades anfitriãs.

Através dessas narrativas, pode-se ampliar a compreensão do turismo como um fenômeno social dinâmico, onde emoções, significados e experiências individuais se entrelaçam para criar um retrato multifacetado da vida contemporânea. A combinação de métodos de pesquisa que integrem fontes orais e escritas é essencial para enriquecer a análise no campo do turismo. Abordagens como a etnografia permitem uma imersão no contexto social, possibilitando a coleta de relatos orais que complementam dados provenientes de registros históricos e documentos.

Além disso, a análise de conteúdo se mostra uma técnica eficaz ao examinar tanto entrevistas quanto materiais escritos, facilitando a identificação de temas e padrões que emergem nas narrativas. Essa diversidade de métodos não apenas enriquece a compreensão das interações turísticas, mas também oferece uma visão mais abrangente sobre as experiências vividas por turistas e residentes, reconhecendo a complexidade e a dinâmica das relações sociais.

A narrativa oral tem se mostrado uma estratégia de observação direta dos indivíduos envolvidos no fenômeno turístico, possibilitando a documentação das experiências pessoais sobre as culturas, estruturas sociais e percepções sobre a evolução desse fenômeno em diversas regiões (Bedim e De Paula, 2007). Afirmar que os turistas chegam a um local desprovido de história e significado é um erro. Do

mesmo modo que subestimar a influência que esses visitantes exercem na narrativa das comunidades e nos espaços que exploram.

Os turistas não são meros observadores, eles se tornam parte componente da trajetória dos destinos que conhecem, contribuindo para sua transformação e reconfiguração. Esse papel ativo dos turistas implica que suas experiências e interações influenciam nas práticas sociais cotidianas das localidades visitadas. A presença desses viajantes introduz novas memórias e interpretações ao imaginário coletivo dos lugares, enriquecendo e diversificando as histórias que os cercam.

Dessa forma, os turistas desempenham um papel essencial na construção contínua da identidade cultural e histórica dos locais que frequentam (Bedim e De Paula, 2007). A pesquisa com fontes orais apresenta desafios significativos que vão além da verificação da veracidade das informações. Pesquisadores podem enfrentar preconceitos pessoais que influenciam a forma como interpretam e relatam as narrativas coletadas. Além disso, a seleção dos entrevistados pode ser uma tarefa complicada, uma vez que a representatividade é crucial para a validação dos dados.

A escolha de indivíduos que possam fornecer perspectivas diversificadas e significativas é fundamental para evitar a homogeneização das vozes ou a marginalização de certas experiências. Portanto, é necessário que os pesquisadores adotem uma postura crítica e reflexiva ao trabalhar com fontes orais, reconhecendo essas dificuldades e buscando abordagens que garantam a inclusão e a diversidade nas narrativas coletadas.

Outra abordagem interessante é a discussão sobre a interseção entre a história oral e o turismo sustentável. Esta é uma adição pertinente ao debate atual sobre o impacto ambiental e social do turismo. As narrativas orais podem oferecer uma compreensão mais profunda das práticas sustentáveis em comunidades que recebem turistas, revelando como as tradições locais e as sabedorias ancestrais contribuem para a conservação do meio ambiente e para a promoção de um turismo responsável.

Além disso, ao dar voz para comunidades marginalizadas, essas histórias podem destacar as tensões entre o desenvolvimento turístico e a preservação cultural e ambiental. Ao incorporar a perspectiva da história oral, os pesquisadores

podem promover um diálogo mais inclusivo sobre a sustentabilidade no turismo, ajudando a construir práticas que respeitem tanto as comunidades locais quanto o meio ambiente. Um potencial aliado é o advento das plataformas digitais e das redes sociais, que têm transformado a maneira como as narrativas orais são compartilhadas e disseminadas.

Essas tecnologias permitem que as vozes das comunidades locais sejam ouvidas globalmente, rompendo as barreiras geográficas e ampliando o alcance das histórias contadas por essas pessoas. O uso de vídeos, áudios e postagens em redes sociais possibilita uma conexão mais direta e imediata entre os contadores de histórias e o público, promovendo um intercâmbio cultural que pode enriquecer a experiência turística e contribuir para a valorização das narrativas orais no contexto do turismo.

Para a coleta de dados desse trabalho, no que diz respeito à história oral, sua contemplação se deu no momento em que eu consegui abrir um diálogo com os moradores, para os quais apliquei o questionário semiestruturado, e esses puderam discutir sobre suas histórias, seus pontos de vista e opiniões para além da restrição de “certo” e “errado” ou “sim” e “não” em suas falas.

Houve um verdadeiro diálogo onde eles puderam expressar o que sentiam e/ou pensavam sem incomodar com as restrições mencionadas, o que consequentemente possibilitou em um verdadeiro arcabouço muito rico em informações que puderem ser analisadas e aqui apresentadas.

Essas informações, por meio da análise do campo subjetivo, permitiu dar a voz para essa parcela da população que pode nunca ter conseguido ser ouvida, justamente por um não reconhecimento do valor da história oral. E esse aspecto é fundamental, pois as narrativas pessoais oferecem uma visão valiosa sobre o contexto sociocultural no qual esses indivíduos estão inseridos.

## **2.5 Amostragem estratégica ou intencional**

A amostragem é o processo de seleção de um subconjunto de indivíduos ou elementos de uma população maior, com o objetivo de obter informações que

representem as características dessa população. Uma amostra é considerada representativa quando suas propriedades refletem adequadamente as características do todo, permitindo que conclusões sejam feitas sobre a população com um nível de confiança estatística.

Assim, a amostragem é fundamental para pesquisas, pois possibilita a coleta de dados de maneira eficiente, reduzindo custos e tempo, enquanto assegura a validade dos resultados obtidos (Oliveira; Aquino, s.d.). De acordo com os estudos de Bolfarine e Oliveira Bussab (2005), o modelo de amostragem possui dois tipos de classificação de critérios distintos. O primeiro critério analisa se o processo de seleção da amostra é feito de forma probabilística ou não, ou seja, se todos os elementos da população têm ou não uma chance conhecida de serem escolhidos.

O segundo critério observa se a pessoa responsável pela amostragem segue um método objetivo ou subjetivo ao realizar a escolha dos participantes. Um método objetivo segue regras claras e padronizadas, enquanto o subjetivo permite ao pesquisador aplicar suas próprias percepções ou julgamentos ao selecionar os elementos da amostra. Um procedimento objetivo refere-se a um método claro, bem definido e que pode ser repetido por diferentes pessoas, gerando sempre resultados consistentes ou muito próximos.

Isso significa que, ao seguir as mesmas instruções ou critérios, duas ou mais pessoas podem obter amostras idênticas ou com as mesmas características relevantes. Já um procedimento subjetivo permite maior flexibilidade e depende do julgamento pessoal de quem está selecionando a amostra. Nesse caso, o pesquisador usa sua intuição ou percepção para decidir quais elementos devem ser escolhidos, o que pode gerar variações de uma amostra para outra (Bolfarine e Oliveira Bussab, 2005).

Esses dois critérios (objetividade e subjetividade) podem ser combinados com a presença ou ausência de um processo probabilístico na seleção da amostra, o que leva a diferentes tipos de amostras.

**Quadro 1** - Tipos de amostragem

Critério do “amostrista”	Procedimento de seleção	
	Probabilístico	Não probabilístico
Objetivo	<b>Amostras probabilísticas</b>	<b>Amostras criteriosas</b>
Subjetivo	<b>Amostras quase-aleatórias</b>	<b>Amostras intencionais</b>

Fonte: Bolfarine e Oliveira Bussab, 2005.

Quando tanto o processo de seleção quanto o critério de escolha são objetivos e probabilísticos, resulta em uma amostra probabilística, que é mais representativa da população. Se o processo de seleção não é probabilístico, mas ainda assim utiliza critérios objetivos, tem-se uma amostra criteriosa. Quando há um processo probabilístico, mas a escolha dos elementos envolve julgamentos subjetivos, chama-se amostra quase-aleatória.

Por fim, se tanto o processo de seleção quanto os critérios são subjetivos e não probabilísticos, o resultado é uma amostra intencional, escolhida deliberadamente pelo pesquisador com base em suas observações ou preferências, como é o caso da presente pesquisa. O pesquisador inicia a interação com um grupo inicial de indivíduos previamente identificados como parte do universo a ser estudado.

Esses participantes podem, então, apresentar o pesquisador a outros integrantes do grupo, permitindo a continuidade da coleta de dados (Mahaluca, 2016). Por exemplo, em uma investigação sobre práticas de saúde mental, um terapeuta pode recomendar que o pesquisador entre em contato com seus clientes que estão dispostos a compartilhar suas experiências e perspectivas sobre os tratamentos que receberam.

Assim, a pesquisa não segue um critério quantitativo rígido, refletindo a natureza exploratória do estudo. A escolha pela amostragem estratégica ou

intencional se justifica pelas especificidades do contexto em que a investigação foi realizada, onde as limitações encontradas no campo foram registradas como uma margem de erro.

Essa margem é fundamental para entender as nuances e particularidades do ambiente de pesquisa, reconhecendo que os dados obtidos representam um recorte específico da realidade e não podem ser generalizados para toda a população de Novo Airão. Ao adotar essa abordagem, foi possível incluir uma diversidade de respostas, mesmo que provenientes de perfis distintos. Essa diversidade é enriquecedora, pois possibilita uma análise mais aprofundada das percepções e experiências dos moradores em relação ao turismo e suas interações com o PNA.

Assim, mesmo que os resultados não sejam aplicáveis a toda a população, eles oferecem *insights* valiosos sobre a realidade local e permitem compreender aspectos qualitativos significativos. A ênfase na amostragem intencional, portanto, garante que a pesquisa capte a complexidade das opiniões e vivências dos entrevistados, contribuindo para uma compreensão mais abrangente e contextualizada do fenômeno em questão.

## **2.6 Diário de campo: a imersão etnográfica**

Uma questão muito comum a se pensar pelos leitores de pesquisa etnográfica é: “por que seria relevante discutir o uso do diário de campo em áreas como a antropologia e outras disciplinas sociais, se ele já é considerado uma ferramenta comum em pesquisas etnográficas?”. Essa é uma pergunta que pode surgir quando se depara com um estudo que explora esse tipo de registro.

Além da necessidade de uma reflexão mais aprofundada sobre métodos qualitativos, existem outras justificativas importantes. Por exemplo, cada pesquisador pode empregar o diário de campo de maneira única, sem seguir um padrão rígido que possa ser aplicado universalmente a todas as investigações etnográficas (Cachado, 2021).

Assim, refletir sobre o uso do diário de campo é essencial para garantir que ele continue sendo uma ferramenta valiosa não só para capturar as particularidades dos fenômenos estudados, mas também para aprimorar o entendimento das



complexidades envolvidas nas interações sociais (Atkinson *et al.*, 2000; ). É fundamental apontar para a importância da observação participante como um componente essencial da etnografia.

É inegável que o diário de campo tem muito valor como um ambiente onde os dados etnográficos se interconectam durante as atividades etnográficas. A utilização cuidadosa e regular desse instrumento aumenta a eficácia da observação participante em um estudo qualitativo. Portanto, ao se considerar a relevância do diário de campo, percebe-se que ele não é apenas um registro de informações, mas um espaço dinâmico onde as experiências do pesquisador se fundem com as observações do campo, enriquecendo a análise qualitativa.

Essa ferramenta se torna, assim, uma extensão do próprio processo etnográfico, permitindo que as vozes dos sujeitos estudados sejam ouvidas de forma mais clara e contextualizada. Ao fomentar uma prática reflexiva e sistemática, o diário de campo não apenas facilita a organização dos dados, mas também provoca questionamentos que podem levar a novas compreensões e *insights* sobre as complexidades das realidades sociais. Dessa maneira, sua discussão e utilização consciente são indispensáveis para a evolução da pesquisa em antropologia e nas ciências sociais.

### **2.6.1 Do horizonte à floresta: rumo a Manaus**

Minha jornada em busca dos dados primários desta pesquisa começa no dia 13 de fevereiro de 2024, ao embarcar em um voo da cidade de Belo Horizonte (MG), onde atualmente resido, com destino a Manaus (AM). Meu voo saiu de Belo Horizonte às 9h15, com uma parada em São Paulo, chegando somente às 15h10 no Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, em Manaus. A viagem foi tranquila. Ao chegar em Manaus, fiquei hospedada na casa de parentes.

Passei alguns dias na cidade para aproveitar a companhia de familiares e amigos, além de planejar estratégias para obter sucesso na coleta de dados do campo. Uma delas foi levar minha avó e minha tia-avó até Novo Airão para me ajudarem na aplicação dos questionários. Essa decisão foi tomada após refletir sobre o modo de vida das pessoas no Amazonas.

Como nós, que nascemos e fomos criadas na região, sabemos que muitas vezes os amazonenses demonstram comportamentos mais resistentes em alguns aspectos, como a participação em pesquisas. Esse raciocínio foi considerado, especialmente porque já havia um histórico de comportamentos relacionados às UCs, levantados em materiais bibliográficos, que eu esperava encontrar. Um desses comportamentos é a resistência na fala por medo.

Com o recorte de participantes já definido e a proposta de ir de porta em porta em busca dessas pessoas, para que se pudesse ter uma conversa mais coloquial e cotidiana, o privilégio de contar com a companhia de minha avó e tia-avó — mulheres mais maduras e experientes — acabou sendo uma boa estratégia para amenizar o possível sentimento de desconfiança dos entrevistados, que, em sua maioria, são pessoas mais velhas de Novo Airão.

Com a ajuda das duas, que já visitaram a cidade antes (enquanto esta será minha primeira vez), consegui contatar alguns moradores que se dispuseram a nos acolher durante nossa estada na cidade. Com isso, teremos a oportunidade de observar de perto o dia a dia desses indivíduos e tentar imergir o máximo possível em sua cultura.

### **2.6.2 Estradas verdes: a odisseia de Manaus a Novo Airão**

O percurso até Novo Airão começou às 15h00 do dia 19 de Fevereiro quando saímos da rodoviária de Manaus. O ônibus tem banheiro, ar-condicionado, bebedouro e até entrada USB para carregar aparelhos eletrônicos. Durante o trajeto, só conseguia perceber como a fauna e a flora são belas. A estrada não estava tão mal asfaltada (e talvez fosse a paisagem ao redor atuando em um papel de cortina de fumaça, mas achei que as condições da via poderiam estar em uma situação bem mais precária).

Somente às 19h40 chegamos em Novo Airão. A cidade aparenta ser pacata. Há mais motos que carros transitando pelas ruas. Pegamos mototáxis — ou, como é mais conhecido no Amazonas, "motoqueiros". Cada uma de nós três tinha uma bagagem de 10 kg. Preciso mencionar que algo assim não é tão comum em Belo Horizonte, mas nós sentamos na moto com a mala apoiada nas pernas e fomos em direção ao nosso destino. A corrida teve um valor acessível de R\$5,00.

Ao percorrer a cidade, é interessante notar como as pessoas vivenciam os espaços, dando-lhes um significado de lugar (em oposição à ideia de "não-lugar"), tema discutido por autores como Castro (2008) e tantos outros na academia. Mesmo à noite, enquanto fazíamos o trajeto, era possível ver pessoas sentadas em suas calçadas, conversando com outras. Algumas estavam em grupos grandes, entre familiares e amigos. Às 19h50, chegamos ao local onde iremos morar durante a semana.

Nossa recepção foi feita por um casal de moradores locais que, por motivos de privacidade, não posso mencionar os nomes. Já expressei aqui meu sincero agradecimento! Não existem palavras para agradecer o suficiente como eu gostaria de poder. Eles são pessoas de mais idade, moram sozinhos em uma casa de madeira bem humilde e muitíssimo acolhedora.

A primeira impressão está sendo muito positiva. Fomos recebidas com um jantar. Não foi só um jantar, mas um verdadeiro banquete com peixe frito e cozido. Pode-se imaginar minha felicidade. Outro ponto que me deixou muito alegre foi no final do dia, após toda correria, ir descansar e ter ar-condicionado e *wi-fi*.

### **2.6.3 Entre respostas e desilusões: desafios na realidade da pesquisa**

Às 9h00 do dia 20 de Fevereiro de 2024, começamos a organizar os materiais para sair a campo. Foi nesse momento que percebi um possível motivo para ver tantas pessoas nas ruas durante a noite para além da relação de pertencimento e significado de lugar que essas áreas têm para elas. O calor é impressionante, mesmo para nós — eu, minha avó e minha tia — que somos amazonenses e acostumadas com o clima quente da região.

Fomos em direção a uma das praias da cidade, que ficava bem próxima da residência onde estávamos. No caminho, avistamos muitos flutuantes (casas de ribeirinhos que flutuam sobre a água), mas encontramos poucas pessoas que poderiam ser candidatas a participar da pesquisa.

**Figura 1** - Entre calor e determinação: uma jornada quente em busca de respostas



Fonte: autora, 2024.

**Figura 2** - Passos na natureza: aventura em busca de histórias



Fonte: autora, 2024.

As imagens acima foram tiradas durante essa caminhada inicial, quando o calor, apesar do horário ainda cedo, já era intenso. Seguimos por uma pequena trilha, muito deserta, até chegar à praia. Depois de caminhar bastante sem encontrar muitas pessoas, vimos um barco encostando-se à beira, com alguns homens a bordo. Decidimos imediatamente ir até lá, acreditando que um deles poderia ser um barqueiro essencial para a pesquisa. A princípio, fomos bem recebidas.

**Figura 3** - Praia Porto do Padre



Fonte: autora, 2024.

No entanto, ao embarcarmos, mesmo considerando que haveria certa resistência, fiquei surpresa com a forma como o barqueiro nos tratou. Ele não foi grosseiro, mas demonstrou uma grande resistência, o que, após sua explicação, foi compreensível. Ele nos disse que, apesar de acreditar que eu estava ali para fins de pesquisa científica, não poderia aceitar participar, nem falar qualquer coisa sobre o parque.

Segundo ele e seus colegas, já haviam ocorrido diversos episódios em que pessoas que trabalhavam para órgãos como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e até mesmo para a prefeitura, haviam causado problemas para os ribeirinhos, fingindo fazer esse tipo de pesquisa, quando na verdade era uma forma de obter informações que foram usadas contra esses moradores posteriormente.

Nem a presença da minha avó e tia foi suficiente para convencê-lo a participar da entrevista. O que mais me chamou a atenção foi a sensação clara de insegurança que transparecia em seus olhos, gestos e comportamento. Desde o primeiro momento, a intimidação era evidente, algo que eu já esperava, mas não em

tal magnitude. Após essa longa procura e a frustração com o ocorrido, concluímos que não nos sentíamos bem para continuar, devido ao calor excessivo.

Decidimos fazer uma pausa e retomar a busca ao entardecer, quando o sol estivesse mais ameno. Precisei ficar na rede do lado de fora para tentar pegar um ar, pois o ar-condicionado não era ligado durante o dia. Após o retorno, consegui realizar a primeira entrevista e, mais uma vez, percebi com clareza a forma como o parque e suas autoridades passam a impressão (pelo menos de início) de intimidar algumas pessoas.

O primeiro entrevistado foi muito colaborativo e deu um depoimento extremamente valioso. Ele deixou claro que algumas pessoas têm muito medo das autoridades, reforçando o que já havia sido dito pelo barqueiro que se recusou a participar. Ambos expressaram uma visão similar: os responsáveis pelo parque não têm uma boa reputação e há a percepção de que os moradores locais pagam um preço muito alto, enquanto uma elite enriquece às custas da pobreza da população e do dinheiro dos turistas. Importante citar que o dito acima é com base nos relatos até agora obtidos.

Enquanto caminhava pelas ruas, consegui encontrar mais um entrevistado. Segundo ele, a cidade já foi mais tranquila, mas "hoje em dia, nem janela aberta pode deixar", pois a criminalidade local é grande (Entrevistado 2, 2024). Encerramos o primeiro dia de aplicação de questionários com apenas duas entrevistas realizadas. De volta à casa, comi uns cinco pães caseiros com tucumã e finalizei o dia.

#### **2.6.4 Ecos da realidade: histórias à sombra da invisibilidade**

No dia 21 de Fevereiro, acordamos bem mais cedo para sair e tentar realizar mais entrevistas, uma vez que a tarde estava se tornando extremamente quente. Após um café da manhã típico com pães recheados de tucumã, nos aventuramos novamente pelas ruas da cidade. Embora não pretenda narrar cada entrevista, irei destacar aquelas que apresentarem pontos relevantes, seja com uma visão crítica ou positiva.

Neste dia, percorremos diversas ruas, muitas vezes as mesmas, já que Novo Airão, apesar de seu território extenso, possui um número relativamente pequeno de ruas. As longas quadras e os amplos lotes criam a impressão de que as opções de caminhos são limitadas, mas a caminhada ainda se torna longa e cansativa. Ao final da manhã, conseguimos realizar cinco entrevistas. No entanto, mais uma vez, nos vimos obrigadas a fazer uma pausa devido ao calor intenso, retornando apenas ao anoitecer.

Em síntese, os novos depoimentos coletados também revelam que as pessoas carregam um profundo medo e indignação, acompanhados de uma sensação de desaprovação e impotência. Alguns dos relatos que ouvi foram tão comoventes que precisei me conter para não demonstrar emoção excessiva, evitando deixar os entrevistados desconfortáveis. É palpável o desespero de alguns entrevistados desse recorte por algo tão básico quanto um prato de comida.

Durante nossas caminhadas, encontrei pichações em vários lugares ao longo do caminho associadas à uma facção conhecida nacionalmente, o que pode reforçar o relato anterior, sobre a janela, ligado à criminalidade. Outra observação que me chamou a atenção foi a quantidade de lixo espalhado pelas ruas, um contraste gritante para um destino que é vendido como ambientalmente turístico.

Isso é ainda mais preocupante, considerando que estamos em uma unidade de conservação na Amazônia, frequentemente referida como “os pulmões do mundo” (expressão essa que não passa de uma metáfora, pois as verdadeiras responsáveis por essa função são as cianobactérias [Barbosa, 2022]). Mas ainda assim, o lixo é preocupante.

**Figura 4** - Lixo descartado de forma inadequada em Novo Airão



Fonte: autora, 2024.

**Figura 5** - Lixo descartado de forma inadequada em Novo Airão . 2



Fonte: autora, 2024.

Ao encerrar mais um dia de entrevistas, ficou evidente que os sentimentos de medo e desconfiança predominaram entre os entrevistados até o momento, e até mesmo entre aqueles que se recusaram a participar por (pasmem) medo. Além disso, um aspecto preocupante que se destacou é que as pessoas entrevistadas majoritariamente não sabem ler nem escrever, o que certamente agrava sua vulnerabilidade e dificulta o acesso à informação e à tomada de decisões.



### 2.6.5 Caminhos de informações: a busca por dados

No dia 22 de Fevereiro, fomos à prefeitura em busca de informações que pudessem contribuir para o trabalho, especialmente em questões relacionadas ao turismo. Fomos recebidas na sala de um dos secretários, com quem conseguimos ter uma conversa. Ele nos informou que, em relação aos recursos para o setor, o município geralmente utiliza verbas próprias, pois há pouca alocação externa.

No entanto, mencionou a existência de políticas públicas locais voltadas tanto para o turismo quanto para a cultura, como as leis 421, 356 (que dispõe sobre o tombamento de material histórico) e 357 (que trata do tombamento das ruínas de Airão Velho). Além disso, citou o Plano de Manejo e o Código Florestal como documentos relevantes para a gestão do território. Embora tenham sido feitos alguns esforços, ele ressaltou que a cidade ainda carece de uma infraestrutura turística robusta e bem estabelecida, um ponto crítico para o desenvolvimento do setor.

A Lei Nº 6.508, de 11 de outubro de 2023, ou lei 357, reconhece as ruínas de Airão Velho como Patrimônio Histórico e Cultural Imaterial do Estado do Amazonas (Amazonas, 2023). Já a Lei Nº 356/2015 de 14 de Setembro de 2015, dispõe do tombamento de todo material histórico, artístico, cultural e natural.

Depois, fomos à secretaria da prefeitura em busca de dados demográficos atualizados sobre a população de Novo Airão, considerando que as informações disponíveis na internet são bastante limitadas. A atendente informou que eles não possuem esse tipo de dado e sugeriu que procurássemos uma secretaria específica. Seguimos as instruções que ela nos deu, mas não conseguimos localizar o lugar, nem mesmo utilizando o *Google Maps* para auxiliar na busca.

Entrevistamos algumas pessoas que, ao contrário dos primeiros moradores, demonstraram ter uma impressão positiva sobre o turismo na cidade. No entanto, nenhuma delas conseguiu explicar claramente como o turismo de fato as beneficiava. Quando questionei sobre como esse retorno ocorria ou o motivo de considerarem o turismo algo positivo, muitos mudaram de discurso após uma breve reflexão.

Um exemplo ilustra essa mudança de perspectiva quando perguntei como a pessoa percebia o turismo na cidade: "É, é uma coisa até boa, né". Ao questionar de

que maneira isso era bom, a entrevistada, após parar para pensar, chegou a uma conclusão diferente: "Agora, na verdade, tudo é proibido, né. Aí fica difícil" (Entrevistada 6, 2024). O que me chamou a atenção nesses momentos foi a impressão de que essas falas pareciam quase automáticas, como se não refletissem de fato uma opinião pessoal ou crítica sobre o assunto.

Minha avó, que trabalhou por muitos anos como vacinadora em postos de saúde de atendimento nos bairros da nossa cidade natal, sugeriu que visitássemos um desses postos em Novo Airão, já que, na nossa cidade, costumava haver informações demográficas, como o número de pessoas, por faixa etária, distribuído pelos bairros, sexo e outros dados relevantes. No entanto, ao chegarmos em um posto de saúde, também não souberam nos informar. Perguntamos novamente sobre a localização da secretaria mencionada pela funcionária da prefeitura, mas eles também não souberam nos direcionar para onde se localizava.

Decidimos seguir na direção indicada inicialmente, mesmo sem muita certeza. Paramos várias pessoas na rua para pedir direções, e cada uma indicava um caminho diferente, mas nunca chegamos ao destino. Chegou a um ponto em que começamos a acreditar que ou a secretaria não existia ou estava tão escondida que seria praticamente impossível encontrá-la. Diante disso, decidimos retomar a coleta de dados com os moradores. No caminho, conseguimos entrevistar algumas pessoas.

Também visitamos a Praça Municipal de Novo Airão, popularmente conhecida como "Praça do Dinossauro". Não posso afirmar com certeza o motivo exato de seu nome, devido à escassez de dados concretos sobre sua criação. Alguns moradores contam que o nome surgiu porque fósseis de dinossauros foram encontrados na região durante escavações arqueológicas, e, por isso, a prefeitura teria decidido fazer uma homenagem. Outros, porém, dizem que a ideia nasceu de um sonho do prefeito, que teria acordado um dia e resolvido concretizar essa visão (Souza, 2018).

**Figura 6** - Amazonssauro da Praça Municipal de Novo Airão



Fonte: autora, 2024.

**Figura 7** - Playground na Praça Municipal de Novo Airão



Fonte: autora, 2024.

A praça foi um local muito agradável de visitar, com uma boa aparência de manutenção. Além do espaço aberto, há também uma área coberta, onde, para nossa alegria, pudemos assistir e participar de uma dinâmica voltada para a “terceira

idade”, realizada pelo programa nacional conhecido como Centro de Convivência para Idosos (CCI), que oferece atividades recreativas para esse público.

Fomos convidadas a participar e tanto minha avó quanto minha tia aproveitaram ao máximo. Parabéns aos organizadores e, em especial, ao professor Matheus, que nos acolheu de forma calorosa e se mostrou um verdadeiro agente de transformação, promovendo, com muita leveza e risadas, uma melhoria significativa na qualidade de vida dos participantes.

**Figura 8** - Atividade Recreativa do CCI em Novo Airão



Fonte: autora, 2024.

**Figura 9** - Atividade Recreativa do CCI em Novo Airão



Fonte: autora, 2024.

Conseguimos realizar entrevistas em um local estratégico, o que facilitou nosso acesso às pessoas, já que estava sendo desafiador encontrá-las

anteriormente. A presença de minha avó e tia foi fundamental, pois, apesar da atmosfera alegre e cheia de atividades, houve um momento de estranheza e desconfiança entre os entrevistados. No entanto, a companhia delas ajudou a suavizar a situação e incentivou as pessoas a se sentirem mais à vontade para responder. Registramos nossas observações e encerramos o dia com a sensação de progresso.

#### **2.6.6 Conexões e desconexões: a gestão do parque e o Flutuante dos Botos**

Em 23 de Fevereiro fomos até uma das bases do PNA, localizada no bairro Nossa Senhora Auxiliadora, que serve como portão de entrada ao parque para os visitantes da cidade. Ao tentarmos aplicar a entrevista com o questionário voltado para o PARNA, um dos coordenadores nos recebeu de maneira bastante casual. No entanto, ele mencionou que era necessário fazer uma solicitação formal e seguir toda uma burocracia relacionada à universidade.

Após explicar que minhas perguntas eram simples e poderiam ser feitas por e para qualquer turista, ele acabou cedendo e permitiu que realizássemos a aplicação do questionário especialmente criado para o PNA, apesar de não poder ter dado respostas mais detalhadas. Sobre os projetos existentes atualmente, disse haver um projeto de termo de compromisso com as comunidades do entorno de pesca de subsistência.

Tive dificuldade de encontrar esses dados *online*, tentei contatar o parque depois, mas não atendiam as ligações e nem responderam meus *e-mails* sobre dúvidas do parque. Fica para pesquisas futuras, pois é um dado interessante. Os barqueiros são os responsáveis por conduzir os turistas em visitas pelo PNA, pois, sem eles, os visitantes, assim como os moradores, não podem transitar pela área. O coordenador explicou que a relação deles com o parque se limita a essa função.

A respeito da equipe de funcionários, o parque conta com quatro analistas ambientais, dois técnicos ambientais, dois técnicos administrativos e cerca de quarenta e nove agentes ambientais. Os cargos de agente ambiental são preenchidos exclusivamente por meio de edital. Realizamos algumas entrevistas

com barqueiros, e um deles compartilhou informações sobre os passeios oferecidos pelo parque.

Os preços variam conforme o tipo de passeio e o número de pessoas. Para uma lancha com capacidade de uma a quatro pessoas por um passeio de 2h30, o custo é de R\$300,00. Para um passeio mais longo, de 4h que inclui a visita à uma comunidade ribeirinha, o valor sobe para R\$600,00. Já o passeio completo, das 9h00 às 15h00, custa R\$800,00.

No final da tarde, conseguimos visitar o Flutuante dos Botos, um local famoso que oferece a experiência de interação direta com os animais. Ele está localizado a apenas cinco minutos a pé da base do parque. A entrada custa R\$30,00, valor que eu e minha tia pagamos cada. Creio que idosos e crianças pagam metade, mas é aconselhável entrar em contato com o local para confirmar essa informação.

**Figura 10** - Flutuante dos botos



Fonte: autora, 2024.

As imagens mostram a entrada do Flutuante dos Botos, que, à primeira vista, pode parecer um local de acesso remoto, mas na verdade, é bem fácil de

visitar. Há uma escadaria logo atrás que conecta a prainha à rua, facilitando o acesso. Ao lado, é possível notar um quadro com fotos de pessoas famosas que já estiveram lá para conhecer os botos.

A visita começa com uma apresentação da responsável pelo local, que fornece instruções e exibe um vídeo na televisão para reforçar as orientações. Após isso, é recomendado lavar as mãos antes de acessar a plataforma dos botos, garantindo uma experiência segura e agradável. A responsável pelo Flutuante dos Botos explicou que, até alguns anos atrás, era permitido nadar com eles.

No entanto, esse tipo de interação foi interrompido devido a problemas como tentativas de dominação dos animais e o uso excessivo de protetor solar e outros produtos que poderiam prejudicar sua saúde. Além disso, havia caso de visitantes urinando na água na presença dos botos, o que reforçou na decisão de restringir a interação.

Atualmente, a experiência permitida consiste em observar a alimentação dos botos a partir da plataforma, onde são seguidos horários e cuidados específicos para garantir o bem-estar dos animais. Os visitantes também podem colocar as pernas na água e tocar nos botos, mas a natação com eles não é mais permitida. Essa abordagem visa protegê-los ao mesmo tempo em que proporciona uma experiência significativa aos visitantes.

**Figura 11** - Interação com os botos



Fonte: autora, 2024.

Esse momento mágico me trouxe clareza sobre os caminhos a seguir em futuras pesquisas. A etnografia utiliza diversas ferramentas para a coleta de dados, e, em alguns casos, fotos podem servir como registros visuais da realidade dos entrevistados. Além disso, narrativas e tecnologias, quando integradas à observação participante, tornam-se essenciais para enriquecer a pesquisa etnográfica.

Green, Dixon e Zaharlick (2005) afirmam que essas metodologias oferecem uma compreensão mais profunda do contexto social e cultural em que os participantes estão inseridos, ampliando a análise e a interpretação dos dados coletados. As outras entrevistas não trouxeram informações muito discrepantes do que já foi mencionado. Após essa experiência enriquecedora, retornamos para casa e encerramos nossas atividades do dia.

### **Entre Turistas e Moradores**

No dia seguinte, em 24 de Fevereiro, conseguimos realizar as entrevistas que faltavam, incluindo uma com uma pessoa que trabalha com alimentação, com o intuito de explorar os pratos típicos de Novo Airão e entender como os turistas se relacionam com a culinária local. Apenas quatro entrevistados relataram ter algum contato relevante com turistas, e apenas um deles, o barqueiro que atua como condutor no parque, tem um contato mais significativo.

Essa informação ajudou a esclarecer a razão pela qual eu não consegui entrevistar nenhum turista. A impressão que ficou, corroborada pelo relato de muitos entrevistados, é que os turistas chegam, hospedam-se nos hotéis e saem apenas para visitar as Anavilhanas (ilhas). Assim, é compreensível que a população local não tenha muito contato direto com eles.

#### **2.6.7 Agradecimentos e despedidas**

E por fim, no dia 25 de Fevereiro, após tentativas frustradas de realizar algumas entrevistas, decidimos retornar a Manaus. Antes de partir, tivemos um momento agradável com o casal que nos acolheu, onde trocamos algumas palavras para descontrair e expressar nossa gratidão. A experiência vivida em sua companhia foi enriquecedora e repleta de momentos de descontração e troca. Se o universo



realmente conspirou ou não, sei que nossos caminhos se cruzassem, proporcionando-nos a oportunidade de conhecer não apenas o lugar, mas também as pessoas que o tornam especial.

Cada conversa, interação e vivência compartilhada acrescentaram um valor inestimável a essa pesquisa e levaremos conosco as memórias desse acolhimento caloroso. É com gratidão que encerramos essa fase da coleta de dados, certas de que a hospitalidade e a generosidade dos anfitriões deixaram uma marca significativa nessa jornada.

Em seguida, dirigimo-nos até uma praça que, embora não fosse exatamente uma rodoviária, serviu como ponto de parada para o ônibus. Com isso, concluímos essa fase da coleta de dados em campo.

### **3 RELAÇÃO ENTRE ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS E POPULAÇÃO DO ENTORNO**

#### **3.1 O histórico de criação das Unidades de Conservação**

Quando se fala em áreas naturais protegidas, pela literatura é possível encontrar os primeiros registros acerca do susodito datados entre 700 e 350 a.C. em civilizações antigas. São esses exemplos os assírios seguidos dos persas que criaram reservas em seus territórios para o lazer e caça (Runte, 1979).

Décadas depois, já na Idade Média, esses parques naturais (dos quais os reis detinham responsabilidade para com) tinham a entrada de caçadores proibida, o que poderia resultar na pena de morte quando contrariado (Castro e Maia, 2020). Centenas de anos depois, já adentrando na Idade Contemporânea, no final do século XIX, mais especificamente nos Estados Unidos, surgiram duas correntes voltadas ao meio ambiente.

São elas o preservacionismo e o conservacionismo. A primeira leva em conta a dissociação do homem e natureza, sendo caracterizada basicamente pelos espaços naturais sem a intervenção do ser humano, conforme seu estado natural de criação divina (Brito, 2003). O conservacionismo, por outro lado, trata da conservação desses espaços dispondo da utilização responsável de recursos naturais.

Essa corrente é alicerçada no pilar de uso racional dos recursos evitando desperdício (McCormick, 1992 *apud* Brito, 2003). Mas foi somente em 1872, por meio do início do que se entende hoje por políticas de conservação, que houve a criação do primeiro Parque Nacional (PARNA) do mundo, o Yellowstone nos Estados Unidos (Fonseca, Lamas e Kasecker, 2010).

Quatro anos mais tarde no Brasil, em 1876, o engenheiro André Rebouças se inspirou no Yellowstone e tentou a criação do Parque Nacional Sete Quedas e da Ilha do Bananal, mas seu projeto proposto não ganhou forças para se concretizar. Assim, no Brasil, a ideia tardou um pouco mais e foi apenas em 1937 que surgiu o primeiro Parque Nacional, o do Itatiaia no Rio de Janeiro (Ferreira, 2005).

É importante lembrar que o capitalismo e seu consumo enquanto condição de perpetuamento contribui para a utilização cada vez mais desenfreada de seres humanos e recursos naturais (mas no contexto do tema de turismo em UCs abordado nesse trabalho, principalmente os recursos naturais) em mercadoria (Löwy, 2013). Desse modo, gradativamente se percebeu ao longo dos anos a necessidade de intervenção quanto à ação do homem na natureza.

Portanto, pensando em problemáticas de alta consideração para a sociedade (tais como proteção de rios, lagos, mares e qualidade da água no geral, assim como a proteção dos solos e biomas que são imprescindíveis para a qualidade do ar reforçando na diminuição dos impactos negativos da atividade humana nas mudanças climáticas), ocorreu em 1972 em Estocolmo, na Suécia, a Conferência das Nações Unidas Para o Meio Ambiente Humano.

Popularmente conhecida como Conferência de Estocolmo, foi a primeira vez que lideranças mundiais se reuniram para definir políticas de administração ambiental. Com base nos acordos então alinhados quanto à utilização e proteção do meio ambiente, criou-se uma nova visão sobre o assunto que demandou uma colaboração marcial em consenso a fim obter sucesso na premissa de direitos ambientais (Passos, 2009).

A Conferência de Estocolmo é considerada o marco da discussão política internacional quanto ao meio ambiente. A partir dela aconteceram diversas outras, como a Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento que foi realizada em 1992 no Rio de Janeiro. Tendo os princípios da Conferência de Estocolmo como base, objetivou-se discutir sobre a proteção do meio ambiente e desenvolvimento socioeconômico (Passos, 2009).

Através desse novo olhar de preocupação mundial no que tange à natureza, os Estados puderam trabalhar em suas legislações. No Brasil, antes mesmo da criação do pioneiro Parque Nacional do Itatiaia, em 1934 já existia o Código Florestal que definia Florestas Protetoras, Parques Nacionais e Áreas de Preservação de Propriedades Privadas (Mungai, 2008). Entretanto, somente nos anos 2000, com a Lei nº 9.985 de 18 de Julho, as áreas naturais (denominadas unidades de

conservação) dispuseram do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) no Brasil.

No documento do Atlas das Unidades de Conservação Ambiental do Estado de São Paulo de 1996, constam as transformações históricas relativas ao conceito de áreas protegidas no Brasil. Essas, por sua vez, passaram por quatro significativos momentos na história até chegar às designações impostas pelo SNUC. Segundo Ferreira (2005), os quatro são:

- 1º - O período já mencionado de 1934 com as definições de Parques Nacionais pelo Código Florestal;
- 2º - Entre 1960 e 1970 quando as UCs visavam a proteção dos biomas brasileiros e habitats de espécies em extinção;
- 3º - A partir de 1980 quando cresceu a utilização de substâncias extraídas da natureza para a biotecnologia preocupando o setor de áreas protegidas;
- 4º - Em 1990, perdurando até à atualidade, quando toda a discussão sobre preservação se encontrou em uma análise mais complexa do que simplesmente proteção de flora e fauna. Passou-se a debater sobre a importância do desenvolvimento para a economia e gerações futuras, aliando-a à sustentabilidade.

Mas o que são as unidades de conservação hodiernamente então? Segundo o próprio SNUC, as UCs podem ser definidas como a extensão do território junto de seus recursos ambientais,

incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias de proteção (Art. 2º, I da Lei 9.985 de Julho de 2000).

De acordo com o documento, as UCs se dividem em dois grupos: Unidades de Proteção Integral, que proíbem o uso direto de recursos naturais (como pesca e desmatamento), e Unidades de Uso Sustentável, que buscam conciliar preservação com uso sustentável dos recursos locais. O Quadro 2 abaixo apresenta os subtipos e suas características (Arts. 7º ao 21º da Lei 9.985 de julho de 2000).

**Quadro 2** – Grupos de Unidades de Conservação no Brasil

GRUPO	CATEGORIA	FINALIDADE	REGIME DE PROPRIEDADE
Proteção Integral	Estação Ecológica	Preservação e pesquisa	Público
Proteção Integral	Reserva Biológica	Preservação Integral	Público
Proteção Integral	Parque Nacional	Preservação, recreação e turismo	Público
Proteção Integral	Monumento Natural	Preservação de sítios raros e de grandes belezas	Público ou privado
Proteção Integral	Refúgio de Vida Silvestre	Preservação de espécies de fauna e/ou flora	Público ou privado
Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental	Proteção da biodiversidade, disciplina na ocupação do solo e sustentabilidade dos recursos	Público ou privado
Uso Sustentável	Área de Relevante Interesse Ecológico	Conservação dos ecossistemas naturais	Público ou privado
Uso Sustentável	Floresta Nacional	Uso sustentável dos recursos florestais e pesquisa	Público
Uso Sustentável	Reserva Extrativista	Proteger os meios de vida e a cultura de populações extrativistas e o uso sustentável dos recursos	Público
Uso Sustentável	Reserva de Fauna	Preservação da fauna nativa, pesquisa e manejo sustentável dos recursos	Público
Uso Sustentável	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	Preservar a natureza e conservar as técnicas de manejo sustentável de recursos da população tradicional local	Apesar de caráter “público” legislativamente falando, ela própria determina que os espaços privados em seu perímetro devem ser desapropriados somente em caso de necessidade
Uso Sustentável	Reserva Particular do Patrimônio Natural	Conservar a biodiversidade	Privado

Fonte: Câmara, 2017.

### 3.2 Parques Nacionais e populações locais

Agora voltando para questões de objetivos do parque, é sabido que por mais importante que seja a função de uma UC (para não somente o espaço ao qual está inserida, mas também para as comunidades de seu entorno), ainda é comum no Brasil que muitas dessas UCs sejam administradas sem levar em consideração o bem estar e qualidade de vida das populações, mesmo elas tendo uma participação efetiva como premissa na legislação de criação dessas unidades.

Valendo citar aqui o Art. 22º, § 2º e § 3º da Lei 9.985 de Julho de 2000 onde consta:

§ 2º A criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento.

§ 3º No processo de consulta de que trata o § 2º, o Poder Público é obrigado a fornecer informações adequadas e inteligíveis à população local e a outras partes interessadas.

No PARNA de Campos Gerais no Paraná, um trabalho sobre a visão da comunidade do Passo do Pupo mostrou por meio de pesquisa qualitativa que a população tem um vínculo sentimental com o lugar em que vive, apesar de não estar a par de informações básicas sobre o parque. Foram aplicadas entrevistas em residências onde um morador por casa respondeu e 50% dos entrevistados responderam não saberem o porquê da criação do parque. E mesmo se sentindo excluídos do processo de implantação, eles não o rejeitam (Baptista e Moreira, 2013).

No PARNA da Lagoa do Peixe houve um levantamento nos municípios do entorno, sendo eles Mostardas e Tavares no Rio Grande do Sul. Tendo sido entrevistados 100 residentes de cada município (totalizando 200), maiores de 18 anos e somente um por moradia. De cada 100, 50 nascidos antes de 1970 e 50 depois, a fim de verificar se as pessoas nascidas antes da implantação do parque sofreram em escalas diferentes das que nasceram quando ele já existia. Em Mostardas, 40% dos nascidos após 1970 desconhecem a função do PARNA, enquanto Tavares apresenta 58% desconhecendo também.

O estudo aponta ainda que a maioria dos entrevistados não consegue ver potencial no parque em termos de melhorias econômicas. Contudo, a pesquisa indica que após a criação do parque, houve um aumento no surgimento de estabelecimentos de hospedagem e alimentação. Estratificando os resultados, em Mostardas percebe-se uma melhor aceitação dos moradores para com os benefícios que o PARNA pode gerar com o turismo, como o aumento do número de estabelecimentos e até a criação de um curso superior à distância de turismo.

Isso reforça o parecer de que a população até pode notar melhorias por meio do turismo, porém por não se sentir parte do processo de criação e gestão do parque acaba fazendo-a associar os benefícios somente aos detentores de renda da cidade que têm condições de investir com hotéis, restaurantes e demais negócios que demandam poder aquisitivo para investimento (Teixeira e Lanzer, 2013).

Indo para o outro lado do país, O PARNA do Catimbau em Pernambuco também teve um levantamento de uma de suas comunidades do entorno, Buíque. Após a entrevistas com alguns moradores, foi concluído que uma parte da população vislumbra os benefícios advindos do turismo, principalmente após a criação do parque porque segundo algumas respostas, na roça eles quase não obtinham renda. Mas também houve resposta negativa como o fato do IBAMA proibir corte das madeiras para a construção de casa ou o governo tirar pessoas de suas residências.

Em relação ao mercado abrangido pelo turismo, os comerciantes acabam abrindo concessões e promovendo produtos e serviços desalinhados com a sustentabilidade devido às pressões mercadológicas pela concorrência (Mendonça e Neiman, 2002 *apud* Silva e Maia, 2008). Por fim, o estudo diz que a maioria dos moradores não tem ciência do porquê o parque foi criado e não entende a inclusão de suas terras na UC.

Tampouco estão inteirados dos objetivos do PARNA e inclusive revelam não terem recebido quaisquer informações sobre, com exceção de alguns poucos que alegam terem ouvido por alto sobre uma reunião na AGTURC. Condição discrepante do que dispõe o SNUC quanto à criação das UCs que têm uma consulta pública previamente à sua implantação para manifestar seus objetivos e informar as

comunidades de forma adequada a respeito de tudo, a fim de esclarecer quaisquer dúvidas e auxiliá-las quanto aos benefícios que podem ser gerados.

Mas quando indagados, os moradores não souberam dizer sobre a existência de um conselho consultivo para sua participação efetiva no parque, contrariando mais uma vez as premissas do SNUC (Silva e Maia, 2008).

Chegando Norte do Brasil, no PARNA da Amazônia no Pará, uma pesquisa indica que mesmo não comercializando, metade dos entrevistados confessa praticar caça e pesca (Beiroz e Bicalho, 2012). É válido ressaltar que as práticas são proibidas previstas por lei pelo parque pertencer a uma área de proteção integral. Mas seria esse um problema apenas no Brasil?

Outro estudo, agora realizado para além do território nacional, mostra que o PARNA do Limpopo em Moçambique também enfrenta dificuldades. Foi realizada uma entrevista com um dos técnicos do parque e representantes das três comunidades do entorno: Banga, Bingo e Macavene. Os critérios foram ter idade acima de 60 anos e sempre ter residido pela região. Foi feita além da entrevista uma análise de observação do cotidiano dessas pessoas por sete dias. Algumas das atividades comuns eram buscar água no rio, colher frutos, raízes e madeira na mata para usá-la como lenha.

Sua legislação, apesar de não ser exatamente igual à do Brasil, assemelha-se a tal quando coloca o PARNA na categoria de proteção total. Isto é, as práticas mencionadas anteriormente violam a lei vigente quanto ao uso do parque. Ainda segundo a pesquisa, no período antecessor ao da criação do parque, essas populações viviam basicamente por meio de recursos extraídos da área de proteção com retirada de madeira, pesca, caça, etc.

Após a implantação do parque houve grande choque de perturbação na população. Um dos anciões entrevistados chega a dizer que antes do parque eles eram pobres por não terem acesso às escolas e hospitais, mas pelo menos tinham comida. No entanto, com as proibições norteadas por leis, até o alimento ficou menos acessível.



Algumas medidas como reassentamento dessas pessoas foram tomadas e bastante rejeitadas pelos moradores que nada bem aceitaram e acabaram por serem vítimas de grandes impactos negativos como: aumento do nível de pobreza; ascensão de comportamentos predatórios; aumento na caça furtiva; morte por caça furtiva; entre outros.

Esses são apenas alguns dos exemplos. O trabalho conclui-se afirmando que as comunidades se sentem excluídas e que seus comportamentos predatórios não visam nada além da sobrevivência. E que por isso, o parque precisa de um modelo de gestão que seja mais participativo com o envolvimento das comunidades, para proteger não só o PARNA, mas também suas comunidades do entorno (Conceição, Tendim e Ntumi, 2017).

Ao verificar esse cenário a respeito de PARNAS espalhados pelo Brasil e pelo mundo, foi possível notar um fato em comum que se repetiu quanto ao entendimento dos moradores pelos parques e sua importância: as comunidades do entorno pouco estão sendo levadas em consideração como previsto por lei nos processos de criação de UCs. Sendo boa parte das vezes prejudicadas em sua qualidade de vida.

Os questionamentos aqui abordados se deram em primeiro momento ao fazer uma análise sobre como visitar o PNA, e enquanto amazonense, houve dificuldade por parte da autora desse trabalho em perceber meios de como visitar o local sem adentrar em um turismo de luxo que é a forma mais encontrada na internet quando se pesquisa pelo assunto.

Aparecem muitos hotéis com pacotes de valores altos, o que (por experiência de ter nascido na região) não necessariamente é a única forma de conseguir fazer os passeios. É possível, por exemplo, encontrar aluguel de barcos pequenos, lanchas e até mesmo canoas ao invés de ter que comprar um pacote caro em redes de hotéis que disponibilizam um barco de passeio em massa.

Juntando esse ocorrido com relatos de familiares e amigos que já visitaram Novo Airão e se sentiram frustrados com as poucas possibilidades encontradas de lazer, foi feito um levantamento bibliográfico junto de uma pesquisa etnográfica sobre o tema a fim de tentar entender a relação do PNA e o município de Novo

Airão. A autora foi até Novo Airão e morou por uma semana na casa de moradores locais, a fim de imergir e experienciar um pouco do cotidiano dessas pessoas para buscar uma análise e compreensão mais aprofundada sobre a forma que o turismo no parque afeta os habitantes da região.

Por conseguinte, serão aqui discorridas respostas para as perguntas: Tem o PNA sucesso na sua premissa de conservação levando o município do entorno em consideração? Tem a população de Novo Airão uma participação efetiva no parque? Qual a visão da comunidade do entorno em relação ao turismo no parque?

Desse modo, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a visão da comunidade sobre o turismo no PARNA de Anavilhanas. Para tanto, tem-se como intuito levantar dados de como a população de Novo Airão percebe o turismo enquanto ferramenta potencializadora para o desenvolvimento local e, desse modo, verificar como o PNA afeta a qualidade de vida dos moradores do município.

Destarte, as informações aqui obtidas e discorridas são válidas a fim de conscientizar não só a população, como as entidades responsáveis pela gestão do parque, para que os objetivos do parque sejam alcançados com o turismo enquanto instrumento potencializador, minimizando os efeitos negativos nessa atividade, atendendo também as demandas e necessidades da comunidade do entorno, mais especificamente dos habitantes de Novo Airão.

### **3.3 Parque Nacional de Anavilhanas**

Agora que está mais claro o que são UCs, pode-se tratar do parque objeto desta pesquisa. A UC de Anavilhanas foi definida como Estação Ecológica em 1981 e elevada à categoria de PARNA somente em 2008 (Vidal *et al.*, 2013). Está localizado entre os municípios de Manaus (que tem pouco mais de 2 milhões de pessoas e abrange 30% da UC) e Novo Airão (com pouco mais de 20 mil pessoas à 200 km da capital, abrangendo 70% da UC) no Estado do Amazonas. Sua extensão atinge mais de 350 mil hectares.

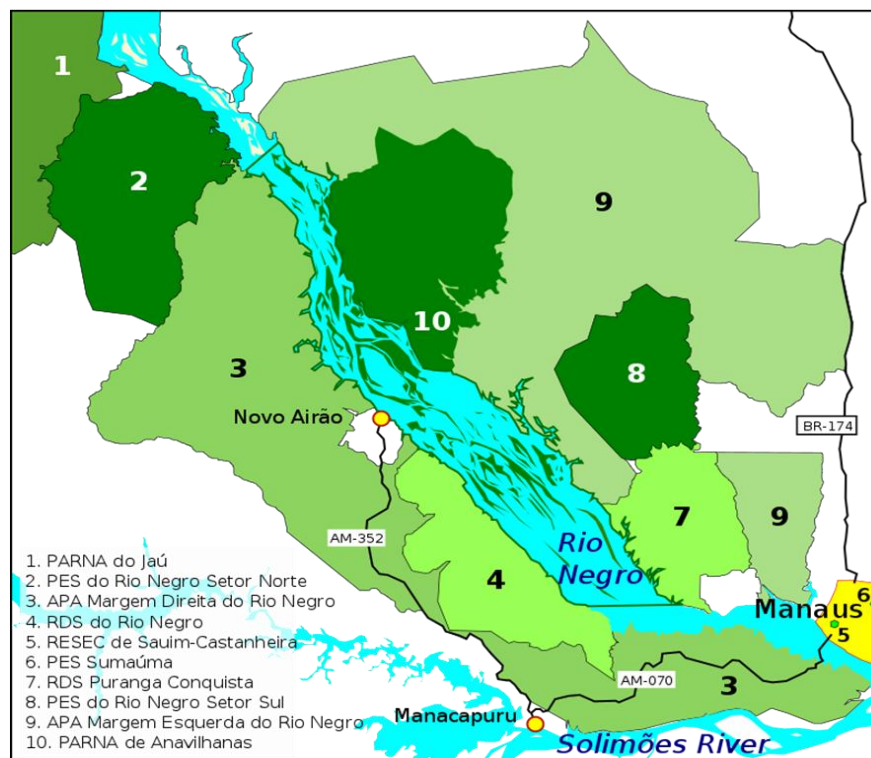
O projeto teve sua criação com o propósito de preservar o arquipélago de Anavilhanas, sua rica presença de formações florestais e contribuir para a academia científica por meio de produção de conhecimento com pesquisas através de

educação ambiental e um turismo sustentável que vão ajudar na promoção do local e sua valorização (ICMBio, 2023).

O parque é apresentado por entidades responsáveis, como o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), com foco em promover um bom relacionamento entre as comunidades do entorno e o PARNA junto de ações de base sustentável. Sua flora conta com floresta do tipo ombrófila (floresta pluvial com vegetação de folhas largas e muita chuva) densa com terra firme, presença de vários igapós (região da floresta que fica alagada), campinarana (um solo mais raso, pobre e rochoso), caatinga (região mais seca) e chavascal (terra de produtividade parca).

No que diz respeito aos caminhos fluviais, o PNA serve-se de mais de 400 ilhas e 60 lagos que percorrem por cerca de 130km de extensão com aproximadamente 20km de largura. Somente a parte fluvial representa 60% do PARNA, enquanto os 40% restantes representam a parte de terra firme (ICMBio, 2023).

**Mapa 1** – Inserção do PARNA de Anavilhanas no mapa



Fonte: Aymatth2, 2022.

Apesar de Novo Airão (cidade de entrada para o parque) não ter aeroportos, é possível fretar um hidroavião e pousar no Rio Negro, ou até mesmo pousar com helicóptero em áreas próprias para tal nas comunidades ao redor (precisando de uma autorização prévia para ambas opções). No geral, é comum que os visitantes viagem até Manaus e de lá peguem os demais transportes como os de via fluvial por meio de barcos, lanchas, até canoas e via terrestre por meio de ônibus, carros, táxi, *uber*, etc.

Em relação ao funcionamento, o parque costuma ficar aberto o ano inteiro, tendo duas épocas principais: a da seca, entre os meses de Setembro e Fevereiro (a com maior demanda para pessoas que buscam as praias que surgem em meio a todo o arquipélago), e a da cheia, entre os meses de Março e Agosto (que é quando os visitantes procuram mais por trilhas aquáticas e demais passeios de barco [ICMBio, 2023]).

A região propicia diversas alternativas de atividades em meio ao parque como as supracitadas e ainda observação de animais, passeios aquáticos, observação da flora, atividade náutica, voo panorâmico e tem até mesmo escalada em árvores de grande altura típicas da região. Entretanto, o atrativo (talvez o mais famoso) do local seja o Flutuante dos Botos (ICMBio, 2023).

Flutuante refere-se às casas feitas sobre os rios, muito comuns por todo o Amazonas, que em sua engenharia têm mecanismos que permitem que elas fiquem sempre flutuando. Então se o rio secar, ela desce junto e se encher, não ocorre risco de alagar porque ela sobe flutuando junto dele, daí o nome “flutuante”.

O Flutuante dos Botos é uma casa onde os visitantes podem ir para interagir com o *Inia geoffrensis*, popularmente conhecido como boto cor-de-rosa, que é uma espécie de golfinho fluvial no Brasil. Apesar do PARNA não cobrar entrada, nesse atrativo específico é comum cobrarem um valor para algumas atividades como a alimentação dos botos, a qual o caseiro do flutuante faz previamente uma breve palestra sobre como funciona o turismo ali com eles e um pouco sobre os próprios botos, modo de vida deles e características desses animais.

É válido citar aqui que esses animais não vivem em cativeiro, o flutuante fica no próprio rio e conta apenas com uma plataforma no fundo da casa para os

visitantes interagirem, deixando os botos livres para irem quando quiserem, além de todas as atividades acima estarem previstas no plano de manejo do PNA.

## 4 O MUNICÍPIO DE NOVO AIRÃO

### 4.1 Aspectos geográficos, históricos e sociais

Localização e Coordenadas Geográficas: Novo Airão situa-se na mesorregião no norte do Amazonas, mais especificamente em 2°37'23"S 60°56'35"W (*Google Earth*, 2022). O município abrange uma área de 37.805,257 km<sup>2</sup>, com cerca de 85% dessa área correspondendo a territórios de unidades de conservação.

Mapa 2 - Novo Airão no mapa



Fonte: Tip, 2024.iti.net.

Embora Novo Airão, cidade de entrada para o parque, não possua aeroportos, é possível fretar hidroaviões para pousar no Rio Negro ou helicópteros, com áreas próprias para pouso nas comunidades próximas, ambas opções requerendo autorização prévia. Geralmente, os visitantes chegam primeiro a Manaus e, a partir de lá, utilizam diversos meios de transporte para alcançar Novo Airão, incluindo barcos como *ferry boats*, lanchas, canoas, além de ônibus, carros, táxis e serviços como *Uber*.

Saindo dos portos de Manaus, a viagem até Novo Airão de barco leva aproximadamente 9h, enquanto de lancha, cerca de 3h. De carro ou lotação, a viagem dura em torno de 2h30. Outra opção é o ônibus executivo que parte da rodoviária de Manaus, com um tempo de viagem de cerca de 4 horas. Horários e valores podem variar, portanto, é aconselhável confirmar com antecedência.

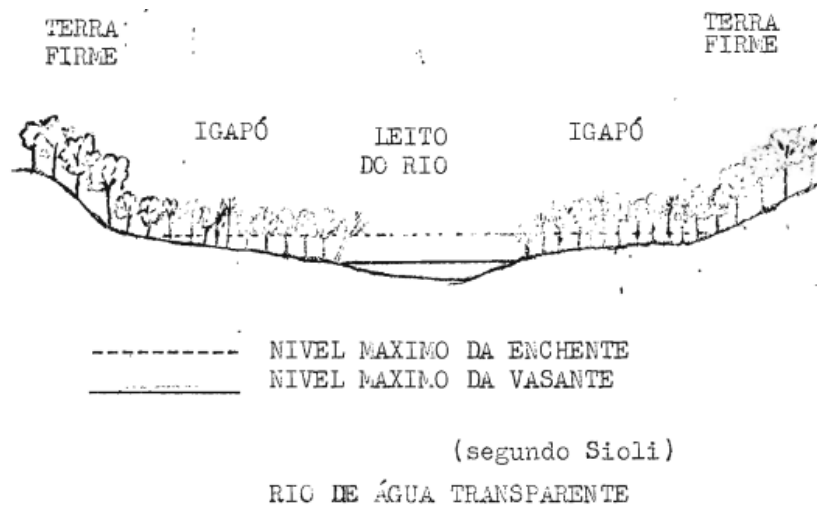
No caso da viagem de barco, é necessário levar rede para descanso. Quando foi realizado o percurso de Manaus até Novo Airão de ônibus executivo, a

viagem durou 4 horas e 40 minutos. Resumidamente, Novo Airão está localizado a 193 km de Manaus por via terrestre e a 130 km por via fluvial.

O relevo de Novo Airão, característico da região amazônica, apresenta uma variedade de formas e características que influenciam a paisagem e as atividades humanas na região. Dentre elas, pode-se encontrar:

- Terras baixas e planas: a maior parte do território de Novo Airão é composta por terras baixas e planas, típicas da região amazônica. Essas áreas são frequentemente alagadas durante a estação chuvosa devido à proximidade com o Rio Negro e outros corpos d'água.
- Florestas alagadas: grande parte da região é coberta por florestas de igapó, que são áreas de floresta permanentemente inundadas ou alagadas durante determinado período do ano. Essas áreas são ricas em biodiversidade e formam um ecossistema único. Quando as enchentes ocorrem, a região fica completamente alagada, quando as águas baixam, surgem extensas praias de areia branca (Pires, 1966);
- Terras de várzea: as várzeas são áreas de planície aluvial que são periodicamente inundadas pelas cheias dos rios. Essas regiões são impactadas pelas oscilações do nível dos rios durante os períodos de enchente e vazante. Ademais, são áreas muito férteis e utilizadas para a agricultura de subsistência (Pires, 1966);
- Áreas de terra firme: além das terras baixas e das várzeas, há áreas de terra firme, que são elevações ligeiramente mais altas que não são afetadas pelas cheias dos rios. Essas áreas podem abrigar florestas tropicais densas e menos acessíveis devido à densidade da vegetação. A vegetação das terras firmes aparenta ser bastante homogênea. Contudo, ao examinar amostras de diferentes pontos, percebe-se uma grande diversidade na combinação das espécies presentes. Essa diferença é evidente mesmo em áreas que estão relativamente próximas entre si (Pires, 1966);
- Formações geológicas: o relevo de Novo Airão também é influenciado por formações geológicas antigas, como o Escudo das Guianas, que é uma vasta região de rochas pré-cambrianas que se estende pela Amazônia.

**Figura 12 - Matas e várzeas**



Fonte: Pires, 1966.

Essas características do relevo de Novo Airão moldam a paisagem e influenciam as atividades humanas na região, como a agricultura, o turismo e a conservação ambiental. Novo Airão é atravessado pelo Rio Negro, situando-se a uma altitude de quarenta e um metros acima do nível do mar. A topografia do município é caracterizada por uma planície levemente ondulada, marcada por depressões e vales, e entrecortada por uma extensa rede de rios e igarapés. Além disso, a região é perpassada por numerosos lagos e abriga mais de 400 ilhas que compõem o arquipélago de Anavilhanas, com uma área total de 350.000 hectares.

A cobertura vegetal predominante consiste em florestas do tipo densa, com árvores que podem alcançar até quarenta metros de altura. Quanto ao clima, é classificado como quente e úmido, apresentando altos índices pluviométricos, com uma temperatura média anual de 26°C. As temperaturas mínimas giram em torno de 22°C, enquanto as máximas chegam a atingir 30°C. O solo é composto principalmente por areia e argila, o que limita sua aptidão para a prática da agricultura de cereais, por exemplo (Boia *et al*, 1999).



**Figura 13** - Altitude do Brasil: distribuição de elevações por Estado



Fonte: Alvares *et al.*, 2013.

No que tange à sua hidrografia local, de acordo com a resolução disponibilizada pelo Elite Colégio Campinas (2024) para a questão 1 de Geografia do vestibular da UNICAMP em 2013 a respeito do Rio Negro, pode-se pautar as seguintes explanações: o Rio Negro é caracterizado por suas águas escurecidas. Essa particularidade decorre das características geológicas do Planalto das Guianas, onde tem sua origem.

Nessa região, as rochas predominantes são granitos e gnaisses, que são pouco suscetíveis à erosão, resultando em uma baixa presença de sedimentos minerais em suspensão nas águas do rio. Em contrapartida, observa-se uma predominância de sedimentos orgânicos, como folhas, galhos e troncos, cuja decomposição libera ácidos responsáveis pela coloração escura das águas. A acidez resultante desses ácidos confere ao Rio Negro uma particularidade ambiental, influenciando sua biodiversidade e dinâmica ecológica.

Ainda segundo sua hidrografia, quanto à existência de ilhas no leito do Rio Negro, essa característica está associada à interação entre processos deposicionais e fenômenos tectônicos. O arquipélago das Anavilhanas é um reflexo dessa dinâmica, resultando em um intrincado sistema de ilhas e canais. O leito do rio atravessa uma zona de falha, estendendo-se por aproximadamente 70 km em linha

reta, propiciando a formação de áreas de depressões conhecidas como grábens, propensas à sedimentação ao longo das épocas holocênicas.

O rio se bifurca em vários canais que circundam cerca de 400 ilhas dispostas no sentido norte-sul, exibindo um padrão anastomosado. A presença de vegetação nas ilhas é resultado da dispersão de agentes biológicos, como insetos, mamíferos, ventos e chuvas. Essas florestas, influenciadas pela acidez das águas, abrigam uma biodiversidade adaptada às condições únicas desse ambiente (Elite Colégio Campinas, 2024).

Graças aos elementos anteriormente mencionados, que contribuem para uma beleza cênica e cultural incomparável, o turismo emerge como o principal motor econômico de Novo Airão. Isso se deve à sua posição estratégica no coração das unidades de conservação do baixo Rio Negro, notavelmente nos Parques Nacionais de Anavilhanas e Jaú. Os setores turísticos primordiais são o turismo de natureza e o turismo cultural (Prefeitura de Novo Airão, 2024).

O que se faz necessário mencionar que a história de Novo Airão (AM) tem raízes que remontam a tempos anteriores à atual localidade. De acordo com relatos de moradores mais velhos, a área foi inicialmente povoada devido ao domínio de formigas carnívoras na antiga cidade de Velho Airão (AM), que se encontra do outro lado da margem do rio, hoje em dia considerada uma cidade fantasma (Souza, 2018).

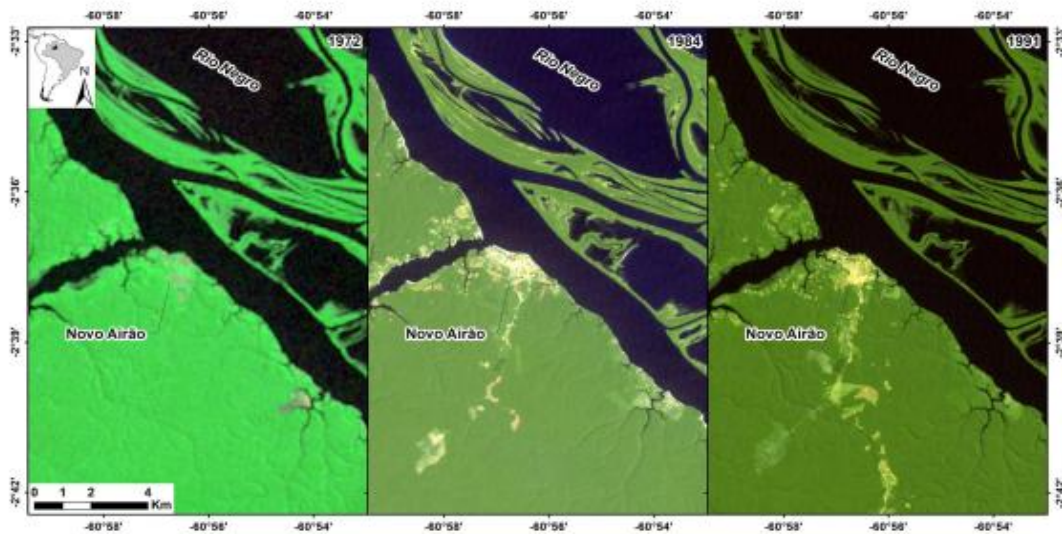
Segundo o site da prefeitura de Novo Airão (2024), na aba “história”, ainda que muitas sejam as versões sobre sua origem, basicamente todas levam a uma mesma gênese de que *a priori*, foram os índios *Tarumã* (que falam a língua *Aruak*) que deram início aos primeiros povoados, tendo sido o principal o aldeamento Santo Elias do Jaú em 1694. De modo geral, viviam de atividades extrativistas.

O Velho Airão, situado próximo à sua nova localização, preserva as ruínas de seu passado histórico, o que o transformou em um atrativo turístico conhecido como Sítio Histórico de Velho Airão. Em meio à vasta riqueza histórica da região, destaca-se o marco de sua emancipação municipal, que ocorreu em 19 de dezembro de 1955, através da Lei Estadual Nº 96. Nessa data, foi criado o Município Autônomo de Airão, elevando-o à categoria de cidade. Sua instalação oficial ocorreu

em 23 de fevereiro de 1956, com a posse do Sr. Ivo Alves de Almeida como primeiro prefeito, designado pelo então Governador Estadual, Sr. Plínio Ramos Correa (Garrido da Silva, 2008).

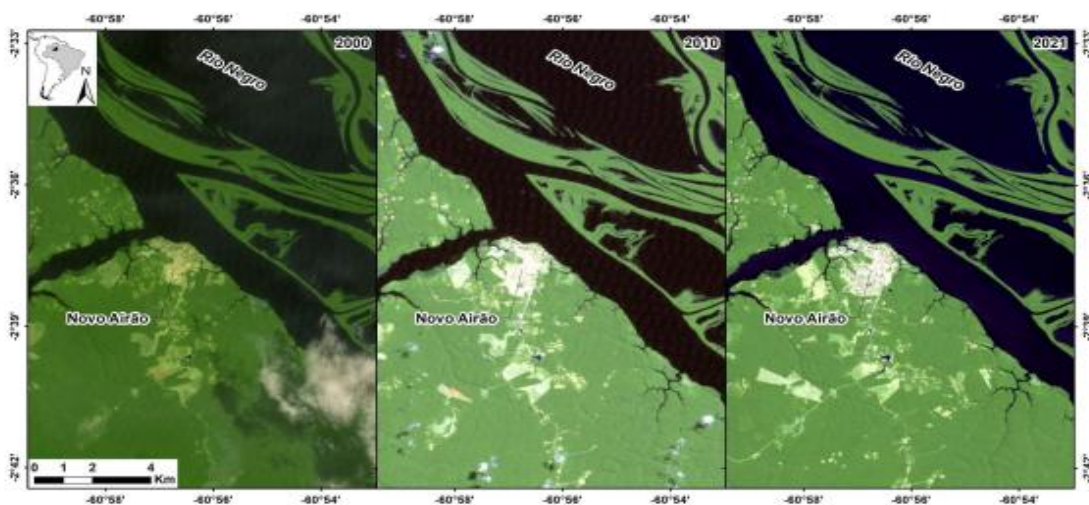
Podem-se compreender as transformações das últimas décadas na cidade ao analisar imagens de satélite. Elas oferecem uma perspectiva abrangente e minuciosa do crescimento urbano de Novo Airão ao longo dos anos.

**Figura 14** - Crescimento urbano em Novo Airão entre os anos 1972 e 1991



Fonte: Oliveira, 2023.

**Figura 15** - Crescimento urbano em Novo Airão entre os anos 2000 e 2021



Fonte: Oliveira, 2023.

De acordo com Oliveira (2023), (com base nos dados originalmente apresentados por Oliveira, Pinheiro e Santos Junior [2021]) as imagens de satélite revelam um notável crescimento urbano em Novo Airão ao longo de diferentes períodos. Entre 1972 e 1991, observa-se uma expansão significativa na mancha urbana, refletindo o desenvolvimento inicial da cidade e a ocupação das áreas próximas ao centro original. Esse crescimento foi impulsionado por fatores socioeconômicos e pela busca por novas áreas habitacionais e comerciais.

Posteriormente, entre 2000 e 2021, o processo de urbanização continuou evidenciado por um aumento ainda maior na extensão urbana. Nesse período, as imagens de satélite mostram não apenas a expansão horizontal da cidade, mas também um maior adensamento das áreas já ocupadas, indicando um contínuo desenvolvimento e adaptação às necessidades da população crescente. Contudo, esse crescimento em algumas áreas ocorreu de maneira não planejada, resultando em desafios urbanísticos e ambientais para a gestão municipal.

Dentre seus vários instrumentos para o desenvolvimento histórico local estão:

#### Paraíso Ecológico

- Novo Airão é considerado um “Paraíso Ecológico”, abrigando os Parques Nacionais do Jaú e Anavilhanas, reconhecidos pela UNESCO como Patrimônio Mundial Natural (Souza, 2018);

#### Artesanato Local

- Grande mão de obra dedicada ao artesanato, atraindo visitantes do mundo inteiro;
- A produção artesanal é predominantemente feita em fibras naturais e produtos de madeira;
- Terras indígenas no município também são responsáveis pela produção e venda de artesanatos, disponíveis em lojas na cidade (Souza, 2018);

#### Atrativos Turísticos

- O peixe-boi, mais reconhecido por instituições oficiais, é um símbolo local;

- O boto-cor-de-rosa é um dos principais atrativos, sendo muito procurado pelos turistas que visitam a cidade (Souza, 2018).

De acordo com os estudos de Souza (2018), a caça de animais silvestres, como peixes-boi, quelônios e macacos, era permitida na Amazônia até poucas décadas atrás. Somente em 3 de janeiro de 1967, com a promulgação da Lei Nº 5.197, que trata da Proteção à Fauna, essa prática foi proibida. Antes dessa lei, esses animais eram caçados principalmente para o consumo de suas carnes. O peixe-boi, que se tornou um símbolo da região devido à sua abundância, atualmente enfrenta o risco de extinção.

Conforme os estudos de Mamirauá (2013), o couro do peixe-boi era removido para a fabricação de correias de máquinas, enquanto sua banha era utilizada na produção de graxa e como combustível para lamparinas, especialmente em épocas sem energia elétrica. A importância do peixe-boi é tão significativa para a cidade que, ao chegar à entrada de Novo Airão, é possível encontrar um monumento com o brasão da cidade apoiado em um casal de peixe-boi.

O Eco Festival do Peixe-Boi é o principal evento cultural de Novo Airão e é amplamente reconhecido como um patrimônio artístico e cultural. Iniciado em 1989, o festival destaca-se pela participação de dois grupos representando as maiores reservas da região, Peixe-boi Anavilhanas e Peixe-boi do Jaú. Recentemente, com a Lei Nº 6.717, sancionada por Wilson Lima e aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, o festival recebeu o título de Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Estado do Amazonas (Prefeitura de Novo Airão, 2024). O evento, realizado anualmente no último fim de semana de outubro, celebra as tradições locais e a cultura regional.

No que diz respeito aos problemas sociais, um desafio significativo enfrentado pelos moradores de Novo Airão é a restrição à pesca. Os pescadores artesanais da região encontram dificuldades substanciais devido às áreas protegidas estabelecidas pelas unidades de conservação, onde a pesca é proibida. Essa situação os força a adentrar ilegalmente essas áreas, muitas vezes à noite, para garantir o sustento de suas famílias.

Como resultado, esses trabalhadores frequentemente são criminalizados, sendo forçados a agir como "ladrões" em seus próprios territórios para conseguir alimentos (Filha, Scherer e Diógenes, 2021). Além disso, a falta de infraestrutura adequada em Novo Airão, como mercados e frigoríficos, impede o armazenamento e o beneficiamento adequado do pescado. Essa restrição não só compromete a economia local, mas também prejudica a preservação de práticas culturais tradicionais, agravando a injustiça social e perpetuando um ciclo de pobreza e marginalização.

Sem alternativas viáveis, os pescadores se veem obrigados a vender seus produtos a atravessadores a preços baixos ou diretamente a pequenos comerciantes, restaurantes e residências. Durante a coleta de dados, observou-se que muitos entrevistados não percebem benefícios tangíveis do turismo refletidos na qualidade de vida geral. Os ganhos econômicos e melhorias proporcionadas pelo setor parecem concentrar-se em um grupo restrito de pessoas com maiores recursos e conexões.

Isso resulta em um sentimento de exclusão e desigualdade entre a população local, perpetuando um ciclo de baixos rendimentos e marginalização ao deixar algumas parcelas sem acesso aos benefícios prometidos pelo turismo.

## **4.2 Caracterização demográfica e econômica**

De acordo com os dados mais recentes do censo do IBGE (2022), a população de Novo Airão é de 15.761 habitantes, resultando em uma densidade demográfica de apenas 0,42 habitantes por quilômetro quadrado. Essa baixa densidade reflete a ampla extensão territorial do município. Para melhor compreensão, a seguir, um comparativo com outros municípios, começando pelo que apresenta o maior número de habitantes.

### **1. No Estado do Amazonas:**

- 48º posição entre 62 lugares em termos de população.
- 2º posição entre 4 lugares na região geográfica imediata.

### **2. No Brasil:**

- Posição 2129ª entre 5570 lugares em termos de população.

Os dados indicam uma baixa densidade populacional, o que destaca a imensa extensão territorial do município em comparação com o número de habitantes. Essa discrepância ressalta os desafios enfrentados pela administração local em termos de infraestrutura e serviços essenciais, que precisam atender a uma área tão ampla com uma população reduzida.

No que diz respeito ao perfil demográfico, Novo Airão apresenta uma idade mediana de 25 anos, o que indica uma população predominantemente jovem. O índice de envelhecimento, que avalia a relação entre pessoas com 60 anos ou mais e aquelas com 14 anos ou menos, é de 28,58. Isso significa que, para cada 100 jovens, existem aproximadamente 28,58 pessoas idosas.

Essa dinâmica demonstra que a população idosa representa uma fração menor em comparação à juventude da cidade. O total de crianças e adolescentes na faixa etária de 0 a 14 anos é de 5.052, enquanto a população de idosos com 60 anos ou mais é de 1.444, evidenciando um perfil demográfico com uma base jovem significativa e uma proporção relativamente baixa de idosos (IBGE, 2022).

A composição racial da população é diversificada:

- Branca: 1.763 pessoas
- Preta: 1.076 pessoas
- Amarela: 12 pessoas
- Parda: 10.083 pessoas
- Indígena: 2.827 pessoas

A população de Novo Airão é composta por 8.048 homens e 7.713 mulheres, resultando em uma razão de sexo de 104,34, o que indica que existem aproximadamente 104 homens para cada 100 mulheres no município (IBGE, 2022).

Adicionalmente, é relevante mencionar que 4.871 indivíduos se identificam como indígenas e 196 como quilombolas, representando 30,91% e 1,24% da população total, respectivamente. Esses dados ressaltam a significativa presença das comunidades indígenas e quilombolas na estrutura demográfica da região, evidenciando sua rica diversidade cultural e social (IBGE, 2022).

No setor de saúde, Novo Airão conta com uma infraestrutura composta por uma unidade hospitalar, um hospital e três Unidades Básicas de Saúde (UBS). Ainda segundo o censo do IBGE (2022), a taxa de mortalidade infantil no município é de 14,98 por 1.000 nascidos vivos, colocando Novo Airão na 37ª posição entre os 62 municípios do estado e na 1888ª posição entre os 5.570 municípios do Brasil. Esses indicadores evidenciam desafios significativos na saúde pública local, destacando a necessidade de melhorias na infraestrutura e nos serviços de saúde.

No que se refere à educação, a taxa de escolarização de crianças de 6 a 14 anos em Novo Airão era de 83,9% em 2010. Em comparação com outros municípios do Estado, Novo Airão ocupava a 50ª posição entre 62, enquanto no cenário nacional estava na 5.532ª posição entre 5.570. Em 2021, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) apresentou notas de 5,2 para os anos iniciais e 4,6 para os anos finais do ensino fundamental na rede pública. No contexto estadual, o município estava classificado em 8º e 16º lugar, respectivamente, e no cenário nacional, em 3.296º e 3.102º lugar, de um total de 5.570 municípios (IBGE, 2022).

Esses dados indicam desafios contínuos na educação básica, refletindo a necessidade de intervenções que possam melhorar a qualidade do ensino e a inclusão escolar na região. Segue um breve panorama econômico do município (IBGE, 2022):

1. Salário Médio:

- O salário médio mensal dos trabalhadores formais no município era de 1,8 salários mínimos.

2. Proporção de População Ocupada:

- A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 13,35%.

3. Classificação Estadual:

- 18ª posição em relação ao salário médio mensal.
- 23ª posição em relação à proporção de pessoas ocupadas.

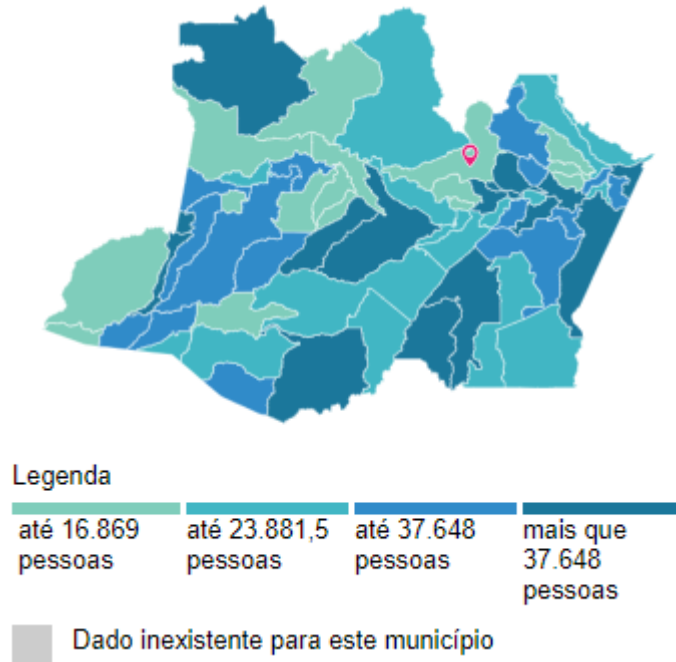
4. Classificação Nacional:



- 3412<sup>a</sup> em relação ao salário médio mensal.
  - 2349<sup>a</sup> em relação à proporção de pessoas ocupadas.
5. Renda Baixa (2010):
- Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, 48,7% da população estava nessa situação.
  - Isso colocava o município na 49<sup>a</sup> posição entre as cidades do Estado.
6. Incidência da Pobreza (2003):
- A taxa de pobreza no município é de 63,84%, com uma faixa de variação entre 55,61% e 72,08%.
7. Incidência da Pobreza Subjetiva (2003):
- A pobreza subjetiva, que expressa a percepção dos moradores sobre sua própria situação econômica, é ainda mais elevada, chegando a 73,88%, com limites entre 64,43% e 83,34%.
8. Índice de Gini:
- Segundo o índice de Gini, que avalia a desigualdade de renda, Novo Airão possui um valor de 0,46, com intervalos de confiança variando entre 0,41 e 0,52.
9. Índice de Desenvolvimento Humano [(IDH), 2010] :
- 0,570.

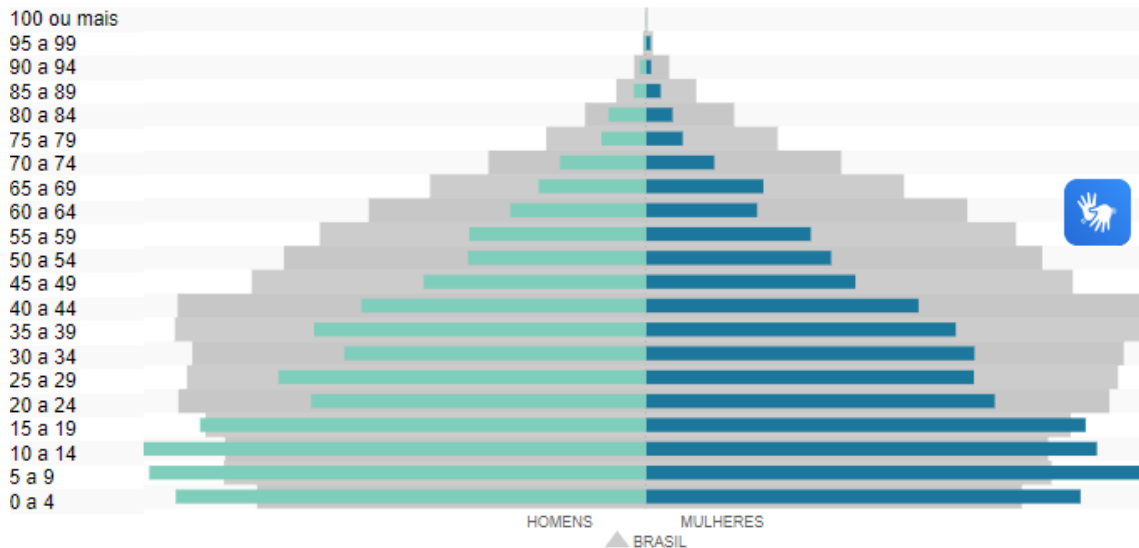
O último, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que leva em consideração aspectos como educação, saúde e renda, oferece uma visão abrangente do desenvolvimento humano na região. Quando comparado a outros municípios, esse valor evidencia desafios significativos no progresso social e econômico, ressaltando a necessidade de políticas públicas que visem a melhoria das condições de vida dos moradores. Para contextualizar, um IDH considerado alto é superior a 0,700, o que indica que Novo Airão ainda possui um caminho considerável a percorrer para alcançar padrões mais elevados de desenvolvimento humano.

**Mapa 3 - População do censo de 2022**



Fonte: IBGE, 2022.

**Gráfico 1 - Pirâmide etária do censo de 2022 de Novo Airão**



Fonte: IBGE, 2022.

A pirâmide etária de Novo Airão, revela uma estrutura populacional característica de um município em desenvolvimento. Observa-se uma base alargada, com maior concentração de jovens entre 0 e 19 anos, o que indica uma

população relativamente jovem e com taxas de natalidade ainda consideráveis. No entanto, há uma redução significativa na proporção de adultos nas faixas de 20 a 39 anos, o que pode sugerir migração dessa faixa etária em busca de oportunidades em outras regiões.

As faixas mais avançadas de idade, acima dos 60 anos, têm uma representação menor, mas é visível um leve aumento na população idosa, refletindo tendências de envelhecimento da população. A pirâmide também aponta para um equilíbrio entre homens e mulheres nas faixas mais jovens, com uma leve predominância feminina nas idades mais avançadas.

#### **4.3 Breve análise da oferta turística de Novo Airão**

Novo Airão tem se tornado um destino cada vez mais movimentado por turistas, graças à sua proximidade com o Parque Nacional de Anavilhanas (o segundo maior arquipélago fluvial do mundo) e o Parque Nacional do Jaú (PNJ). O ecoturismo se destaca como uma das principais atividades da cidade, atraindo visitantes interessados em diversos atrativos, tais como:

- Observação de fauna e flora;
- Trilhas aquáticas e terrestres;
- Escalada em árvores típicas da região, como o macucu-gigante;
- Visitas a grutas, como a Gruta do Madadá e a Pedra do Sanduíche;
- Visitas a terras indígenas próximas para um contato direto com a cultura local;
- Visitas a sítios arqueológicos e ruínas de Velho Airão;
- Passeios pelas comunidades ribeirinhas;
- Passeios fluviais;
- Consumo do artesanato local;
- Eco Festival do Peixe-Boi;
- Interação com os botos no Flutuante dos Botos (sendo provavelmente o mais procurado).

Essas são algumas das atividades que tornam Novo Airão um destino ideal para amantes da natureza e do ecoturismo (Prefeitura de Novo Airão, 2024).

Infraestrutura Turística: conforme a Prefeitura de Novo Airão (2024), o site oficial do município oferece informações acerca das opções de hospedagem disponíveis na cidade. Além disso, cita a existência do aplicativo "AIRÃO HUB", que lista todas as alternativas de hospedagem, incluindo as "Casas de Temporada". Porém, as acomodações citadas na página da prefeitura são as mesmas apresentadas no aplicativo. São elas:

**Quadro 3 – Hospedagem em Novo Airão**

<b>Tipo de Acomodação</b>	<b>Nomes</b>
Hotel	Hotel Jandira
	Hotel Josély
Lodge	Anavilhanas Jungle Lodge
	Lodge Mirante do Gavião
Pousada	Lanna Pousada
	Pousada Barão do Rio Negro
	Pousada Bela Vista & Ecotours
	Pousada Cabocla
	Pousada e Psicultura Anavilhanas
	Pousada Fortaleza
	Pousada Novo Airão
	Pousada Oliveira
	Pousada Paraíso
Recanto	Recanto da Naza
Suíte	Amazônia Park Suítes

Fonte: AIRÃO HUB, 2024.

Uma possível vantagem adicional é que, além desses 15 meios de hospedagem, o aplicativo também oferece a opção de verificar outras acomodações disponíveis nas plataformas *Airbnb* e *Booking.com*.

No site do *Airbnb*, ao selecionar a opção “qualquer tipo” em “tipos de acomodação”, são disponibilizadas 64 opções de hospedagem para os hóspedes. Os preços variam de R\$69,00 a R\$2.060,00 por noite, abrangendo desde hotéis e pousadas até cabanas e quartos compartilhados. No entanto, ao incluir as exigências de ar-condicionado e Wi-Fi, o número de acomodações disponíveis reduz para 52.

Se a cozinha for selecionada como critério adicional, as opções caem para 43. Por fim, ao considerar a exigência de atendimento em inglês, o total de acomodações disponíveis diminui ainda mais, para apenas 16 (*Airbnb*, 2024). Dentre essas, apenas 15 registros estão no Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur).

O PNA apresenta uma biodiversidade única, e por isso, o destino acaba sendo procurado por um público nacional e internacional fazendo com que o lugar se torne um dos maiores atrativos turísticos no Amazonas. Assim, há uma variedade de roteiros oferecidos por hotéis na região, direcionados principalmente a pessoas com maior poder aquisitivo, considerando os preços praticados. Para ilustrar os valores buscados por quem procura esse tipo de roteiro, apresenta-se a seguir uma breve análise de um dos *lodges* mais renomados da região: o Anavilhanas *Jungle Lodge*.

A estada no Anavilhanas *Jungle Lodge* oferece pacotes de 3 a 6 dias, que incluem refeições à la carte, transporte terrestre entre Manaus e o lodge, além de passeios em grupo. As acomodações são divididas em quatro categorias: chalé, bangalô, panorâmico e villa. Todas as opções contam com *Wi-Fi*, ar-condicionado, tv a cabo, frigobar, energia elétrica disponível 24 horas e produtos sustentáveis, além de outras comodidades.

Os valores das acomodações no Anavilhanas *Jungle Lodge* variam conforme a categoria, indo do mais acessível (chalé) ao mais exclusivo (villa), com tarifas que vão de R\$7.240,00 a R\$31.800,00 e de R\$20.480,00 a R\$85.600,00, respectivamente. Esses preços refletem um turismo de luxo em meio à natureza que se mostra não sendo acessível para todos os públicos.

#### Quadro 4 – Tarifário do Chalé



Experiência	Baixa Temporada			Temporada Regular			Temporada Especial		
	Individual	Duplo	Adulto Extra	Individual	Duplo	Adulto Extra	Individual	Duplo	Adulto Extra
3 Dias/2 Noites	R\$7.240	R\$11.880	+ R\$5.940	R\$8.740	R\$13.480	+ R\$6.740	-	-	-
4 Dias/3 Noites	R\$9.960	R\$16.020	+ R\$8.010	R\$12.210	R\$18.420	+ R\$9.210	R\$14.310	R\$20.520	+ R\$10.260
5 Dias/4 Noites	R\$12.680	R\$20.160	+ R\$10.080	R\$15.680	R\$23.360	+ R\$11.680	R\$18.480	R\$26.160	+ R\$13.080
6 Dias/5 Noites	R\$15.400	R\$24.300	+ R\$12.150	R\$19.150	R\$28.300	+ R\$14.150	R\$22.650	R\$31.800	+ R\$15.900
Noite Extra	R\$2.720	R\$4.140	+ R\$2.070	R\$3.470	R\$4.940	+ R\$2.470	R\$4.170	R\$5.640	+ R\$2.820

Tarifário do Anavilhanas Jungle Lodge (2024).

#### Quadro 5 – Tarifário do Villa



Experiência	Baixa Temporada				Temporada Regular				Temporada Especial			
	Individual ou Duplo	Triplo	Quádruplo	Adulto Extra	Individual ou Duplo	Triplo	Quádruplo	Adulto Extra	Individual ou Duplo	Triplo	Quádruplo	Adulto Extra
3 Dias/2 Noites	R\$20.480	R\$25.320	R\$30.160	+ R\$6.740	R\$24.280	R\$29.220	R\$34.160	+ R\$7.540	-	-	-	-
4 Dias/3 Noites	R\$28.920	R\$35.280	R\$41.640	+ R\$9.210	R\$34.620	R\$41.130	R\$47.640	+ R\$10.410	R\$41.220	R\$47.730	R\$54.240	+ R\$11.310
5 Dias/4 Noites	R\$37.360	R\$45.240	R\$53.120	+ R\$11.680	R\$44.960	R\$53.040	R\$61.120	+ R\$13.280	R\$53.760	R\$61.840	R\$69.920	+ R\$14.480
6 Dias/5 Noites	R\$45.800	R\$55.200	R\$64.600	+ R\$14.150	R\$55.300	R\$64.950	R\$74.600	+ R\$16.150	R\$66.300	R\$75.950	R\$85.600	+ R\$17.650
Noite Extra	R\$8.440	R\$9.960	R\$11.480	+ R\$2.470	R\$10.340	R\$11.910	R\$13.480	+ R\$2.870	R\$12.540	R\$14.110	R\$15.680	+ R\$3.170

Tarifário do Anavilhanas Jungle Lodge (2024).

No tipo de acomodação Villa, que é a mais cara das acomodações oferecidas pelo *lodge*, é interessante analisar que no pacote para 6 dias / 5 noites, no período de temporada especial, para um quarto quádruplo, o valor cobrado é de R\$85.600,00. Valendo apontar que se optar por um adulto extra, são mais

R\$17.650,00, e uma noite extra, R\$15.680,00. Apenas aqui se somam mais de R\$115.000,00. Que empreendimento nos dias atuais com uma estrutura dessa magnitude estaria de portas abertas caso não houvesse uma demanda? O ponto a se destacar aqui é de que existe uma demanda que envia recursos até Novo Airão.

Perfil dos turistas: Um aspecto que chamou a atenção foi a dificuldade em realizar entrevistas com turistas em Novo Airão, apesar de a cidade ser reconhecida como um destino turístico. Durante a estada para a pesquisa, não foi possível encontrar ou avistar turistas na região. No próprio parque, essa dificuldade pode ser atribuída à vasta extensão territorial e ao fato de que os passeios são frequentemente realizados por vias fluviais e trilhas na mata. No entanto, informações fornecidas pelos moradores, discutidas no item 1.6, podem oferecer algumas respostas para essa questão.

Além disso, foi necessário recorrer a outros trabalhos acadêmicos, embora haja pouca produção sobre o perfil dos turistas na região. Assim, serão utilizadas as informações do estudo de Vidal *et al.* (2013), que aborda especificamente os turistas que visitam os flutuantes dos botos. Embora este estudo não cubra o parque como um todo, suas informações são uma das poucas fontes disponíveis que podem ser relevantes para a presente análise.

Vidal *et al.* (2013) conduziram entrevistas com 119 visitantes do Flutuante dos Botos, o que corresponde a 33% da média mensal de frequentadores do local. A pesquisa revelou uma distribuição quase equilibrada entre os gêneros, com 61 pessoas do sexo feminino (51,3%) e 58 do sexo masculino (48,7%).

**Tabela 1** - Faixa etária e local de origem dos visitantes entrevistados

Variável Analisada	Categoria	Frequência de entrevistados	% dos entrevistados
<b>Faixa etária</b>	18-27	30	25,3
	28-37	22	18,6
	38-47	33	28,1
	48-57	18	15,2
	58-67	12	10,2
	Mais de 67	3	2,6
<b>Origem</b>	Amazonas	50	40,0
	Rio de Janeiro	15	12,6
	São Paulo	12	10,1
	Minas Gerais	7	5,9
	Pernambuco	6	5,0
	Estrangeiros	6	5,0
	Outros	23	19,3

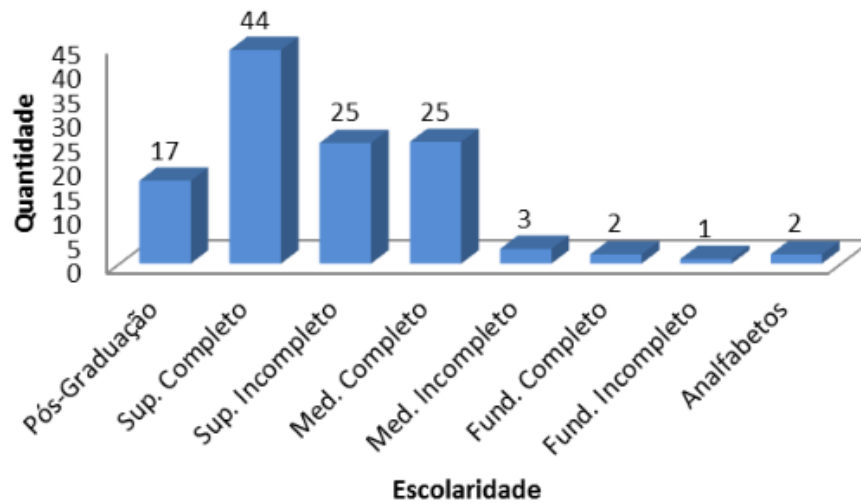
**Fonte:** Vidal et al. (2013).

Manaus, apesar de possuir um aeroporto internacional, não possui um aeroporto exclusivo em Novo Airão. Esse fator pode contribuir para que a maioria dos turistas que visitam Novo Airão seja oriunda do próprio Estado do Amazonas, em comparação com visitantes de outras regiões do Brasil.

De acordo com a teoria do "*distance decay*" proposta por Eldridge e Jones (1991, *apud* Santos *et al.*, 2017), a distância desempenha um papel crucial na demanda turística, indicando que destinos mais distantes tendem a receber menos visitantes.

A ausência de um aeroporto específico em Novo Airão pode ser uma das razões pelas quais o turismo é predominantemente local, já que a dificuldade de acesso e a distância aumentam o custo e a complexidade da viagem para turistas de regiões mais distantes. Assim, a teoria ajuda a explicar a concentração de visitantes da mesma região geográfica e o menor fluxo de turistas de outros lugares.



**Gráfico 2** - Escolaridade dos visitantes entrevistados

Fonte: Vidal *et al.* (2013).

**Tabela 2** - Situação empregatícia dos visitantes entrevistados

Situação empregatícia	Frequência de entrevistados	% de entrevistados
Empregados	61	51,3
Autônomos	19	16,0
Empregador	14	11,8
Estudantes	11	9,2
Do lar	7	5,9
Aposentados	5	4,2
Sem renda	2	1,7

Fonte: Vidal *et al.* (2013).

Segundo o Amazonastur - Empresa Estadual de Turismo do Amazonas (2023), somente no ano de 2022, 71,6 mil turistas conheceram Novo Airão, fato corroborante para citação pela Revista *Forbes* como o melhor destino no planeta para o ecoturismo.

No que tange à economia e turismo, em 2023 o turismo no Brasil teve um crescimento expressivo, evidenciado pelo aumento das viagens nacionais. A receita gerada pelos embarques domésticos alcançou R\$11,55 bilhões, o que representa uma ascensão de 122% em relação ao ano anterior. Esse valor, o mais elevado já registrado, foi divulgado pela Associação Brasileira das Operadoras de Turismo (BRAZTOA), que congrega as principais operadoras de turismo de lazer no Brasil (MTur, 2024).

Dentre algumas, existem duas associações em Novo Airão, a Associação de Artesãos de Novo Airão (AANA) e também a Fundação Almerinda Malaquias (FAM), que se dedicam à confecção de artesanatos com materiais como arumã e madeira. Essas entidades produzem uma variedade de itens como luminárias, tapetes, cestas, utensílios domésticos e esculturas de fauna, preservando técnicas artesanais de origem indígena. Além de manter essas tradições culturais vivas, as associações também promovem a conscientização ambiental e fortalecem o potencial turístico local (Auzier e Da Cruz2012).

#### **4.4 Políticas públicas de turismo no município**

A Prefeitura de Novo Airão, em colaboração com o governo do Estado, está empenhada em aprimorar o turismo sustentável na cidade e em suas áreas vizinhas. Em 22 de setembro de 2023, ocorreu uma reunião na Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDURB), com a presença do prefeito Frederico Júnior e outros representantes. O principal objetivo desse encontro foi elaborar um plano estratégico voltado para o desenvolvimento do turismo sustentável na região, abordando aspectos essenciais como infraestrutura turística, promoção do turismo local e preservação ambiental (Freire, 2023).

No dia 19 de outubro de 2023, Novo Airão foi oficialmente reconhecida como um modelo para o turismo sustentável em um evento que contou com a participação do governo do Estado e da SEDURB. Esse plano inovador visa transformar a cidade em um exemplo a ser seguido em futuras iniciativas de turismo, demonstrando a viabilidade da implementação de práticas sustentáveis de forma eficaz (Freire, 2023).

Em 2022, o Ministério do Turismo (MTur) iniciou uma série de visitas a Novo Airão para avaliar a infraestrutura do transporte náutico, com o intuito de fortalecer o turismo na região. Essa iniciativa é realizada em parceria com um dos laboratórios da Universidade Federal de Santa Catarina, evidenciando a relevância de colaborações acadêmicas na formulação de estratégias eficazes para o setor turístico (MTur, 2022). A análise da situação do transporte é vital para garantir a segurança e a acessibilidade, fatores que são cruciais para o crescimento sustentável do turismo local.

Além disso, a Lei Nº 6.508, de 11 de outubro de 2023, trata do tombamento das Ruínas de Airão Velho. O Art. 1º estabelece que:

Fica declarado como Patrimônio Histórico e Cultural de Natureza Imaterial, as Ruínas de Velho Airão (Airão Velho), localizadas na região do Município de Novo Airão, no Estado do Amazonas (Amazonas, 2023).

Essa legislação não apenas reconhece as ruínas como um importante marco histórico, mas também ressalta a necessidade de proteger e preservar o patrimônio cultural em uma região rica em diversidade histórica e ambiental, como é o caso do Amazonas. A efetivação dessa lei exige um compromisso colaborativo entre o governo, as comunidades locais e as organizações da sociedade civil, garantindo que as Ruínas de Airão Velho sejam preservadas de maneira sustentável e que seu valor cultural seja transmitido para as futuras gerações.

Adicionalmente, a Lei Nº 356/2015, sancionada em 14 de Setembro de 2015, estabelece diretrizes claras para a proteção do Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural e Natural de Novo Airão. O Art. 1º destaca que “a preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural e Natural do Município de Novo Airão é dever de todos os seus cidadãos” (Novo Airão, 2015). Essa afirmação responsabiliza não apenas o governo local, mas também a população, reconhecendo que a conservação do patrimônio cultural é uma tarefa coletiva.

Essa abordagem colaborativa é fundamental para fortalecer a identidade local e promover o engajamento da comunidade nas ações de preservação. A importância da lei vai além de uma simples preservação, representando um reconhecimento do valor histórico e cultural de Novo Airão, o que pode impactar positivamente o turismo na região. Com a promoção de práticas sustentáveis e a

valorização do patrimônio cultural, a cidade pode se posicionar como um destino turístico atraente, destacando sua história e cultura únicas.

A legislação também pode estimular iniciativas educativas que promovam o conhecimento sobre a história local, envolvendo as gerações mais jovens na preservação de suas raízes culturais. A aplicação da Lei Nº 356/2015 abre espaço para um debate mais amplo sobre a importância da preservação cultural em áreas urbanas e rurais, especialmente em um contexto global, onde muitas comunidades enfrentam a ameaça da urbanização e da perda de identidade cultural.

Outra legislação importante é a Lei Nº 421 de 26 de maio de 2021, que trata da criação do Conselho e do Fundo Municipal de Turismo. Seu Artº 1 diz: “Fica criado o Conselho e o Fundo Municipal de Turismo do Município de Novo Airão, com estrutura básica vinculada à Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo – SEMINTUR” (Novo Airão, 2021).

A criação do Conselho e do Fundo Municipal de Turismo atua como um pilar fundamental para as demais legislações discutidas. Esse conselho promove um espaço para que as diferentes leis, como a Lei Nº 6.508 sobre o tombamento das Ruínas de Airão Velho e a Lei Nº 356/2015 sobre a preservação do patrimônio cultural, possam ser implementadas de forma coordenada. Esse alinhamento é crucial para garantir que as ações de preservação e desenvolvimento turístico sejam complementares.

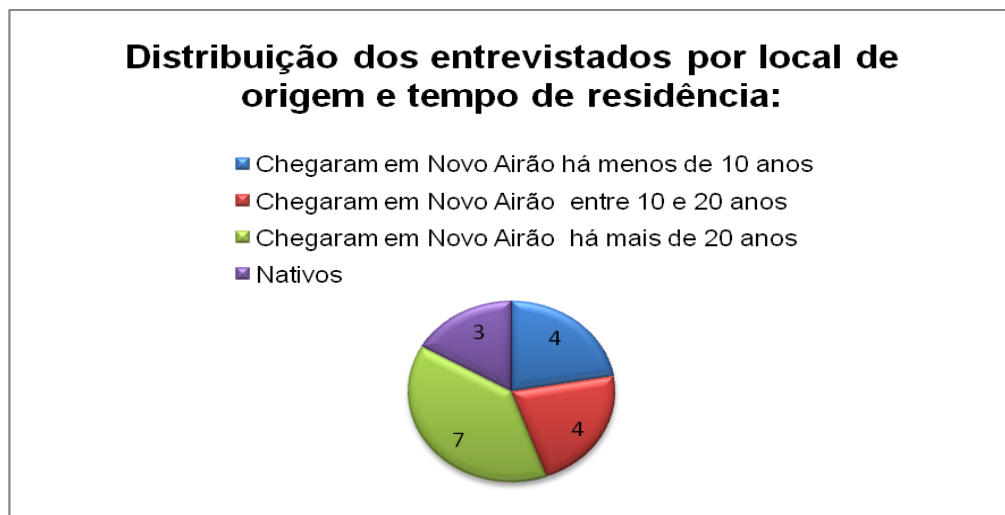
A legislação sobre o Conselho Municipal de Turismo não apenas formaliza a gestão do setor, mas também possibilita que representantes da comunidade local participem ativamente nas decisões. Essa inclusão é essencial para que as estratégias de turismo reflitam as necessidades e desejos da população, promovendo um desenvolvimento que respeite a identidade cultural e o patrimônio local.

O Fundo Municipal de Turismo tem o potencial de financiar iniciativas que abrangem desde a preservação do patrimônio cultural até a melhoria da infraestrutura turística. Esse fundo pode ser um catalisador para atrair investimentos, parcerias e recursos que viabilizem a implementação de projetos que promovam tanto o turismo sustentável quanto a valorização do patrimônio local.

Assim, a aplicação conjunta dessas legislações pode resultar em um modelo de turismo que não apenas valoriza as características únicas de Novo Airão, mas também serve de exemplo para outras localidades. Com práticas sustentáveis e um enfoque na preservação cultural, a cidade pode se destacar como um destino turístico atrativo, capaz de oferecer experiências que conectam os visitantes à rica história e diversidade ambiental da região.

#### 4.5 A relação dos moradores de Novo Airão com o PARNA de Anavilhanas e sua percepção sobre o turismo e a biodiversidade

Gráfico 3 -



Fonte: autora, 2024.

Foram aplicados 18 questionários, além de dois adicionais: um destinado a um dos coordenadores do parque e outro a um funcionário da prefeitura. O gráfico apresentado considera apenas os dados dos 18 questionários, assim como a avaliação ao longo deste item. A imagem ilustra a distribuição do tempo de residência dos entrevistados em Novo Airão, evidenciando a diversidade entre os moradores em relação ao tempo de permanência e à origem.

No âmbito qualitativo deste trabalho, as informações coletadas são fundamentais para entender as seguintes nuances:

- **Menos de 10 anos:** Este grupo traz uma perspectiva atual sobre a cidade, oferecendo insights sobre as transformações mais recentes que moldaram a vida local.
- **Entre 10 e 20 anos:** Os participantes desta faixa temporal podem fornecer uma visão moderada das mudanças que ocorreram ao longo do tempo, contribuindo com reflexões sobre as alterações da comunidade e suas dinâmicas.
- **Mais de 20 anos:** Com um vínculo mais profundo com a cidade, esses entrevistados são capazes de oferecer uma análise abrangente do desenvolvimento ao longo das décadas, incluindo transformações sociais, econômicas e culturais significativas.
- **Nativos:** Os moradores nativos possuem uma percepção enraizada de conexão histórica com a cidade e sua cultura, fornecendo uma visão enriquecedora da identidade local e das mudanças que ocorreram ao longo do tempo.

No início dos anos 1980, enquanto o Brasil passava por profundas transformações políticas e sociais, caminhando para as mudanças pós-ditadura militar, as comunidades ribeirinhas da Amazônia ainda viviam de maneira bastante isolada, seguindo os ciclos naturais do rio e da floresta. Em Novo Airão, um município banhado pelo Rio Negro, a vida seguia em seu ritmo ancestral, onde as atividades de pesca, agricultura e extrativismo eram as principais formas de sustento das famílias locais.

Foi nesse cenário que o turismo começou a dar seus primeiros passos. Atraídos pela vastidão do Rio Negro, pela exuberância do Parque Nacional de Anavilhanas e pelo lendário encontro com os botos, os primeiros visitantes começaram a chegar. Muitos vinham em busca de uma conexão mais profunda com a natureza, em um momento em que o mundo olhava cada vez mais para as florestas tropicais como símbolos de preservação ambiental.

**Figura 16** - Aquipélado Fluvial de Anavilhanas



Fonte: Ivo Brasil, 2021.

Com o aumento gradual desse fluxo de visitantes, a dinâmica da cidade começou a mudar. O contato entre os moradores e os turistas foi transformando lentamente a economia local, que passou a enxergar no turismo uma nova possibilidade de desenvolvimento. No entanto, como em muitas outras localidades amazônicas, esse processo não foi imediato nem isento de desafios.

À medida que o turismo crescia, começava a se desenhar uma tensão entre a preservação do modo de vida tradicional e as novas demandas econômicas e culturais trazidas pelos visitantes. Esse movimento, que parecia inicialmente uma curiosidade, acabou por moldar o futuro de Novo Airão, transformando-o em um destino turístico de relevância, enquanto as questões sobre como equilibrar desenvolvimento econômico e preservação ambiental permaneciam no centro das discussões.

Hoje, o turismo continua a desempenhar um papel importante na região, mas o debate sobre quem realmente se beneficia desse processo e como ocorre essa transformação sistêmica nas comunidades locais ainda está em aberto. É importante enfatizar que na pesquisa, foi adotada uma amostragem estratégica ou intencional, que se caracteriza pela escolha de participantes com base em critérios específicos, como o tempo de residência em Novo Airão e a relação com o turismo local.

Isso permite a seleção de indivíduos que podem fornecer informações relevantes e ricas para o entendimento do fenômeno estudado. Sendo também imprescindível destacar que a pesquisa, desse modo, não tem caráter quantitativo, ou seja, seu objetivo não é alcançar representatividade estatística, mas sim explorar de forma aprofundada as percepções e vivências dos entrevistados.

Portanto, os gráficos, tabelas, quadros e quaisquer dados apresentados, que refletem as relações dos entrevistados com as atividades turísticas, não devem ser interpretados como generalizáveis para a totalidade da população de Novo Airão. Eles representam apenas um recorte específico baseado nos dados coletados, permitindo uma análise qualitativa do grupo investigado, mas sem pretensão de extrapolar os resultados para o município como um todo.

A relação entre os botos e os moradores de Novo Airão teve início em 1998, período em que uma criança começou a alimentar um boto que aparecia frequentemente em um restaurante flutuante, ancorado em frente à principal praia da cidade. O que começou como um contato casual rapidamente atraiu a atenção de residentes e visitantes, que passaram a comprar peixes para se juntar à experiência. Com o tempo, outros botos também começaram a se aproximar, transformando essa interação em uma atividade bastante procurada (Flutuante dos Botos, 2024).

A natureza amigável dos botos (*Inia geoffrensis*) e a simplicidade desse contato criaram um ambiente de harmonia com a fauna local, que se estabeleceu como a principal atração turística de Novo Airão. Essa interação, que recebe turistas do Brasil e de outros países, tornou-se uma vivência singular no PNA, conectando as pessoas à vida selvagem da Amazônia (Vidal *et al.*, 2017).



**Figura 17** - Ana Clara e Viviam Amorim nadando com os botos



Fonte: Instagram/@anaclaraac, 2019 e Redação Glamour, 2019.

A presença de botos e a interação com os habitantes de Novo Airão revitalizaram o turismo na região, transformando a dinâmica local e refletindo uma nova valorização dos recursos naturais. Antes da criação do PNA, a área era uma estação ecológica, onde o turismo não era uma atividade oficialmente regulamentada. No entanto, a combinação da preservação ambiental com a exploração sustentável, que se intensificou após a popularização da interação com os botos, ilustra como as atividades turísticas podem coexistir em unidades de conservação.

Essa mudança permite que os moradores reconheçam o valor de sua biodiversidade e a importância de preservar sua cultura local. O aumento do turismo após a interação com os botos é especialmente interessante, pois simboliza uma conexão entre a fauna local e a identidade da comunidade. Um dos entrevistados comentou: “Começou o movimento na década de 2000 pra cá. Aí depois foi que foi começando esse contato com os botos” (Entrevistado 1, 2024).

Outro entrevistado acrescentou: “Foi depois que começou os botos. Aí movimentou mais. Vinham por causa dos botos na época. Hoje em dia já tem por causa dessa mídia aí da internet, né? Eles divulgam já os botos, as Anavilhanas” (Entrevistado 2, 2024).

Essas interações tornaram-se um símbolo da identidade local, permitindo que os moradores se apropriem de sua cultura e de seu ambiente, ao mesmo tempo em que compartilham essa vivência com os visitantes. Assim, o fenômeno dos botos transcende a simples atração turística, integrando-se à narrativa e à história da comunidade amazônica.

A diversidade natural do PNA, especialmente em relação à fauna e flora, configura-se como uma das grandes atrações que levam turistas e moradores a valorizarem a experiência de imersão na Amazônia. Assim como em outros destinos que se destacam pelo apelo natural, a interação com o meio ambiente é central na experiência turística do local. Segundo um dos entrevistados, o boto-cor-de-rosa, jacarés e araras compõem o cenário do parque, oferecendo uma amostra significativa da biodiversidade amazônica.

Olha, primeiramente tem o boto. [...] Tem a arara, tem jacaré, os crocodilo<sup>2</sup>. Muitas coisas boas pra visitar assim no parque, pra vir. Muita coisa mesmo. A floresta muito bonita. Tem uma floresta muito grande, muito bonita lá dentro (Entrevistado 1, 2024).

Outros entrevistados reforçam essa perspectiva, mencionando a observação de sucuris, peixes-boi e o ambiente único dos igapós, que, junto às praias e caminhadas ecológicas, formam o conjunto de experiências oferecidas pelo parque (Entrevistado 17, 2024; Entrevistada 18, 2024).

Esse retrato da fauna e da flora do PNA é carregado de significado para a comunidade local. A relação com os animais e as plantas vai além da simples observação turística, ela se entrelaça com o conhecimento tradicional e a identidade dos moradores. Um dos entrevistados, por exemplo, destaca o papel das aves e dos peixes nas ilhas e como a comunidade compartilha seu saber:

Têm as ilhas, as plantas, têm os animais das ilhas que é as aves, têm os porco-espinho, têm as preguiça, tem o jacaré, têm as cobra. E têm os peixe também, que a gente explica os conhecimento que a gente tem com os peixe, né. As qualidade dos peixe (Entrevistado 11, 2024).

---

<sup>2</sup> Embora o termo 'crocodilo' seja usado coloquialmente, não há crocodilos nativos no Brasil: o país é habitado por diversas espécies de jacarés, que pertencem à família *Alligatoridae*, diferentemente dos crocodilos, que pertencem à família *Crocodylidae*. Na Amazônia, espécies como o jacaré-açu (*Melanosuchus niger*) e o jacaré-papo-amarelo (*Caiman latirostris*) são comuns e frequentemente avistados. Essa observação ilustra como o imaginário popular integra certos termos e associações, influenciado por aspectos culturais e interpretações particulares dos próprios moradores da região.

Essa inter-relação entre natureza e cultura, reforçada pelas tradições locais, agrega valor ao turismo no PNA e fortalece a identidade regional. A preservação dessa biodiversidade não apenas garante a continuidade das atividades turísticas, mas também contribui para a valorização das raízes culturais dos moradores, em uma simbiose entre conservação e vivência humana.

**Figura 18** - Capacitação de produção de artesanato na Fundação Almerinda Malaquias, para geração de renda através do ecoturismo



Fonte: Evaldo Ferreira, Jornal do Comercio.

Além disso, a fauna do parque é descrita como vasta e exuberante. A presença de onças, cobras grandes e araras, mencionadas pelos entrevistados, reforça a magnitude da vida selvagem da região. A diversidade é ressaltada por um dos entrevistados, que fala com preocupação sobre o futuro da fauna: “Rapaz, têm vários animais, né. Aqui nas matas tem a onça, tem a anta, tem tudo. Tem tatu, tem paca. Só que daqui uns dias quase praticamente num vai haver” (Entrevistado 10, 2024).

**Figura 19** - Artesanato inspirado na biodiversidade local



Fonte: Bruna Bartolamei, 2016.

Essa percepção chama atenção para a pertinência de se manter o equilíbrio entre o desenvolvimento turístico e a preservação ambiental, garantindo que as futuras gerações possam continuar a admirar e aprender com esse rico ecossistema. A convergência entre a vida selvagem e a cultura local, portanto, não apenas define o turismo em Novo Airão, mas também consolida a significância da conservação ambiental como elemento essencial para o fortalecimento da identidade comunitária e do turismo sustentável na Amazônia.

Novo Airão, ao estar estrategicamente localizada nas proximidades do PNA, tem grande potencial como uma cidade turística. Como menciona o entrevistado 17, o parque oferece visibilidade e atratividade para a região: “O parque tem esse poder de influência, de visibilidade, para que as pessoas conheçam a história de Novo Airão” (Entrevistado 17, 2024). No entanto, essa visibilidade nem sempre se traduz em benefícios diretos para os moradores, especialmente os mais vulneráveis.

Enquanto a entrevistada 5 reconhece que o turismo pode ser positivo, pois “muitos arrumam emprego” (Entrevistada 5, 2024), o entrevistado 1 apresenta uma visão mais crítica, afirmando que o parque “só prejudica o município” (Entrevistado 1, 2024). A criação do parque resultou na proibição de atividades tradicionais como caça, pesca e plantio, afetando diretamente a subsistência da população local. O entrevistado 7 reforça essa marginalização, afirmando que quem vive nessas áreas precisa “ter uma fonte de renda” (Entrevistado 7, 2024).

Além disso, o entrevistado 11 destaca a importância de preservar o parque e as consequências da falta de controle e conscientização: “se não preservar e ajudar a preservar o parque, daqui um dia não vai ter mais” (Entrevistado 11, 2024). O papel do ICMBio é central nesse contexto, mas a falta de apoio e oportunidades para os moradores gera desafios para a sustentabilidade tanto ambiental quanto social da região.

Isso fica evidente quando se analisa as respostas sobre como os moradores veem o turismo na cidade. Muitos entrevistados expressam uma visão negativa sobre os benefícios que o turismo traz para a população local. O entrevistado 2, por exemplo, afirma: “Eu acho fraco... o que oferece no centro não adianta e a população não tem retorno” (Entrevistado 2, 2024).

Complementa o entrevistado 9, dizendo que, embora haja um “movimentozinho pra cidade”, isso não se traduz em ganhos financeiros para a população, e quando indagado sobre, responde de forma concisa: “Não” (Entrevistado 9, 2024). A insatisfação é clara no relato da entrevistada 12, que, mesmo considerando o turismo “ótimo” e “maravilhoso” (apesar de não saber explicar por quais motivos chegou à essa conclusão), admite que até agora não percebeu nenhum retorno na sua vida: “Porque até agora comigo não” (Entrevistada 12, 2024).

Oferece o entrevistado 1, uma crítica contundente ao turismo atual, descrevendo situações em que turistas visitam comunidades, tiram fotos de crianças sem permissão e não deixam nenhum centavo para os moradores: “O turista vem pra cá... vai parando no porto, tirando foto dos menininho nu, pulando n’água... e não deixa um centavo” (Entrevistado 1, 2024).

Ele ressalta que o dinheiro gerado pelo turismo acaba concentrado nas mãos de grandes empresas, enquanto os moradores locais, que muitas vezes vivem em condições precárias, não veem retorno algum. No entanto, na percepção do entrevistado 11, é observada uma expansão no turismo em Novo Airão, destacando que inicialmente a cidade era dominada por atividades madeireiras e pesqueiras e que a transição para o turismo sustentável tem o potencial de melhorar a qualidade de vida da comunidade. Ele menciona:

O turismo na cidade de Novo Airão, quando começou, foi um turismo sustentável, né. Ele melhorou a vida de muitas pessoas de Novo Airão porque antigamente, Novo Airão era uma cidade de só madeireira e pescador (Entrevistado 11, 2024).

Ainda segundo ele, a mudança trouxe oportunidades para muitos que antes dependiam exclusivamente dessas atividades, reforçando que “hoje muita gente que era madeireiro e pescador trabalha com o turismo”. Assim, um turismo sustentável, com boa gestão que leve em consideração a população e se preocupe em educá-la sobre como tirar proveito desse setor, pode realmente transformar a realidade local.

Mais uma dos entrevistados, agora a 5, comenta que o turismo tem gerado oportunidades de ganhos extras: “pra mim é bom... porque é onde corre mais um dinheirinho” (Entrevistada 5, 2024). No entanto, essa percepção positiva não é compartilhada por todos os entrevistados. Para alguns, essa relação do turismo no

PARNA com a cidade ainda não trouxe benefícios amplos e concretos, como exemplos mencionados anteriormente.

Portanto, para que o turismo em Novo Airão seja verdadeiramente benéfico, é essencial que as vozes das comunidades sejam ouvidas e que haja um compromisso em garantir que todos possam usufruir dos frutos dessa atividade.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) tem como uma de suas principais premissas a inclusão da população local na criação, gestão e uso sustentável das UCs. Isso é especialmente relevante em áreas onde o turismo e a conservação ambiental precisam ser equilibrados para garantir o desenvolvimento sustentável.

De acordo com a Lei nº 9.985/2000, que regulamenta o SNUC, a participação das comunidades locais é um princípio fundamental. O artigo 5º destaca que a "participação efetiva das populações locais" deve ocorrer na criação, implantação e gestão das UCs, assegurando que as necessidades e opiniões dos moradores sejam consideradas ao longo do processo (Brasil, 2000).

Nesse sentido, a avaliação da relação entre o PNA e os habitantes de Novo Airão evidencia uma disparidade entre o que é proposto pelo SNUC e a realidade vivenciada pela comunidade local, de modo que os relatos dos entrevistados sugerem que essa participação efetiva não está presente na prática em Anavilhanas.

É possível notar descontentamento com a ausência de diálogo entre o parque e a comunidade nas respostas dos entrevistados. O entrevistado 1, por exemplo, enfatiza a ausência de consulta direta com os moradores quando diz que o parque "não quer que o caboclo vá trabalhar lá" e que a relação se resume à proibição de atividades que antes eram essenciais para a subsistência da população, como a pesca e o plantio nas ilhas da região: "hoje não pode mais nem se cortar uma vara lá. Pode nem se pisar lá na terra praticamente" (Entrevistado 1, 2024).

Isso sugere que as decisões de gestão do parque não consideram adequadamente as necessidades tradicionais da comunidade, o que contrasta com os princípios do SNUC. Essa visão é corroborada por outros moradores. Outra

pessoa afirma que “com a população não” há qualquer tipo de conversa ou consulta: “talvez eles façam com o prefeito ou com alguma autoridade, mas com a população mesmo, não” (Entrevistado 2, 2024). Mais um convidado oferece uma crítica incisiva sobre como algumas reuniões são conduzidas (quando ocorrem):

Eles pegam um livro com a página limpa. Aí chega, faz uma reunião contigo:  
 — Olha, quantas pessoas têm aqui?  
 — Tem vinte pessoas.  
 — Olha, a gente precisa da assinatura de vocês porque a gente quer fazer um serviço aqui, tal tal. Tu vai te beneficiar, tu vai ter uma renda, tu vai ter um emprego.

Aí todo mundo assina, aí eles levam pra lá. Quando vem de lá, vem um documento que tu já num vai poder cortar um arumã, que tu num vai poder fazer uma vassoura, que tu num vai poder tirar uma copaíba. Tá entendendo? Isso que é a tristeza (Entrevistado 7, 2024).

Nota-se que a percepção de alguns participantes das entrevistas sugere que essas reuniões ocorrem apenas para coletar assinaturas, sem oferecer uma verdadeira participação ou voz nas decisões. Isso reforça a impressão de que a gestão participativa, essencial para a conservação sustentável, aparenta não estar sendo implementada de maneira inclusiva em Anavilhanas.

Ainda ao abordar a questão sobre existir ou não uma consulta na população da parte do PNA para tomar decisões, surgem colocações como: “A reunião deles realmente é mais com os hotéis, com os donos, com os sócios” (Entrevistado 11, 2024). Sugerindo aqui que o foco das decisões está voltado para os interesses do turismo comercial, enquanto os benefícios e as preocupações da população local permanecem marginalizados.

Os convites para reuniões são feitos apenas para “aqueles que entende” dos assuntos relacionados ao parque, deixando de fora grande parte da comunidade: “... só aqueles que entende porque tem gente que entende, né” (Entrevistado 16, 2024). Isso cria um processo elitizado e excludente, que impede a participação ampla e democrática dos moradores, uma prática que vai contra a própria noção de gestão participativa defendida pela legislação.

Por fim, o entrevistado 17 sintetiza a questão ao afirmar que a gestão do parque é tratada de maneira restrita aos órgãos e que “a população não tem essa participação nas escolhas que envolvem o parque” (Entrevistado 17, 2024). Esse comentário ecoa uma sensação de distanciamento entre as decisões que impactam

diretamente a vida da comunidade e a própria comunidade, destacando uma lacuna entre o que o SNUC propõe e a prática em Anavilhanas.

Para mitigar essa situação, seria essencial implementar programas de educação e conscientização que ajudem a comunidade a entender a importância da conservação e a explorar alternativas viáveis de geração de renda por meio dela. A inclusão da população local no processo de tomada de decisões é fundamental para alcançar um equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento socioeconômico da região, promovendo assim um vínculo mais harmonioso entre a preservação do meio ambiente e as necessidades da comunidade.

Além disso, o Art. 17 da mesma lei prevê a criação de conselhos consultivos em UCs de Proteção Integral e conselhos deliberativos em UCs de Uso Sustentável. Enquanto os conselhos consultivos permitem que a comunidade contribua com sugestões, os conselhos deliberativos incluem a população local diretamente na tomada de decisões.

Esses conselhos promovem benefícios sociais, como a geração de renda por meio de atividades sustentáveis, incluindo o turismo ecológico. Isso demonstra que o SNUC não só reconhece a importância da preservação ambiental, mas também valoriza o papel da população local como agentes ativos na proteção e uso das áreas protegidas (Brasil, 2000).

Esses princípios reforçam que a participação da população local na gestão das UCs não é apenas uma oportunidade de inclusão social, mas também uma estratégia para garantir que as ações de conservação sejam sustentáveis e gerem benefícios concretos para as comunidades que vivem no entorno das unidades.

Nesse contexto, fez-se necessária como parte do questionário a seguinte pergunta: “Existe um conselho consultivo?”. E mostra-se incontestável, com base nas respostas a partir desse questionamento, a falta de conhecimento por parte da população local a respeito desse tipo de órgão. A maioria dos entrevistados respondeu de maneira direta e negativa:

Não. Que eu saiba não. Porque fica tudo só pras autoridades. Aí os vereador, prefeito, eles quando fazem alguma reunião dentro da câmara, é só pra eles mesmo. Alguma discussão ou debate é só eles. Não convidam nem a população (Entrevistado 2, 2024).



O fato de outros entrevistados, como o 3, 9, 12 e 17, também desconhecerem a existência de um conselho consultivo com um não afirmativo, junto das respostas não dadas dos demais entrevistados (como sinal de que não sabem a respeito), é um indicativo claro de que se há um conselho consultivo, ele pode não estar atuando de forma visível ou acessível (pelo menos para esse recorte de entrevistados), o que mais uma vez contradiz os princípios do SNUC.

A ausência de um conselho consultivo ativo, ou o desconhecimento sobre ele, reforça o sentimento de exclusão e distanciamento entre a gestão do parque e a comunidade (Santana; Dos Santos; Barbosa, 2020) de Novo Airão. Isso é agravado pelo fato de que, como observado anteriormente, os moradores já sentem que o parque é gerido de maneira que prioriza os interesses de autoridades e empresários ligados ao turismo, ao invés de considerar as necessidades e direitos da população local.

O dito acima se pode concretizar quando é possível verificar a existência do conselho, de fato, em fontes como sites governamentais, o plano de manejo do PNA e artigos acadêmicos, tal como demais documentos de cunho científico e legal. A criação do Conselho Consultivo do PNA foi estabelecida pela Portaria IBAMA Nº 101, de 19 de dezembro de 2006. Conforme o Art. 1º da portaria:

Criar o Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Anavilhanas, com a finalidade de contribuir com a implantação e implementação de ações destinadas à consecução dos objetivos de criação da referida Unidade de Conservação (Portaria IBAMA, 2006, art. 1º).

Apesar de a criação do conselho estar documentada juntamente de todos os representantes mencionados no artigo, o fato que envolve o inciso XVII, o qual prevê a participação de dois representantes da Associação dos Pescadores de Novo Airão (APNA), é particularmente relevante. Surpreendentemente, muitos entrevistados ainda não têm conhecimento sobre a existência desse conselho, o que causa estranheza, considerando que os pescadores são figuras comuns e essenciais nessa sociedade local.

No Art. 2º, a composição do conselho é detalhada, incluindo: “XVII - dois representantes da Associação dos Pescadores de Novo Airão - APNA, sendo um

titular e um suplente” (IBAMA, 2006, art. 2º, XVI). Essa lacuna no conhecimento sobre o conselho por parte da população local pode refletir em uma desconexão entre a gestão formal do parque e as expectativas da comunidade, especialmente considerando que pescadores, figuras tão representativas da região, fazem parte da estrutura consultiva prevista.

O Conselho Consultivo do PNA é estruturado em quatro setores principais: meio ambiente, turismo, usuários e educação e pesquisa (Portaria nº 1, 2018). Essa organização permite que diferentes *stakeholders* contribuam de forma integrada para a gestão do parque, assegurando que as necessidades e interesses de todos os grupos sejam contemplados nas tomadas de decisão.

No Brasil, o Art. 29 da Lei 9.985, de 18 de Julho de 2000, estabelece:

Cada unidade de conservação do grupo de Proteção Integral disporá de um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil, por proprietários de terras localizadas em Refúgio de Vida Silvestre ou Monumento Natural, quando for o caso, e, na hipótese prevista no § 2º do art. 42, das populações tradicionais residentes, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade (Brasil, 2000).

Valendo citar da mesma forma, alguns trechos do Art. 5º que dizem:

III - assegurem a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação;

V - incentivem as populações locais e as organizações privadas a estabelecerem e administrarem unidades de conservação dentro do sistema nacional;

IX - considerem as condições e necessidades das populações locais no desenvolvimento e adaptação de métodos e técnicas de uso sustentável dos recursos naturais (Brasil, 2000).

*A posteriori*, o Art. 20 do Decreto Nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, por sua vez (dentre IX incisos, citam-se aqui os mais relevantes para o contexto), determina:

IV - esforçar-se para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade;

IX - propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população do entorno ou do interior da unidade, conforme o caso (Brasil, 2002).

Mas a que título se pode lograr uma influência no *modus operandi* organizacional, por conseguinte? Um exemplo aplicável, que cabe ao cenário, é o caso do conselho consultivo do Parque Nacional da Serra dos Órgãos (PARNASO) no Estado do Rio de Janeiro. O PARNASO abrange as localidades de Teresópolis, Guapimirim, Magé e Petrópolis.

Essas cidades estão inseridas em um território rico em biodiversidade e beleza natural, sendo parte importante da paisagem fluminense. Um dos problemas enfrentados pelo parque é a interferência antropogênica que pode ser melhor compreendida quando se exibem os dados de sua população do entorno, que é avaliada em cerca de 700 mil habitantes. Dá-se ênfase em Petrópolis (305.687 habitantes) e Magé (243.657 habitantes [IBGE, 2018]) que se mostram, portanto, grandes centros urbanos em volta do parque.

Por esse motivo, é comum que surjam diversos e significativos interesses relacionados ao uso dos recursos naturais do parque e de sua área circundante, pautados por grupos divergentes que atuarão como componentes dessa sociedade. Esse fato por si (da existência de diferentes demandas e necessidades), já contribui para uma interferência no modo de atuação da gestão da UC, ainda que não alinhada com os objetivos da *priori* ponderados pelo órgão gestor, mostrando como a realidade local pode interferir na implementação das políticas de conservação (Santos *et al.*, 2007).

O parque teve seu conselho criado em 6 de Agosto de 2002 (Portaria IBAMA nº 102, 2002), porém, até o ano de 2004, o conselho estava desestruturado. Sua formação inicial também não respeitava critérios legais essenciais, como a equidade entre representantes de instituições públicas e da sociedade civil. Além disso, alguns membros já não estavam ativos na área ou as instituições que representavam deixaram de operar.

Nesse mesmo ano, o Núcleo de Educação Ambiental (NEA/RJ), e simultaneamente a administração do PARNASO, priorizaram a consolidação da gestão participativa na UC. Assim, foi criado o “Projeto Boa Vizinhança”, que visava reordenar o conselho (CONPARNASO), promovendo a participação da população por meio de abordagens inclusivas (Santos *et al.*, 2007).

Tal projeto ambiental, uma vez que abriu as portas para criar um verdadeiro espaço de expressão e debates envolvendo diretamente atores da comunidade, acabou promovendo uma maior conscientização sobre a educação ambiental. Diante de várias estratégias adotadas por essa gestão, vale citar aqui, por exemplo, o levantamento de dados primários a fim de criar um diagnóstico de âmbito socioambiental empregando a metodologia do Diagnóstico Ambiental Rápido Participativo (DARP).

Essa metodologia abrange diversas técnicas que incentivam a participação da sociedade na criação de seu diagnóstico. Com esse processo, os envolvidos puderam examinar suas próprias realidades e explorar diferentes possibilidades para promover mudanças positivas (Drummond, 2002, *apud* Santos *et al.*, 2007). Com esse esforço, foi possível realizar uma avaliação mais aprofundada sobre as características socioambientais dos grupos ao redor.

Isso possibilitou a organização de uma coordenação ampla, definindo contatos a serem feitos, documentos a serem preparados e reuniões a serem realizadas, visando garantir a inclusão de diversos setores da sociedade no conselho consultivo. Para tanto, foram criadas oficinas onde ocorria todo o processo do aludido até aqui, desde identificação de problemas e ameaças, até a solução para tais. Depois de alguns meses de trabalho e empenho, somente em 26 de abril de 2006, com a Portaria IBAMA nº 36, foi reconhecida a nova estrutura do CONPARNASO (ICMBio, 2014), com caráter participativo não somente em seu funcionamento, mas com influência participativa em sua criação também.

Dentre tantas outras medidas, que podem ser mais bem analisadas no trabalho de Santos *et al.* (2007), concisamente, pode-se entender que a reformulação do conselho foi eficaz ao promover um ambiente colaborativo entre os diferentes envolvidos. As abordagens aplicadas e a mediação dos grupos responsáveis facilitaram a identificação de finalidades coletivas, preservando, ao mesmo tempo, os interesses de cada subgrupo.

Agora um exemplo em nível de contraste. Um estudo feito sobre as UCs de Uso Sustentável, Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) Manguezais da Foz do Rio Mamanguape/PB e Área de Proteção Ambiental (APA) da Barra do Rio

Mamanguape/PB (importantes para a assimilação aqui, ainda que de categoria diferente), mostram resultados que apontam para uma gestão participativa “embora o conselho seja caracterizado como imaturo, sem identidade, desorganizado e, por vezes, egocêntrico, resultado da baixa participação e coesão do grupo” (Soares; Miranda; Mourão, 2022, p. 1).

Como esse contraste pode agregar à análise do conteúdo aqui apresentado? Simples, basta relacionar o mencionado acima com os dados sobre a quantidade de UCs no Brasil e quantas possuem conselho gestor. Existem 2.376 UCs no Brasil e, desse número, somente 670 possuem um conselho gestor — sendo que, nesse número menor, a participação das comunidades nem sempre é feita de forma efetiva, por diversos motivos, o que acaba marginalizando essas populações na gestão de uma UC (Santana; Dos Santos; Barbosa, 2020).

Se esse dado não for, no mínimo, alarmante, segue mais um para alicerçar essa ideia: das 2.376 UCs, somente 430 possuem um Plano de Manejo, ferramenta essencial para a gestão desses espaços. Esse cenário apenas denuncia a falta de controle no uso dos recursos, resultando em uma escalada dos problemas socioambientais nas UCs e nas áreas adjacentes (Santana; Dos Santos; Barbosa, 2020).

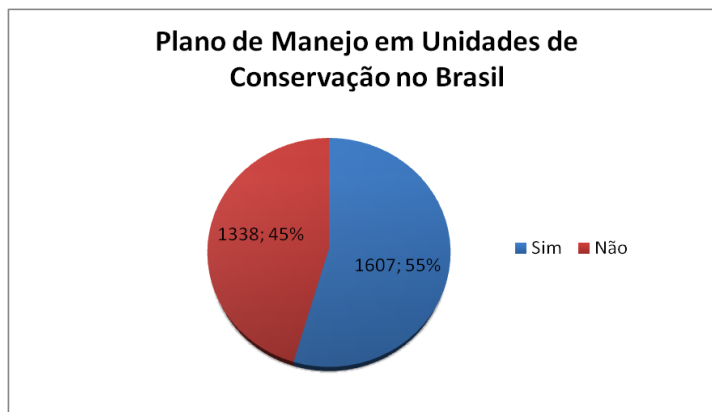
É necessário apontar que esses dados foram retirados, pelos autores citados, do Ministério do Meio Ambiente em 2019. De acordo com o Painel de UCs do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC Brasil, [2024]), atualmente o país conta com 2.945 UCs.

**Gráfico 4 -**



Fonte: CNUC Brasil, 2024.

Gráfico 5 -



Fonte: CNUC Brasil, 2024.

Agora 1.181 com conselho gestor e 1.764 sem. Bem como 1.607 com plano de manejo e 1.338 sem (Brasil, 2024). Embora tenha havido um crescimento no número de conselhos gestores junto com a quantidade de UCs, a efetividade da participação comunitária continua sendo uma questão crítica que não deve ser ignorada.

Agrupar essas informações com a circunstância aqui deparada de grande dificuldade em encontrar outros exemplos de parques com conselhos de sucesso, como o exemplo do CONPARNASO, mostra essa realidade de que, apesar dos avanços estruturais, muitos conselhos ainda carecem de legitimidade e representatividade, refletindo uma lacuna significativa entre a intenção de promover uma gestão participativa e a realidade das práticas implementadas

Considerando a estrutura e os desafios do Conselho Consultivo do PNA, é fundamental ouvir as vozes das comunidades de Novo Airão. As entrevistas realizadas buscam captar as percepções e sugestões dos moradores, visando fortalecer a participação local na gestão do parque e assegurar que suas necessidades sejam devidamente representadas.

Ao analisar as respostas, busca-se identificar oportunidades para uma maior inclusão e efetividade na gestão do PNA, baseando-nos nas experiências exitosas de outros parques e nos princípios estabelecidos pela legislação. É fundamental estabelecer uma base sólida para que o turismo se integre à identidade das pessoas

de Novo Airão, prevenindo problemas futuros semelhantes aos que têm surgido na Europa, onde práticas turísticas predatórias geram descontentamento entre os moradores.

Já um exemplo nacional, é a cidade de Ouro Preto (MG), onde o debate sobre os benefícios do turismo para a comunidade local ainda é intenso em certos aspectos. Em muitos casos, os moradores acabam rejeitando o fenômeno turístico devido a uma “engenharia cultural”, um termo utilizado por Choay (2006). Não prolixamente, tal termo diz respeito à promoção de uma exploração intensiva dos patrimônios, a fim de aumentar o número de visitantes. Todavia, pode resultar em desafios como a exclusão das comunidades locais dos centros históricos que se tornam destinos de consumo cultural internacional.

Essa noção destaca como a manipulação cultural pode levar a tensões entre os interesses turísticos e as necessidades da população local, evidenciando a importância de uma abordagem equilibrada e inclusiva no desenvolvimento do turismo. Um exemplo recente de como o turismo predatório pode causar tensões entre turistas e moradores locais é o caso de Barcelona.

Esse é apenas um dos inúmeros cenários que surgem quando uma população não é considerada desde o início nas discussões sobre turismo, resultando em uma relação negativa com a comunidade local. Em Barcelona, o turismo predatório causou tensões tão profundas entre os moradores locais e os turistas que alguns residentes começaram a expressar seu descontentamento de maneira inusitada, atirando com arminhas de água nos visitantes, como noticiado pelo Jornal Folha de S. Paulo (Martinho, 2024).

Embora essa realidade ainda esteja distante de Novo Airão, o caso de Barcelona serve como um alerta sobre a relação negativa com o turismo quando a participação da comunidade local não é priorizada ou quando a relação entre os dois grupos é desconsiderada. Ao contrário de Barcelona, os moradores de Novo Airão enfrentam uma dificuldade oposta: a falta de contato com os turistas que visitam o PNA (necessário ressaltar novamente que a presente análise é com base no recorte feito para a seleção de entrevistados e não se pode generalizar para a sociedade de Novo Airão como um todo).

Esse afastamento pode ser visto nas respostas dos entrevistados, que afirmam não terem interação com os visitantes que chegam à cidade. “Não. Aqui mesmo não” (Entrevistado 2, 2024). Outro ainda diz “Não. Aqui eles num vêm e eu num vou atrás deles, né. Aí fica difícil” (Entrevistada 4, 2024). Outros 9 entrevistados, de uma totalidade de 12, afirmaram com um “não”, não terem algum tipo de contato com turistas.

Portanto, tanto em contextos de saturação quanto de isolamento turístico, o resultado é a alienação da população local, o que destaca a necessidade urgente de uma gestão turística inclusiva e equilibrada. No caso de Novo Airão, é essencial fortalecer o diálogo entre moradores e turistas, aproveitando o turismo como uma oportunidade de desenvolvimento que beneficie toda a comunidade, evitando assim que situações como a de Barcelona se reproduzam.

É primordial salientar o quadro acima, uma vez que a gestão do PNA e o processo de visitação dos turistas têm um reflexo direto na visão dos moradores sobre os visitantes. Quando questionados sobre qual a visão deles a respeito dos turistas, respostas como estas manifestam-se:

Vejo como uma coisa positiva. Teria mais oportunidade se viesse almoçar nos restaurante de Novo Airão. Eles almoça no restaurante do hotel lá, mas no restaurante comum é muito difícil. Comprar mais, deixar mais o lucro (Entrevistado 1, 2024).

Outro ainda expressa: “... eu acho bom que eles venham pra conhecer, né, nossa região. Mas, eles não trazem muito... Tem vez que aparece de 40, 50 turista. Era pra ter um retorno no município, né” (Entrevistado 2, 2024). “Pra mim é coisa boa pra cidade, né. Pra mim mesma num altera nada. Mas eu acho legal” (Entrevistada 8, 2024).

As respostas obtidas demonstram um reconhecimento da importância do turismo para a economia local, mas também evidenciam frustrações quanto aos benefícios que não estão sendo totalmente percebidos pelos entrevistados. A primeira resposta destaca uma visão positiva dos turistas, mas sugere que o impacto econômico poderia ser amplificado se mais visitantes optassem por frequentar os restaurantes locais, por exemplo, ao invés dos estabelecimentos vinculados aos hotéis.

Isso indica uma percepção de que o turismo poderia ser uma fonte de maior renda para a população local, caso os turistas se integrassem mais ao comércio da



cidade. Essa percepção se concretiza quanto à visão em relação ao turismo na cidade, quando relatos como o a seguir levantam-se:

Mais uma vez. Quem é beneficiado? Katerre, Anavilhanas. Que eles vão lá, batem foto... e é só. E de lá vai embora. Quem é que pega o dinheiro? Quem pega o dinheiro são os donos de hotéis. Mas você que tem sua banquinha, que tem o seu bolo, que tem seu bejú, a coisa daqui, o cara não passa nem perto. Ele vai comer lá no hotel, pagar caro, quando poderia merendar bem baratinho aqui de uma coisa que ele gostaria de provar que lá na pousada não tem (Entrevistado 7, 2024).

Isso fica ainda mais exposto ao analisar relatos como o da entrevistada 4, que revela como sua vida é marcada por privações, mesmo em um cenário onde o turismo dispõe de grande potencial para gerar mais oportunidades de renda:

Trabalhava na roça, mas aí... Me aposentei, agora só comendo pouquinho. Tem gente que compra sandália, compra roupa. Eu, se minhas filhas num me der uma calcinha, uma roupa assim, eu não compro. Porque se eu for comprar eu num como. Uma neta que veio pra cá, que se deixou com o marido, veio pra cá com um monte de filho, quatro filho. Aí disse "ah, vovó, eu num tenho comida e eu queria tomar um açai". Eu digo "ah, meu filho, meu dinheiro só mesmo pra nós comer uma salsicha. Empresta da tua mãe, dos teus irmão". Faltava um real pra comprar um litro de açai. Pediu de todo mundo, num tiveram um real (Entrevistada 4, 2024).

O testemunho dessa moradora reflete a situação de muitos que, mesmo em uma cidade que atrai turistas, vivem com dificuldades financeiras, sem conseguir se beneficiar do setor. Este tipo de relato leva a refletir sobre como a falta de integração do turismo com a economia local agrava as condições de vida da população. A entrevistada mostra que, embora o turismo esteja presente na cidade, ele não gera um retorno direto que poderia melhorar a vida dos habitantes.

O turismo, em vez de ser uma ponte para o desenvolvimento, parece estar desconectado da realidade de algumas pessoas, que muitas vezes se encontram em situação de dependência de ajudas familiares e subsídios mínimos para sobreviver. O entrevistado 1 também dá uma visão retrospectiva sobre as mudanças econômicas em Novo Airão, revelando como a cidade era antes da chegada do turismo:

Antes era assim: bem movimentado, sobre trabalho né. Aí hoje só funcionário trabalha aqui só, da prefeitura. Mas o trabalho braçal mesmo hoje tá difícil. Parou, essa classe pequena ficou difícil. Naquela época tinham os madeireiros que traziam madeira, tinham os carpinteiros que faziam os barcos, tinham os roceiros que faziam roçado, fazia roça, fazia farinha. Hoje, as farinha que vem pra cá vem de Manacapuru, vem dessas aí (Entrevistado 1, 2024).

Essa fala indica que o turismo não foi suficiente para substituir as atividades tradicionais que sustentavam a economia local. Pelo contrário, ele ressalta o pouco retorno para a substituição dessas atividades por um modelo econômico que não consegue absorver a força de trabalho local, deixando os moradores sem alternativas viáveis de emprego.

Esse depoimento destaca um dos problemas centrais enfrentados pela população de Novo Airão: a dificuldade de transição de uma economia baseada em atividades tradicionais, como a extração de madeira e a produção agrícola, para um modelo econômico focado no turismo. A antiga cadeia produtiva, que envolvia madeireiros, carpinteiros e agricultores, foi interrompida, sem que o turismo conseguisse criar uma nova rede de oportunidades capaz de absorver a força de trabalho local.

Mais preocupante ainda é o fato de que, apesar das restrições ambientais impostas para proteger a floresta e seus recursos, os entrevistados ainda mencionam práticas como a retirada de madeira. Onde está a educação e preocupação voltada para a natureza que é base da existência de uma área protegida?

A educação ambiental, que deveria ser um dos pilares do turismo de conservação, não parece (nesses relatos específicos) estar cumprindo seu papel de sensibilizar a população e os turistas sobre a importância da preservação. É possível notar que esse ponto é por parte não apenas dos moradores, mas dos turistas também, como aponta o entrevistado 10:

Tá faltando muita coisa. Que nem nos igarapés tá faltando uma educação no povo pra não porcalizar, né. Só esse ano aqui, eu joguei vários sacos de lixo fora depois que a água baixou. Então, é preciso consciência nas pessoas. Pra quê têm as lixeiras, né?... tem que ter uma orientação que haja respeito da natureza. Que tem muitos que vêm, turista, que tem consciência. Outros não. Outros esbanjam um pouco e às vezes prejudica a natureza (Entrevistado 10, 2024).

**Figura 20** - Descarte de lixo ao lado de uma placa que proíbe a ação



Fonte: autora, 2024.

Ainda sobre o que mudou na cidade antes e após a chegada do turismo, o entrevistado 2 expressa de forma direta: “Num mudou quase nada não. Apenas trouxe mais gente pra morar aqui. Foi a mudança que veio, pessoa correndo atrás de emprego e num tem” (Entrevistado 2, 2024). Esse comentário reforça a ideia de que o turismo trouxe consigo a expectativa de mais empregos e desenvolvimento, mas na prática, as oportunidades continuam limitadas, gerando frustração entre os moradores.

As promessas de desenvolvimento não se traduziram em benefícios tangíveis para a maioria dessas pessoas, o que leva a um sentimento de insatisfação. O participante 7 sustenta essa ideia, trazendo uma análise sobre o efeito do turismo em relação às atividades tradicionais de subsistência, como a pesca e a construção de embarcações:

Olha, o antes era até bem melhor que hoje porque não tinha o turismo. Mas o caboco podia sobreviver realmente da pesca, da madeira, era até a cidade das embarcações. O pessoal construiu bastante embarcações. Você tinha o direito de ir e vir. Hoje, qualquer tipo de pressão que lhe tira o direito de ir e vir, você já passa a encontrar dificuldade (Entrevistado 7, 2024).

Essa colocação ressalta que o turismo, além de não oferecer uma alternativa viável, tem restringido ainda mais as atividades que antes permitiam aos moradores uma autonomia econômica. A regulação em torno da preservação ambiental e das áreas de visitação, somada à concentração dos benefícios nas mãos de poucas empresas, parece agravar a marginalização da população local. E para assimilar

essa percepção, a fala do entrevistado 17 sintetiza uma visão crítica sobre a relação do turismo com a vida dos moradores:

Eu acho que diretamente não. Quem sente essas mudanças são as empresas privadas. A gente fica feliz que seja um parque organizado, né, que esteja na legislação, mas impacto direto no município eu num sinto, sabe? Só em empresas privadas (Entrevistado 17, 2024).

Este relato reforça a compreensão de que o turismo em Novo Airão corre risco de ser estruturado de maneira a beneficiar principalmente grandes empresas e agentes externos, enquanto a população local continua à margem, sem participação ativa ou significativa no setor. Portanto, a falta de uma gestão turística que realmente integre a população de Novo Airão ao processo produtivo cria um cenário em que o turismo, ao invés de ser uma oportunidade de crescimento e melhoria de vida, contribui para a perpetuação das desigualdades sociais e econômicas.

**Figura 21** - Estrutura para preparação de comida de uma moradora



Fonte: autora, 2024

É importante reconhecer a diferença entre humildade e a falta de condições na melhora da qualidade de vida. Se por um lado a humildade é uma virtude que nos permite reconhecer nossas limitações, a falta de condições para melhorar a qualidade de vida pode ser um reflexo de desigualdades sociais e econômicas, onde indivíduos se veem presos em um ciclo de privação, uma vez que suas vozes não são ouvidas por aqueles que podem ser peças-chaves na mudança dessa estrutura.

A moradora da cozinha da imagem acima compartilha sua realidade, afirmando que enfrenta muitas dificuldades e quase não possui o básico para viver. Essa situação revela não apenas a luta diária por dignidade, mas também a força e a resiliência necessárias para seguir em frente diante de tantas adversidades. Uma gestão mais inclusiva, com maior participação da população local, poderia

transformar essa realidade e fazer com que o turismo beneficiasse não apenas as empresas, mas toda a comunidade.

Infelizmente essa visão sobre o parque, além dos motivos até aqui discutidos, pode se intensificar por razões até prévia a um grande fluxo turístico. A frustração com a desigualdade de oportunidades geradas pelo turismo aparece em relatos como: "O turismo funciona assim: pro seu Kleber, pra um punhado de pessoa que ele escolheu pra trabalhar com ele, e nós continuamos na mesma situação." (Entrevistado 7, 2024).

O descontentamento continua quando ele explica a frustração com a distribuição desigual dos recursos provenientes do turismo e da preservação ambiental:

Por que a China, eles jogam um milhão e meio de reais pra preservação? A preservação desse um milhão e meio [de reais]... eles pensam que o caboco do interior tá pegando R\$700,00 desse dinheiro... Mas realmente, ele nem percebe, nem vê a cor desse dinheiro. Esse dinheiro fica com quem? Fica com presidente, deputado, senador, prefeito, governador. Só os grandes. E quem merecia ser empregado, que é a criatura que conhece aonde tem uma paca, que conhece aonde tem uma anta, que conhece aonde tem uma onça, sabe tudo e não ganha nada. E o seu Kleber fica correndo de jetski por aqui, não demora um avião vem e ele pula dentro, vai embora. E aí foi uma misura dizendo que o turismo aqui é a fonte de renda de Novo Airão. E não é isso. É uma grande mentira, é uma grande farsa! Então, é muito triste você ir daqui pra ali pro outro lado, você vai cortar uma árvore lá, aí o Ibama vai lá, diz que tu não pode cortar porque isso aqui é reserva e tal, que é só o turismo que pode. Mas como é que tu vai viver com o turismo se tu não participa de nada? Se tu não tem nada a ver com o turismo. O dólar do turista nem sente o cheiro se cheira ou se fede. Então, é esse o retrato do turismo aqui em Novo Airão (Entrevistado 7, 2024).

O exemplo a seguir não ocorreu diretamente em Novo Airão e Anavilhanas, mas pelo fato de o PNJ (local do evento) ser parte do Arranjo de Apoio Mútuo [APM (antigo Núcleo de Gestão Integrada - NGI)], é válida a menção de um ponto negativo já vindo na base da criação do parque.

Eu fui pra lá com quatro anos de idade, me criei lá. Minha esposa nasceu lá dentro e se criou lá. Nós saímos de lá, o cara ainda me cutucou com boca de metralhadora pra mostrar curral de tartaruga, coisa que nunca existiu. Amedrontando todo mundo, que a gente, o caboco, que mora no interior, tem medo de polícia. Amedrontando todo mundo "tem que sair, tem que sair!". Saímos 100 e poucas famílias de lá, sem direito a um centavo. Nosso sítio ficou lá, casa, se acabou tudo. Aí meu filho chegou aqui: "gosto de banana". Preciso comprar. Meu filho chorava de fome com vontade de comer uma fruta e eu num tinha com o que comprar. Eles nunca pagaram um centavo desse parque. O açaizal que meu pai plantou tá lá. Estraga! A

castanha que plantou estraga lá, mas não deixa entrar (Entrevistado 1, 2024).

O entrevistado complementa falando agora do PNA:

O Parque Nacional de Anavilhanas era pra ser criado em Barcelos. Aí o prefeito daqui disse “não, não, não. Eu tenho as melhores áreas. As maiores ilhas que tem no Amazonas chama Anavilhanas, então está dentro do município de Novo Airão”. O montante de dinheiro era muito grande e aí abarcou. Foi por isso que foi criado esse parque, todo mundo sabe disso. Era um montante de dinheiro grande. Passaram de avião em cima e viram a área que era boa, que serve pra um parque. Num tá ligando pra quem tá lá e pra quem não tá. Não teve nada de consulta. Aqui o Parque Nacional de Anavilhanas e o Parque Nacional do Jaú foi a mesma coisa. Passaram lá: vamo fechar e pronto. Quem quiser que saia daí, quem quiser vai embora e pronto. Pesquisaram de avião a área pra criar o parque e foram embora e já trouxeram o documento “aqui é parque”. Não foi consultado com ninguém não (Entrevistado 1, 2024).

Esse pronunciamento salienta um problema crucial que permeia a criação de unidades de conservação, como o PNA e o PNJ, que é a falta de consideração e consulta às populações locais durante o processo de implementação. Ele enfatiza a despossessão de suas terras e a ausência de compensações justas, o que reflete uma falha nas diretrizes do SNUC. Em seu Artigo 5º é claramente estabelecido:

X - garantam às populações tradicionais cuja subsistência dependa da utilização de recursos naturais existentes no interior das unidades de conservação meios de subsistência alternativos ou a justa indenização pelos recursos perdidos (Brasil, 2000).

Contudo, a realidade apresentada pelo entrevistado revela que essa diretriz não tem sido cumprida, levando à marginalização e ao empobrecimento das comunidades que habitam as áreas afetadas. Esse tipo de situação não é apenas triste, mas também contradiz os princípios fundamentais de conservação, que deveriam envolver a proteção do meio ambiente e a promoção do bem-estar das comunidades locais.

O exemplo da fala do entrevistado evidencia uma desconexão entre a gestão das unidades de conservação e as necessidades reais das populações tradicionais, que, em vez de serem beneficiadas, se veem forçadas a abandonar suas formas de vida e suas terras. Além disso, a crítica à forma como o parque foi criado, com base em interesses financeiros e sem consulta prévia às comunidades, ressalta a urgência de uma gestão mais inclusiva e respeitosa.

A implementação de políticas que realmente integrem as populações locais na gestão e nos benefícios do turismo e da conservação pode não apenas mitigar os pontos negativos que já foram sentidos, mas também criar um modelo sustentável onde a preservação ambiental ande lado a lado com a justiça social. E para finalizar, é interessante abordar aqui (lembrando que o foco dessa pesquisa não é de cunho quantitativo, mas a informação a seguir ajudará a analisar de maneira mais crítica os dados apresentados) que dos 18 entrevistados, 16 negaram ter conhecimento sobre a importância do porquê o PARNA ter sido criado. “Não, isso aí num sei não, não sei lhe dizer isso aí” (Entrevistado 11, 2024).

Mais alarmante ainda, é saber que, das várias profissões dos entrevistados (como pescador, autônomo, carpinteiro, aposentados, agricultora e pedreiros), essa fala foi de um barqueiro e guia local. Somente 2 moradores souberam responder: “eu acredito que pela conservação, né, preservação. E sustentabilidade, né. Porque aí as pessoas não podem desmatar” (Entrevistado 17, 2024) e “ele foi criado mais pra preservação da natureza” (Entrevistada 18, 2024). A reflexão que deixo agora é: será coincidência o fato de que as únicas duas pessoas que souberam responder são um professor e uma agente social, ambos atuando pela prefeitura?

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista as discussões, ora apresentadas neste trabalho, é imperativo que as políticas públicas e as iniciativas de conservação sejam repensadas, garantindo que as vozes das comunidades locais sejam ouvidas e respeitadas e que medidas concretas sejam adotadas para assegurar uma vida digna e justa para aqueles que, historicamente, têm sido os guardiões dessas terras. A promoção de um turismo sustentável que beneficie não apenas os grandes empreendimentos, mas também as comunidades locais, é um caminho necessário para transformar essa realidade.

As considerações resultantes deste estudo indicam que a gestão das unidades de conservação, em particular do Parque Nacional de Anavilhanas, requer uma nova avaliação que priorize a participação autêntica das comunidades locais. O sistema atual frequentemente desconsidera as perspectivas e saberes de quem habita essas áreas há gerações, o que contrasta com os princípios de uma gestão verdadeiramente participativa e inclusiva.

Deve-se considerar uma melhor capacitação dos conselheiros para identificar e lidar com questões, conflitos e oportunidades ambientais. Essa compreensão da complexidade dos interesses em jogo na utilização e gestão dos recursos naturais é vital para promover uma comunicação eficaz entre os diversos envolvidos.

No contexto do turismo em Novo Airão, essa questão se torna ainda mais relevante, uma vez que é essencial que as vozes das comunidades locais sejam ouvidas nas discussões sobre desenvolvimento econômico e preservação ambiental. Implementar uma gestão participativa envolve fornecer aos diversos grupos sociais as ferramentas necessárias para que possam se envolver ativamente na criação de políticas ambientais.

Esse enfoque não apenas enriquece o processo decisório, mas também assegura que as políticas reflitam as realidades e desafios enfrentados pelas comunidades. Integrar os moradores nas discussões sobre o uso sustentável dos recursos naturais cria um ambiente que respeita e valoriza suas vivências e saberes tradicionais.



Muitas vezes, essas comunidades são vistas apenas como obstáculos à conservação, quando, na verdade, desempenham um papel essencial na proteção ambiental. Um modelo que ignora o conhecimento local e as práticas tradicionais pode perpetuar desigualdades e descontentamento entre os moradores, que se sentem afastados das decisões que afetam diretamente suas vidas e formas de subsistência. Portanto, é fundamental reestruturar as políticas públicas relacionadas ao turismo e à preservação ambiental, criando um espaço onde as comunidades possam articular suas demandas e interesses.

Estabelecer um diálogo construtivo e buscar consensos entre os diferentes participantes não só fortalece a gestão das unidades de conservação, mas também contribui para um futuro mais equitativo e sustentável para todos que dependem desses ecossistemas. As comunidades locais de Novo Airão enfrentam desafios socioeconômicos que muitas vezes as levam a situações adversas, incluindo a criminalidade.

Nesse contexto, a antropologia pode desempenhar um papel fundamental ao oferecer uma compreensão mais ampla das realidades locais. Cachado (2021) destaca que "a capacidade de se colocar na perspectiva do outro", embora pareça simples, torna-se complexa à medida que o pesquisador se aprofunda nas interações de campo. Essa imersão possibilita compreender as sutilezas das vivências humanas e explorar a intersubjetividade presente nas relações sociais. Assim, tanto etnografias breves quanto longas podem oferecer contribuições significativas sobre como as comunidades enfrentam seus desafios e como suas visões de mundo são moldadas por fatores externos.

A colaboração e a empatia entre pesquisadores e comunidades são essenciais para formular políticas que respondam verdadeiramente às demandas locais. Compreender que a violência e o crime frequentemente surgem da falta de opções viáveis permite delinear estratégias que, além de garantir segurança, fomentem o desenvolvimento econômico e a inclusão social.

Esse processo requer escuta atenta e um compromisso genuíno com a mudança social, reconhecendo que a proteção ambiental não deve ser alcançada em detrimento do bem-estar das populações que habitam essas áreas.

Construir um futuro sustentável em Novo Airão exige uma abordagem que una conservação ambiental e justiça social, criando oportunidades que interrompam o ciclo de exclusão e criminalidade que afeta os habitantes locais. Assim, a etnografia não apenas serve para entender as dinâmicas locais, mas também atua como agente de mudança na formulação e execução de políticas.

Os resultados desta pesquisa revelaram uma riqueza de informações e perspectivas que não podem ser abordadas em sua totalidade neste espaço. As narrativas locais apresentaram um panorama vibrante da vida em Novo Airão, repleto de histórias que refletem a identidade e as experiências únicas das comunidades. Esses relatos não apenas iluminam a vivência cotidiana, mas também revelam um profundo vínculo entre os moradores e a natureza ao seu redor, evidenciando como suas identidades são moldadas por essa interação.

Episódios como o da entrevistada que não tem uma cozinha mais completa para realizar o preparo de suas refeições, alude que mesmo que surjam projetos de estruturas onde se reitera a importância de melhor atender ao turista, dificilmente seria prioridade para ela. Analisa-se tal questão sob o ponto de vista de Maslow (1970), onde a hierarquia das necessidades humanas exige a satisfação de níveis básicos para que então novas demandas sejam geradas.

Além disso, a pesquisa ressaltou a importância dos imaginários locais, que influenciam a forma como os habitantes percebem e se relacionam com a biodiversidade da região. Em particular, a figura do boto destaca-se como um elemento central das tradições e crenças locais. A presença desse mamífero aquático não é apenas um símbolo da rica biodiversidade do Amazonas, mas também um agente de conexão cultural e ambiental que merece atenção especial.

Essas descobertas enriquecem a compreensão sobre a dinâmica sociocultural de Novo Airão e abrem caminhos para futuras investigações. O boto, em particular, emergiu como um tema central que certamente será objeto de pesquisas mais profundas, explorando sua importância tanto do ponto de vista ecológico quanto cultural. A preservação desse animal, assim como suas relações com as comunidades locais, será crucial para qualquer esforço futuro de conservação que busque ser efetivo.

Em suma, esta pesquisa não apenas revela as complexidades e desafios enfrentados pelas comunidades de Novo Airão, mas também destaca a importância de uma abordagem integrativa que considere suas vozes, saberes e necessidades. Permitindo tornar não apenas os turistas, mas também os moradores, em agentes de transformação, que uma vez em que se sentirem como pertencentes à identidade da região, através da sensibilização, poderá ser possível atingir sucesso nas premissas de sustentabilidade juntamente de um desenvolvimento, para além da ideia de setor econômico, incorporando aspectos sociais, culturais e ambientais, essenciais para a verdadeira valorização e preservação do patrimônio local.

Ao articular conservação ambiental e justiça social, pode-se vislumbrar um futuro onde as riquezas naturais e culturais da região coexistam harmoniosamente, promovendo um desenvolvimento sustentável que beneficie a todos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIRBNB. **Novo Airão, Brazil**. Disponível em: [https://www.airbnb.com.br/s/Novo-Air%C3%A3o--Brazil/homes?refinement\\_paths%5B%5D=%2Fhomes&place\\_id=ChIJZfjzGiakDZIRw13CeFFz9LU&adults=1](https://www.airbnb.com.br/s/Novo-Air%C3%A3o--Brazil/homes?refinement_paths%5B%5D=%2Fhomes&place_id=ChIJZfjzGiakDZIRw13CeFFz9LU&adults=1). Acesso em: 06 jul. 2024;

ALVARES, Clayton Alcarde *et al.* **Köppen's climate classification map for Brazil**. Meteorologische zeitschrift, v. 22, n. 6, p. 711-728, 2013. Disponível em: [http://143.107.18.37/material/mftandra2/ACA0225/Alvares\\_et al Koppen climate cla ssBrazil\\_MeteoZei\\_2014.pdf](http://143.107.18.37/material/mftandra2/ACA0225/Alvares_et al Koppen climate cla ssBrazil_MeteoZei_2014.pdf). Acesso em: 27 set. 2023;

AMAZONAS. **Lei Nº 6.508, de 11 de outubro de 2023**. Declara as Ruínas de Velho Airão (Airão Velho) como Patrimônio Histórico e Cultural Imaterial do Estado do Amazonas e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Amazonas, 11 out. 2023. Disponível em: [https://legisla.imprensaoficial.am.gov.br/diario\\_am/12/2023/10/10490?modo=lista](https://legisla.imprensaoficial.am.gov.br/diario_am/12/2023/10/10490?modo=lista). Acesso em: 5 out. 2024;

AMAZONASTUR. **Parque Nacional de Anavilhanas**: Conheça o arquipélago fluvial reconhecido como Patrimônio Natural da Humanidade. 18 de dez. de 2021. Disponível em: <https://www.amazonastur.am.gov.br/parque-nacional-de-anavilhanas-conheca-o-arquipelago-fluvial-reconhecido-como-patrimonio-natural-da-humanidade/>. Acesso em: 05 out. 2024;

ANAVILHANAS Jungle Lodge. **Tarifário 2024**. Recebido via WhatsApp. Disponível em: [www.anavilhanaslodge.com](http://www.anavilhanaslodge.com). Acesso em: 06 ago. 2024;

ATAÍDES, Fernanda Barros; DE OLIVEIRA, Guilherme Saramago; DE FREITAS SILVA, Anair Araújo. **A etnografia**: uma perspectiva metodológica de investigação qualitativa. Cadernos da FUCAMP, v. 20, n. 48, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2601>. Acesso em: 08 ago. 2024;

ATKINSON, Paul *et al.* **Handbook of ethnography**. 2000. Disponível em: <https://www.torrossa.com/en/resources/an/5017494>. Acesso em: 5 out. 2024;

BAPTISTA, Leandro; MOREIRA, Jasmine Cardozo. **Parque Nacional dos Campos Gerais (PR) e turismo**: um olhar através da comunidade local. Nature and Conservation, v. 6, n. 1, p. 22-45, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.6008/ESS2318-2881.2013.001.0002>. Acessado em: 08/05/2023;

BARBOSA, Alfonso Pineda. **Cianobactérias, alfa e ômega**: mudaram nossa atmosfera e serão as últimas a desaparecer. 2022. Disponível em: <https://revistabioika.org/assets/multimedia/docs/es/revisiones/david.gonzalez@revista-bioika.org/20220602123545-cianobacterias-alfa-e-omega-alfonso-pineda-revista-bioika.pdf>. Acesso em: 5 out. 2024;

BARROSO, Luís Roberto; MELLO, Patrícia Perrone Campos. **Como salvar a Amazônia**: por que a floresta de pé vale mais do que derrubada. Revista de Direito da Cidade, v. 12, n. 2, p. 1262-1307, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rdc/article/view/50980>. Acesso em: 25 out. 2024;

BARTOLAMEI, Bruna. **Floresta Amazônica: os passeios do Anavilhanas Jungle Lodge.** 30 de mar. de 2016. Disponível em: <https://contandoashoras.com/2016/03/30/floresta-amazonica-os-passeios-do-anavilhanas-jungle-lodge/>. Acesso em: 05 out. 2024;

BEDIM, Bruno Pereira; DE PAULA, Heber Eustáquio. **Relatos Visitados: História oral e pesquisa em turismo e hospitalidade—considerações teórico-metodológicas.** Caderno Virtual de Turismo, v. 7, n. 1, 2007. Disponível em: <https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/174>. Acesso em: 04 out. 2024;

BEIROZ, Hélio; BICALHO, Ana Maria de Souza Mello. **POPULAÇÃO RESIDENTE E ESTRUTURA PRODUTIVA NO PARQUE NACIONAL DA AMAZÔNIA-PA<sup>1</sup>.** CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 7, n. 13, p. 115-133, 2012. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/13768/8217>. Acessado em: 08 mai. 2023;

BOIA, Marcio N. et al. **Estudo das parasitoses intestinais e da infecção chagásica no município de Novo Airão,** Estado do Amazonas, Brasil. Cadernos de Saúde Pública, v. 15, p. 497-504, 1999; Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/qV56pcCpq3M6zrFSFxK6KDB/?lang=pt>. 04 out. 2024;

BOLFARINE, Heleno; OLIVEIRA BUSSAB, Wilton de. **Elementos de amostragem.** São Paulo: Editora Blucher, 2005. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=okniDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PP8&dq=amostragem+nao+probabilistica+o+que+%C3%A9&ots=rRwGqAZk8r&sig=DxOLtPFamtAhtuS0UuoGwXYpFvc#v=onepage&q=amostragem%20nao%20probabilistica%20o%20que%20%C3%A9&f=false>. Acesso em: 5 out. 2024;

Brandão, C. R.; Borges, M. C. (2007). **A pesquisa participante: um momento da educação popular.** Revista de Educação Popular, 6(1). Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/19988/>. Acesso em: 4 out. 2024;

BRASIL. **Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002.** Dispõe sobre a criação de unidades de conservação da natureza e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 ago. 2002. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4340.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm). Acesso em: 02 out 2024;

BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). **Portaria nº 101, de 19 de dezembro de 2006.** Cria o Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Anavilhanas. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/legislacao/IBAMA/PT0101-191206.PDF>. Acesso em: 02 out 2024;

BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). **Portaria nº 102, de 6 de agosto de 2002.** Cria o Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra dos Órgãos. Disponível em: [https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Portaria/2002/p\\_ibama\\_1\\_02\\_2002\\_criarconselhoconsultivoparquerenacionalserradosorgaos\\_rj.pdf](https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Portaria/2002/p_ibama_1_02_2002_criarconselhoconsultivoparquerenacionalserradosorgaos_rj.pdf). Acesso em: 3 out. 2024;

BRASIL. **Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021.** Institui a Política Nacional de Serviços Ambientais e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 jan. 2021. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2019-2022/2021/lei/L14119.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2021/lei/L14119.htm). Acesso em: 25 out. 2024;

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9985.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm). Acesso em: 23 set. 2024;

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Painel de Unidades de Conservação.** Disponível em: <https://cnuc.mma.gov.br/powerbi>. Acesso em: 03 out. 2024;

BRASIL. **Portaria nº 1, de 30 de outubro de 2018.** Aprova a renovação e modifica a composição do Conselho Consultivo do Parque Nacional de Anavilhanas. Disponível em: <https://www.gov.br/florestal/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/8-resoluono4de29deoutubrode2018.pdf>. Acesso em: 02 out 2024;

BRITO, Maria Cecília Wey. **Unidades de Conservação: intenções e resultados.** 2. ed. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2003. 230 p. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?id=ZAQVyWS79lkC&lpg=PA209&ots=tF4W\\_JuyDr&dq=BRITO%2C%20M.%20C.%20W.%20Unidades%20de%20Conserva%C3%A7%C3%A3o%3A%20inten%C3%A7%C3%B5es%20e%20resultados.%202.%20ed.%20S%C3%A3o%20Paulo%3A%20ANNABLUME%3A%20FAPESP%2C%202003.%20230%20p.%3B&lr&hl=pt-BR&pg=PA211#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=ZAQVyWS79lkC&lpg=PA209&ots=tF4W_JuyDr&dq=BRITO%2C%20M.%20C.%20W.%20Unidades%20de%20Conserva%C3%A7%C3%A3o%3A%20inten%C3%A7%C3%B5es%20e%20resultados.%202.%20ed.%20S%C3%A3o%20Paulo%3A%20ANNABLUME%3A%20FAPESP%2C%202003.%20230%20p.%3B&lr&hl=pt-BR&pg=PA211#v=onepage&q&f=false). Acesso em: 21 ago. 2024;

BUTLER, Rhett A. **The Amazon Rainforest: The World's Largest Rainforest.** Disponível em: <https://worldrainforests.com/amazon/>. Acesso em: 25 out. 2024;

CACHADO, Rita. **Diário de campo.** Um primo diferente na família das ciências sociais. Sociologia & Antropologia, v. 11, n. 02, p. 551-572, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sant/a/nXMB9xWnGZmbHNqGf6MM6Ts/>. Acesso em: 5 out. 2024;

CACHO, Andréa do Nascimento Barbosa; DE AZEVEDO, Francisco Fransualdo. **O turismo no contexto da sociedade informacional.** Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, v. 4, n. 2, 2010. Disponível em: <https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/266/343>. Acesso em 24 out. 2024;

Calmon de Passos, P. N. (2009). **A CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO COMO PONTO DE PARTIDA PARA A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DO MEIO AMBIENTE.** Revista Direitos Fundamentais & Democracia, 6(6). Disponível em: <https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/18>. Acessado em: 04/07/2023;

CARVALHO, João Luis Nunes *et al.* **Potencial de sequestro de carbono em diferentes biomas do Brasil.** Revista Brasileira de Ciência do Solo, v. 34, p. 277-290, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcs/a/QKJZTHq3WhVSXHqVMyskHCL/>. Acesso em: 25 out. 2024;

CASTRO, Fátima Velez de. **Lugar e não-lugar em espaços imaginados: abordagem geográfica a partir do cinema.** 2008. Disponível em: [https://ap1.sib.uc.pt/explore?bitstream\\_id=11453440&handle=10316.2/40249&provider=iiif-image#c=0&m=0&s=0&cv=1&xywh=32%2C742%2C1356%2C779](https://ap1.sib.uc.pt/explore?bitstream_id=11453440&handle=10316.2/40249&provider=iiif-image#c=0&m=0&s=0&cv=1&xywh=32%2C742%2C1356%2C779). Acesso em: 5 out. 2024;

CASTRO, Roberta; MAIA, Ricardo. **BASES EPISTEMOLÓGICAS DA CRIAÇÃO DE ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS: DE YELLOWSTONE AO SURGIMENTO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA.** Repositório Universitário da nima. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/14990>. Acessado em 04/07/2023;

CHOAY, Françoise. **O Patrimônio histórico na era da indústria cultural.** In: A alegoria do Patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade, 2006. p. 211. Acesso em: 03 out. 2024;

CONCEIÇÃO, Ana Wamir; TEDIM, Fantina; NTUMI, Cornélio. **Impacto das políticas de conservação da natureza na dinâmica das comunidades locais no Parque Nacional do Limpopo (Moçambique).** Revista Argumentos, v.14, n.2, p.275-295, jul/dez-2017. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/118578/2/310303.pdf>. Acessado em 08/05/2023;

DA GAMA, Sandryele de Oliveira et al. **Contribuições da história oral para o turismo rural em Osório/RS/Brasil.** Revista Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação, n. E60, p. 65-70, 2023. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/f92bdcb45aa83a6a9ad06d1552907187/1?pq-origsite=gscholar&cbl=1006393>. Acesso em: 5 out. 2024;

DA SILVA AUZIER, Katuscia; DA CRUZ, Jocilene Gomes. **Economia Criativa, Identidade Cultural e Turismo: um estudo nas Associações de Artesãos de Novo Airão (AM).** 2012. Disponível em: [https://www.ucsminhaescolha.com.br/site/midia/arquivos/economia\\_criativa.pdf](https://www.ucsminhaescolha.com.br/site/midia/arquivos/economia_criativa.pdf). Acesso em: 14 ago. 2024;

DA SILVA, Josilene Henriques; DE AZEVEDO MAIA, Fabiana Britto. **O turismo no Parque Nacional do Catimbau: avaliação dos benefícios da atividade percebidos pelos moradores.** Turismo-Visão e Ação, v. 10, n. 2, p. 204-220, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2610/261056098004.pdf>. Acessado em: 08/05/2023;

DE OLIVEIRA FILHA, Maria Ferreira; SCHERER, Elenise Faria; DIÓGENES, Antônia Mara Raposo. **DIN MICA TERRITORIAL E SOCIAL DOS PESCADORES ARTESANAIS DE NOVO AIRÃO-AM.** Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos, v. 21, n. 1, p. 132-149, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/somanlu/article/view/9022>. Acesso em: 21 jul. 2024.

DEMO, Pedro. **Pesquisa participante: mito e realidade.** Em Aberto, v. 3, n. 20, 1984. Disponível em: <https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/1872>. Acesso em: 04 out. 2024;

DERZI VIDAL, Marcelo et al. **Percepción de los pobladores locales sobre los impactos socioeconómicos y conservacionistas del turismo con delfines en el Parque Nacional de Anavilhanas (Brasil)**. Estudios y perspectivas en turismo, v. 28, n. 3, p. 802-817, 2019. Disponível em: [https://www.scielo.org.ar/scielo.php?pid=S1851-17322019000300013&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.org.ar/scielo.php?pid=S1851-17322019000300013&script=sci_arttext). Acesso em: 14 ago. 2024;

DIAS, Alan. **Como a madeira sequestra carbono**. Mais Floresta, 27 jun. 2022. Disponível em: <https://www.maisfloresta.com.br/como-a-madeira-sequestra-carbono/>. Acesso em: 25 out. 2024;

Elite Colégio Campinas. (s.d.). **Resolução da questão 1 de Geografia do vestibular da UNICamp em 2013**. Disponível em: [https://sisq.elitecampinas.com.br/GabaritoVestibulares/VisualizarQuestaoLista?id\\_estao\\_lista=151172&vestibular=unicamp&ano=2013&prova\\_vestibular\\_id=10940](https://sisq.elitecampinas.com.br/GabaritoVestibulares/VisualizarQuestaoLista?id_estao_lista=151172&vestibular=unicamp&ano=2013&prova_vestibular_id=10940). Acesso em: 18 jun. 2024;

FERREIRA, C. P. **Percepção ambiental na Estação Ecológica de Juréia-Itatins**. 2005. 161 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/carolpeixoto.pdf>. Acessado em 04 jul. 2023;

FERREIRA, Evaldo. **Dona Almerinda e Seu Malaquias**. Jornal do Comercio. Disponível em: <https://www.icam.com.br/noticias/dona-almerinda-e-seu-malaquias/>. Acesso em: 05 out. 2024;

FONSECA, Mônica; LAMAS, Ivana; KASECKER, Thais. **O Papel das Unidades de Conservação**. Academia.edu. 2010. Disponível em: [https://www.academia.edu/20022240/O\\_Papel\\_das\\_Unidades\\_de\\_Conserva%C3%A7%C3%A3o](https://www.academia.edu/20022240/O_Papel_das_Unidades_de_Conserva%C3%A7%C3%A3o). Acessado em: 04 jul. 2023;

FREDERICO, Isabela. **Diálogo sem Fronteira - Turismo Sustentável e Ecoturismo**. Canal TV Unicamp. **Youtube**. 7 nov. 2014. 14min04s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=N4ZIFH2LzLc&t=446s>. Acesso em: 25 out. 2024;

FREIRE, Anderson. **Prefeitura de Novo Airão e Governo do Estado se unem para fortalecer o turismo sustentável na região**. Novo Airão, 24 set. 2023. Disponível em: [https://www.novoairao.am.gov.br/noticias\\_ver.php?id\\_noticia=330](https://www.novoairao.am.gov.br/noticias_ver.php?id_noticia=330). Acesso em: 5 out. 2024;

Garrido da Silva, Profª. Vera Lúcia. (2008). **História e Geografia de Novo Airão**. Novo Airão. Citado em Prefeitura de Novo Airão. Disponível em: <https://www.novoairao.am.gov.br/pg.php?area=HISTORIA>. Acesso em: 18 jun. 2024;

Garrido da Silva, Profª. Vera Lúcia. (2008). **História e Geografia de Novo Airão**. Novo Airão. Citado em Prefeitura de Novo Airão. Disponível em: <https://www.novoairao.am.gov.br/pg.php?area=SIMBOLOS>. Acesso em: 18 jun. 2024;

GREEN, Judith L.; DIXON, Carol N.; ZAHARLICK, Amy. **A etnografia como uma lógica de investigação**. Educação em revista, n. 42, p. 13-79, 2005. Disponível em:



[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0102-46982005000200002&script=sci\\_abstract](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0102-46982005000200002&script=sci_abstract). Acesso em: 01 mai. 2024;

GUERRA, Amanda Estela. **Breve histórico da configuração político-administrativa brasileira**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística–IBGE. [http://www.ibge.gov.br/brasil\\_em\\_sintese/default.htm](http://www.ibge.gov.br/brasil_em_sintese/default.htm). Acesso em, v. 20, 2012. Disponível em: [https://www.comercioexterior.ub.edu/fpais/brasil-nordeste/img/breve\\_historico\\_da\\_configuracao\\_politico\\_administrativa\\_brasileira.pdf](https://www.comercioexterior.ub.edu/fpais/brasil-nordeste/img/breve_historico_da_configuracao_politico_administrativa_brasileira.pdf). Acesso em: 24 out. 2024;

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**. Alagoas. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/al.html>. Acesso em: 25 out. 2024;

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. Novo Airão, AM: **Censo 2022**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/novo-airao/pesquisa/10102/122229>. Acesso em: 1 mai. 2024;

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama Novo Airão, AM. Censo 2022**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/novo-airao/panorama>. Acesso em: 1 mai. 2024;

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. **População de Novo Airão: panorama. 2022**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/novo-airao/panorama>. Acesso em: 5 out. 2024;

INSTITUTO Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Guia do visitante: Parque Nacional de Anavilhanas**. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/parnaanavilhanas/guia-do-visitante.html>. Acessado em: 04 jul. 2023;

INSTITUTO Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Plano de Manejo do Parque Nacional de Anavilhanas**. Brasília, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/amazonia/lista-de-ucs/parna-de-anavilhanas>. Acesso em: 10 ago. 2024;

INSTITUTO Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Regimento Interno do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra dos Órgãos**. 2024. Disponível em: [https://www.icmbio.gov.br/parnaserradosorgaos/images/stories/conparnaso/Regimento\\_Interno\\_do\\_CONPARNASO.pdf](https://www.icmbio.gov.br/parnaserradosorgaos/images/stories/conparnaso/Regimento_Interno_do_CONPARNASO.pdf). Acesso em: 03 out. 2024;

INSTITUTO Nacional de Pesquisas Espaciais. Terra Brasilis: **desmatamento na Amazônia Legal**. 2005. Disponível em: [https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal\\_amazon/rates](https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates). Acesso em: 25 out. 2024;

INSTITUTO Nacional de Pesquisas Espaciais. Terra Brasilis: **desmatamento na Amazônia Legal**. 2023. Disponível em: [https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal\\_amazon/rates](https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates). Acesso em: 25 out. 2024;

LÖWY, Michael. **Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista.** Scielo Brasil, Caderno CRH, 26, 67, Maio, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792013000100006>. Acesso em: 04 jul. 2023;

MAHALUCA, F. **Noções de amostragem.** Estatística Aplicada, p. 4-9, 2016. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Filipe-Mahaluca/publication/330556084\\_NOCOES\\_DE\\_AMOSTRAGEM/links/5c4831b892851c22a389b857/NOCOES-DE-AMOSTRAGEM.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Filipe-Mahaluca/publication/330556084_NOCOES_DE_AMOSTRAGEM/links/5c4831b892851c22a389b857/NOCOES-DE-AMOSTRAGEM.pdf). Acesso em: 5 out. 2024;

MARTINHO, Anahi. **Moradores de Barcelona atiram em turistas com arminhas de água.** F5, 8 jul. 2024. Disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/voceviu/2024/07/moradores-de-barcelona-atiram-em-turistas-com-arminhas-de-agua.shtml>. Acesso em: 4 out. 2024;

MEYER, Lorenzo. **Qual a extensão do campo de futebol profissional segundo a FIFA? E dos gols? Veja todos os números.** Olympics, 18 abr. 2024. Disponível em: <https://olympics.com/pt/noticias/qual-extensao-campo-futebol-profissional-fifa-gols>. Acesso em: 25 out. 2024;

MINISTÉRIO do Turismo. **MTur inicia visita técnica em Novo Airão (AM) para apoiar turismo náutico.** Brasília, 08 dez. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/mtur-inicia-visita-tecnica-em-novo-airao-am-para-apoiar-turismo-nautico>. Acesso em: 05 out. 2024;

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Operadores de turismo faturaram R\$ 11,55 bi com viagens realizadas dentro do Brasil em 2023.** Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/operadores-de-turismo-faturaram-r-11-55-bi-com-viagens-realizadas-dentro-do-brasil-em-2023>. Acesso em: 14 ago. 2024;

MUNGAI, M. F. **Mosaico de interesses, representações e conflitos: o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu - MG.** 2008. 201 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MPBB-7YKJWW>. Acesso em: 14 ago. 2024;

MUNGAI, Mariana França. **Mosaico de interesses, representações e conflitos: o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu-MG.** 2008. Disponível em: [https://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:6BxjakBJL\\_QJ:scholar.google.com/+%09Mosaico+de+interesses,+representa%C3%A7%C3%B5es+e+conflitos:+o+Parque+Nacional+Cavernas+do+Perua%C3%A7u-MG&hl=pt-BR&as\\_sdt=0,5](https://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:6BxjakBJL_QJ:scholar.google.com/+%09Mosaico+de+interesses,+representa%C3%A7%C3%B5es+e+conflitos:+o+Parque+Nacional+Cavernas+do+Perua%C3%A7u-MG&hl=pt-BR&as_sdt=0,5). Acessado em: 04 jul. 2023;

NOVO Airão, Amazonas, Brasil. **Google Earth**, 2022 Coordenadas: 2°37'23"S 60°56'35"W. Imagem de satélite. Disponível em: <https://earth.google.com/web/search/Novo+Air%C3%A3o,+AM>. Acesso em: 01 mai. 2024;

NOVO Airão. **Ecofestival do Peixe-boi de Novo Airão é consagrado patrimônio cultural do Amazonas.** Por ASCOM Anderson Freire. Novo Airão, 10 jan. 2024.

Disponível em: [https://www.novoairao.am.gov.br/noticias\\_ver.php?id\\_noticia=479](https://www.novoairao.am.gov.br/noticias_ver.php?id_noticia=479). Acesso em: 18 jun. 2024;

NOVO Airão. **Lei Nº 356, de 14 de setembro de 2015**. Dispõe sobre o tombamento de todo material histórico, artístico, cultural e natural existente no território municipal. Diário Oficial do Município de Novo Airão, 14 set. 2015. Disponível em: <https://transparenciamunicipalaam.org.br/p/novo-airao/t/documentos-oficiais>. Acesso em: 05 out. 2024;

OLIVEIRA, L. A.; PINHEIRO, H. P.; SANTOS JUNIOR., M. A. **Região Metropolitana de Manaus e Mudanças Climáticas: experiência participativa no município de Novo Airão/ AM**. Expansão da mancha urbana de Novo Airão/AM entre 1972 e 1991 / entre 2000 e 2021. Observatório da Região Metropolitana de Manaus, 2021. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/371563515\\_Regiao\\_Metropolitana\\_de\\_Manauas\\_e\\_mudancas\\_climaticas\\_experiencia\\_participativa\\_no\\_municipio\\_de\\_Novo\\_Airao\\_AM](https://www.researchgate.net/publication/371563515_Regiao_Metropolitana_de_Manauas_e_mudancas_climaticas_experiencia_participativa_no_municipio_de_Novo_Airao_AM). Acesso em: 05 out. 2023;

OLIVEIRA, Lyvia Amado de. **Mudanças climáticas globais, eventos hidroclimáticos extremos e gestão adaptativa local: pesquisa-ação na cidade de Novo Airão/AM**. 2023. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo; Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/106/106132/tde-03012024-171130/en.php>. Acesso em: 5 out. 2024;

OLIVEIRA, Maria Lúcia Magalhães de; AQUINO, José Aury de. **Amostragem**. s.d. Disponível em: <http://mineralis.cetem.gov.br/bitstream/cetem/1018/1/Cap%201%20Amostragem.pdf>. Acesso em: 5 out. 2024;

OURIQUES, Helton Ricardo. **O turismo internacional na economia-mundo capitalista: elementos para uma crítica**. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, v. 34, n. 2, p. 147-157, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3073/307325404004.pdf>. Acesso em: 24 out. 2024;

PIRES, Joao Murca. **Tipos de vegetação que ocorrem na Amazônia**. 1966. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/964926/1/Tipos-de-vegetacao-que-ocorrem-na-amazonia.pdf>. Acesso em: 04 out. 2024;

PORTELLI, Alessandro *et al.* **O que faz a história oral diferente. Projeto História: Revista do Programa de estudos pós-graduados de História**, v. 14, 1997. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/download/11233/8240>. Acesso em: 04 out. 2024;

PREFEITURA de Novo Airão. (2024). **Atrativos Turísticos**. Disponível em: <https://www.novoairao.am.gov.br/pg.php?area=ATRATIVOSTURISTICOS>. Acesso em: 13 jun. 2024;

PREFEITURA de Novo Airão. **Hospedagem**. Disponível em: <https://www.novoairao.am.gov.br/pg.php?area=HOSPEDAGEM>. Acesso em: 06 jul. 2024;

REDAÇÃO Glamour. **Ana Clara nada com botos na Amazônia: “Fiquei com medo”**. 28 de jun. de 2019. Disponível em: <https://glamour.globo.com/entretenimento/celebridades/noticia/2019/06/ana-clara-nada-com-botos-na-amazonia-fiquei-com-medo.ghtml>. Acesso em: 05 out. 2024;

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. **Etnografia: saberes e práticas**. Iluminuras: série de publicações eletrônicas do Banco de Imagens e Efeitos Visuais, LAS, PPGAS, IFCH e ILEA, UFRGS. Porto Alegre, RS. N. 21 (2008), 23 p., 2008. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/30176/000673630.pdf>. Acesso em: 05 out. 2024;

RUNTE, A. **National parks: the American experience**. 4. ed. 1979;

SANTANA, Valdilene Valdice; DOS SANTOS, Patrício Rinaldo; BARBOSA, Marilene Vieira. **Contribuições do plano de manejo e do conselho gestor em Unidades de Conservação**. Meio Ambiente (Brasil), v. 2, n. 2, 2020. Disponível em: <https://www.meioambientebrasil.com.br/index.php/MABRA/article/view/39>. Acesso em: 02 out 2024;

SANTANA, Valdilene Valdice; DOS SANTOS, Patrício Rinaldo; BARBOSA, Marilene Vieira. **Contribuições do plano de manejo e do conselho gestor em Unidades de Conservação**. Meio Ambiente (Brasil), v. 2, n. 2, 2020. Disponível em: <https://www.meioambientebrasil.com.br/index.php/MABRA/article/view/39>. Acesso em: 03 out. 2024;

SANTOS, Fátima *et al.* **Conselho consultivo do Parque Nacional da Serra dos Órgãos: um espaço efetivo de educação ambiental**. 2007. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/parnaserradosorgaos/pesquisacientifica/19-uncategorised/139-ciencia-e-conservacao-na-serra-dos-orgaos.html>. Acesso em: 02 out 2024;

SANTOS, Glauber E. O.; *et al.* **Demanda turística por destinos com severas limitações de acesso: casos brasileiros**. 2017. Disponível em: [https://www.pasosonline.org/Publicados/15317/PS317\\_01.pdf](https://www.pasosonline.org/Publicados/15317/PS317_01.pdf). Acesso em: 10 out. 2022;

SOARES, Letyssia Maynarth de Oliveira; MIRANDA, George Emmanuel Cavalcanti de; MOURÃO, José da Silva. **Uma análise empírica do modelo de gestão praticado em Unidade de Conservação de Uso Sustentável**. Sociedade & Natureza, v. 32, p. 451-461, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sn/a/gNjBjjwMb4XDtJZzvNkvqQs/?lang=pt>. Acesso em: 03 out. 2024;

SOUZA, Alice Regina Pacó de. **Filhos do Encantado: estudo sobre o fenômeno do boto em Novo Airão (AM) a partir do olhar ecossistêmico**. 2018. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6422>. Acesso em: 07 mai. 2024;;

TEIXEIRA, Paulo Roberto; LANZER, Rosane Maria. **O Parque Nacional da Lagoa do Peixe (RS) e sua relação com os municípios de entorno: uma visão da comunidade ao desenvolvimento local**. Caderno Virtual de Turismo, v. 13, n. 2, p. 199-212, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1154/115428165004.pdf>. Acessado em: 08/05/2023;

THOMPSON, Paul. **História oral e contemporaneidade**. História Oral, v. 5, 2002. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/4.7> Acesso em: 04 out. 2024;

TIPITI. **Novo Airão (AM)**. Disponível em: <https://tipiti.net/locais/novo-airao-am/>. Acesso em: 13 jun. 2024.

TOLEDO, Renata Ferraz de; JACOBI, Pedro Roberto. **Pesquisa-ação e educação: compartilhando princípios na construção de conhecimentos e no fortalecimento comunitário para o enfrentamento de problemas**. Educação & Sociedade, v. 34, p. 155-173, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/GQXTGfPMhWpFktxq8dLW6ny/>. Acesso em: 4 out. 2024;

TRIPP, David. **Pesquisa-ação: uma introdução metodológica**. Educação e pesquisa, v. 31, p. 443-466, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/3DkbXnqBQyq5bV4TCL9NSH/?format=html>. Acesso em: 4 out. 2024;

VIDAL, Marcelo Derzi et al. **Percepção de pescadores sobre as interações de botos com a pesca e sua relação com o turismo de alimentação artificial em Novo Airão, Amazonas, Brasil**. Olhares cruzados sobre as relações entre seres humanos e animais silvestres na Amazônia (Brasil, Guiana Francesa). Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, p. 103-120, 2017. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Marcelo-Vidal-2/publication/336370136\\_Percepcao\\_de\\_pescadores\\_sobre\\_as\\_interacoes\\_de\\_boto\\_s\\_com\\_a\\_pesca\\_e\\_sua\\_relacao\\_com\\_o\\_turismo\\_de\\_alimentacao\\_artificial\\_em\\_Novo\\_Airao\\_Amazonas\\_Brasil/links/5d9e1b35458515df0ae890c6/Percepcao-de-pescadores-sobre-as-interacoes-de-botos-com-a-pesca-e-sua-relacao-com-o-turismo-de-alimentacao-artificial-em-Novo-Airao-Amazonas-Brasil.pdf#page=104](https://www.researchgate.net/profile/Marcelo-Vidal-2/publication/336370136_Percepcao_de_pescadores_sobre_as_interacoes_de_boto_s_com_a_pesca_e_sua_relacao_com_o_turismo_de_alimentacao_artificial_em_Novo_Airao_Amazonas_Brasil/links/5d9e1b35458515df0ae890c6/Percepcao-de-pescadores-sobre-as-interacoes-de-botos-com-a-pesca-e-sua-relacao-com-o-turismo-de-alimentacao-artificial-em-Novo-Airao-Amazonas-Brasil.pdf#page=104). Acesso em: 14 ago. 2024;

VIDAL, Marcelo Derzi et al. **Perfil e percepção ambiental dos visitantes do flutuante dos botos, Parque Nacional de Anavilhanas, Novo Airão-AM**. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, v. 7, n. 3, p. 419-435, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.7784/rbtur.v7i3.583>. Acessado em: 08 mai. 2023.

## APÊNDICES

### Apêndice A – Questionário semiestruturado

	<b>Pergunta</b>	<b>Categoria</b>
<b>1</b>	Você é de Novo Airão? Sempre morou em Novo Airão?	Identificação Pessoal
<b>2</b>	Você trabalha com turismo? Se sim, qual é o grau de contato que você tem com os turistas (grande, médio, escasso, ou não tem contato)?	Atividade Profissional
<b>3</b>	Como você vê o turismo na cidade?	Percepção do Turismo
<b>4</b>	Na sua visão, qual a importância do PARNA para o município de Novo Airão?	PARNA - Importância
<b>5</b>	Você conhece o PARNA? Já visitou quantas vezes?	PARNA - Experiência Pessoal
<b>6</b>	Quando foi a primeira vez que você visitou o PARNA? Você lembra como foi? Relate sua experiência.	PARNA - Primeira Visita
<b>7</b>	Diga o que tem de bom para se visitar no PARNA.	PARNA - Atrativos
<b>8</b>	Descreva a fauna do PARNA.	PARNA - Fauna
<b>9</b>	Já nadou com os botos? Você tem foto?	Interação com Botos
<b>10</b>	Quem são os turistas de Novo Airão? O que eles fazem aqui quando vêm para Novo Airão?	Perfil dos Turistas
<b>11</b>	Como você vê os turistas?	Percepção dos Turistas
<b>12</b>	Como foi a chegada dos primeiros turistas?	História do Turismo
<b>13</b>	Onde consigo fotos dessa época?	Registro Histórico
<b>14</b>	Qual a relação do PARNA com a população? Há consulta da população em tomadas de decisões?	PARNA - Relação com a Comunidade
<b>15</b>	Quantos dias em média os turistas permanecem na cidade?	Turismo - Duração da Visita
<b>16</b>	Dentro do PARNA, o que eles fazem?	PARNA - Atividades dos Turistas
<b>17</b>	Teve alguma mudança em Novo Airão antes e depois do parque?	Impacto do PARNA

<b>18</b>	Existe um conselho consultivo?	PARNA - Gestão
<b>19</b>	Como era Novo Airão antes do turismo? E como ficou depois do turismo?	Impacto do Turismo
<b>20</b>	Existe algum prato típico?	Cultura Local
<b>21</b>	Já teve algum acidente de turista ou moradores com animais selvagens?	Segurança
<b>22</b>	Nome, idade e profissão.	Identificação Pessoal

Fonte: autora, 2024

## ANEXOS

### Anexo 1 - Notícia sobre o turismo predatório em Barcelona

# Moradores de Barcelona atiram em visitantes com pistolas de água para protestar contra turismo

Aos gritos de "Vão para casa!" e "Barcelona não está à venda!", manifestantes molham viajantes em bares e restaurantes; queixa é contra a alta dos preços na cidade espanhola

Fonte: Martinho, 2024.

A reportagem discute os impactos do turismo predatório em Barcelona, destacando como a massificação do turismo tem afetado a vida dos residentes e a preservação do patrimônio cultural da cidade. O aumento da demanda por experiências turísticas tem levado a uma superlotação em áreas históricas, resultando em problemas como a gentrificação e a deterioração dos espaços públicos. A reportagem também analisa as medidas que estão sendo tomadas para mitigar esses efeitos, buscando um equilíbrio entre a exploração turística e a qualidade de vida dos moradores locais.